

Ministério Público do Estado de Minas Gerais
ACADEMIA DE LETRAS

REVISTA LITERÁRIA

ACADEMIA DE LETRAS DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS

ANO 1 - VOLUME 1 - 2014



R454 Revista Literária da Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais
– ano 1, v. 1, (jan./dez. 2014) - Belo Horizonte, 2014 -

Anual

ISSN 2446-8177

1. Literatura. 2. Academia de Letras.

CDU 805.05

REVISTA LITERÁRIA | ACADEMIA DE LETRAS MP/MG | ANO 1 | nº 1 | 2014

REVISTA LITERÁRIA DA ACADEMIA DE LETRAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS

Fundada em 2012

DIRETOR

Procurador de Justiça J. Cabral Netto

COLABORADORES

Abelardo de Barros Pádua, Antonio Aurélio Santos, Antônio Francisco Patente, Antônio Lopes Neto, Bergson Cardoso Guimarães, Danielle de Guimarães Germano Arlé, Élide de Freitas Rezende, Joaquim Cabral Netto, José Luiz Monti, José Antônio de Lemos Sobrinho, José Campomizzi Filho, Luiz Alberto de Almeida Magalhães, Luiz Carlos Abritta, Marcos Paulo de Souza Miranda, Maria de Lourdes Nepomuceno Chaves, Maria Odete Souto Pereira, Maurício Braga de Mendonça, Selma Maria Ribeiro Araújo, Sylvio Fausto de Oliveira, Walter Paulo Sabella.

DIRETORIA DA ALMP/MG

Presidente – Luiz Carlos Abritta

Vice-Presidente – Antônio Lopes Neto

Secretário-Geral – Joaquim Cabral Netto

Tesoureiro – Marcos Paulo de Souza Miranda

CONSELHO FISCAL

Titulares

Bertoldo Mateus de Oliveira Filho

Maurício Braga de Mendonça

Maria Odete Souto Pereira

Suplentes

Abelardo Teixeira Nunes

Antônio Aurélio Santos

Luiz Alberto de Almeida Magalhães

REDAÇÃO

ASSOCIAÇÃO MINEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

R. Timbiras, 2928 – Tel. (31) 2105-4878

30140-062 – BELO HORIZONTE – MG

REVISÃO

Lucieni Batista dos Santos

FICHA CATALOGRÁFICA

Tatiana Augusta Duarte de Oliveira – CRB 2842 – 6ª Região

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Derval Braga Jr.

IMPRESSÃO

Gráfica e Editora O Lutador

Sumário

Apresentação - Dr. Luiz Carlos Abritta	9
I - Peças Ministeriais Históricas	11
Quando a Cultura Gongórica e a poesia das Alterosas se encontram	
José Antônio de Lemos Sobrinho ...	14
José Campomizzi Filho ...	18
II - Poemas	25
Oásis	Abelardo de Barros Pádua ...27
De Barcos e Portos	Bergson Cardoso Guimarães ...31
Encontro	
Epílogo	Élida de Freitas Rezende ...35
Labirintos	Francisco José Lins do Rego Santos ...37
Clone	
Fragmentos	
Noite	
Te veo siempre	José Luiz Monti ...43
Maruja	
Recibi	
Mirar el horizonte	
El café	
Apenas o sol de janeiro	Maria Odete Souto Pereira ...51
As amarras do corpo	
As amarras do tempo	
Divagações	
Divagações lotéricas	Maurício Braga de Mendonça ...57
Oh! Santo Bairrismo	
(Exaltação de amor às belezas de minha cidade)	
Festim	Walter Paulo Sabella ...63
Recomeço	

III - Acrósticos	69
Antonio Lopes Neto	Maria de Lourdes Nepomuceno Chaves ...71
Joaquim Cabral Netto	
José Pontes Júnior	
Luiz Carlos Abritta	
Selma Maria Ribeiro Araújo	
Nedens Ulisses Freire Vieira	
Familiares	
IV - Contos, Crônicas e “Causos”	75
O eminente Conselheiro	Antonio Aurélio Santos ...77
O Rábula	Antônio Francisco Patente ...83
Júlio Sanderson e a importância literária do Sul das Gerais	Bergson Cardoso Guimarães ...87
Agosto	Danielle de Guimarães Germano Arlé ...95
Aniversário	
Aos 45 do primeiro tempo	
Caso do abacateiro	Élida de Freitas Rezende ...101
A primeira Promotora de Justiça da América Latina	Joaquim Cabral Netto ...103
Confissões íntimas	Luiz Alberto de Almeida Magalhães ...115
Não tem como saber	
O estranho Odinei	
Um amor impossível	
Cataguases sempre	Luiz Carlos Abritta ...133
Altino Caixeta, o “Leão de Formosa”	
O novo Pessoa	
Antônio Francisco Lisboa e os poetas	
Escuta de idosos: um novo paradigma	
Gol de leitão vale?	Marcos Paulo de Souza Miranda ...155
As últimas palavras de Cristo	
O Promotor de Justiça Augusto de Lima	
A nova versão do descobrimento do Brasil (A urna histórica de Cabralia)	Maurício Braga de Mendonça ...167
Um menino de rua	Selma Maria Ribeiro Araújo ...175
V - Os nomes na Academia	Joaquim Cabral Netto ...179
O Patronoda Academia: Dr. Mauro da Silva Gouvêa	183
A denominação da sede: Dr. Joaquim Cabral	189

VI - Patronos das Cadeiras homenageados	193
José Campomizzi Filho	Antonio Lopes Neto ...196
Wenceslau Braz Pereira Gomes	Maurício Braga de Mendonça ...200
Ariovaldo Alves de Figueiredo	Sylvio Fausto de Oliveira ...208
VII – Nossos colaboradores	213
Abelardo de Barros Pádua, Antonio Aurélio Santos, Antônio Francisco Patente, Antônio Lopes Neto, Bergson Cardoso Guimarães, Danielle de Guimarães Germano Arlé, Élide de Freitas Rezende, Joaquim Cabral Netto, José Luiz Monti, José Antônio de Lemos Sobrinho, José Campomizzi Filho, Luíz Alberto de Almeida Magalhães, Luiz Carlos Abritta, Marcos Paulo de Souza Miranda, Maria de Lourdes Nepomuceno Chaves, Maria Odete Souto Pereira, Maurício Braga de Mendonça, Selma Maria Ribeiro Araújo, Sylvio Fausto de Oliveira, Walter Paulo Sabella.	
VIII - Instalação da Academia de Letras do Ministério Público do Estado de Minas Gerais em 07 de maio de 2013	223
IX - Estatuto da Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais	231

Apresentação

A Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais tem o prazer de lançar a sua primeira revista. Criada para congregar os membros do Ministério Público – da ativa e aposentados – que se dedicam à literatura, a publicação fornecerá, por certo, subsídios importantes ao campo cultural, tanto no Brasil quanto no exterior, já que temos um membro honorário residente na Argentina.

A base de sustentação de qualquer país é a educação, que leva as pessoas a repensar o mundo, abrindo horizontes nunca dantes suspeitados.

Os membros da Academia sentem-se felizes em poder proporcionar aos leitores momentos de reflexão e de entretenimento. A nossa entidade cultural haverá de fazer jus ao dístico “ad augusta per angusta”, ou seja, através das dificuldades é que se chega aos grandes resultados.

Novos números virão, abrindo perspectivas várias, mas a Revista n.º 1, Ano I, será um marco decisivo para todos nós.

Nesta oportunidade, a Academia agradece o apoio decisivo da Associação Mineira do Ministério Público, na pessoa de seu Presidente, Nedens Ulisses Freire Vieira, que é também Presidente de Honra do nosso Silogeu, bem como dos Diretores, Conselheiros e funcionários da AMMP.

Belo Horizonte, 14 de dezembro de 2014
(segundo aniversário da Academia).

Procurador de Justiça Luiz Carlos Abritta
Presidente da Academia

I
Peças Ministeriais Históricas

Quando a Cultura Gongórica
e a poesia das Alterosas se encontram

José Antônio de Lemos Sobrinho
José Campomizzi Filho

Quando a Cultura Gongórica e a poesia das Alterosas se encontram

Uma das peças jurídicas produzidas no seio do Ministério Público de Minas Gerais, e que merecem registro e preservação, ocorreu na Comarca de Frutal. Nela, no ano de 1979, o Promotor de Justiça, Dr. José Antônio de Lemos Sobrinho, deu parecer em um processo no qual a Ordem dos Franciscanos Menores Capuchinos de Frutal impetrou Mandado de Segurança contra ato do Prefeito daquela cidade, em razão de ter ele negado aos Capuchinos licença para a construção de um prédio naquela cidade, sob a alegação de que o terreno teria melhor destino se oferecido ao INSS, para construção de um ambulatório.

As peças processuais que do feito advieram, produzidas pelo Ministério Público, na primeira e segunda Instâncias, primaram por um estilo de linguagem pelo qual não poderiam ficar perdidas nos anais judiciais, arquivadas nas bolorentas estantes de arquivos de um Fórum, perdidas nessas Minas sem fim.

É com o objetivo de deixar registradas aquelas manifestações, produto de uma cultura e de um ardor processual que hoje já não se vê, que a Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais publica-as no primeiro exemplar de sua Revista.

Numa linguagem gongórica setecentista, e citações modernas, escreveu o Dr. José Antônio de Lemos Sobrinho:

Ínclito Magistrado.
Prolegômenos:

No "jus utendi et disponendi rei", firmou intróito de súplica a peticionaria ao alcaide, visando ao granjeio de um alvará.

Por comissão, sua obstestância teve desarrimo, quer na obsecratura prima, quer nas reimprecaduras.

Está hausto o veio administrativo.

Outrossim - expondo, em colação, o instrumental público (valência titular da coisa) - afigura-se, de lidimidade, a sua vindicância em formar a relação jurídica do mandamus”.

“De meritis”:

Arrosta a coibição, dá-se-lhe epíteto de ilegal, acoimando-a de excessividade de poder.

Por antinomia, em deefensa, defluiu-se o increpar do direito discricionário – que de resto, custodia, bem, subjetividade!...

A litispendência cinge-se às “nuisances” ...

O exprobrar da liquidez e certeza do “jus” no “writ” voltará em volveio do seu áxis conceitual, dimensões ou lindes.

Alvará é instrumento de licença ou autorização. Constitui ato administrativo inferior à lei, devendo ser expedido, obviamente, em conformidade a ela.

Sua concessão — antes de tudo — tem o pálio da “police power”, deparando-se o agente dentro da “facultas agendi”, a “undefined mass” de poderes discricionários e, portanto, legais.

Veste-se de implicitatividade, já que a teogia resguarda a promoção do bem público com a restritividade do particular (“...the power which has for immediate object the furth herance of the public welfare through restraint and compulsion exercised over private rights”, na lição de FREUND).

As condições de conforto, segurança, bem-estar, enfim, apresentar-se interesses primários da sociedade, que o poder público tem obrigação (denominada de positiva por Ellorrieta Y Artaza em contraposição às negativas, atitudes de abstenção, ditadas pelo respeito devido às garantias individuais, limitações impostas ao seu preservar.

Os limites do poder de polícia encontram-se com as extremas do poder discricionário.

Conceituar este, traçar-lhe as divisas, é balizar aquele.

A medida afigura-se dada pela cláusula “due process of law”.

O uso legítimo do poder de polícia confere-se pela extensão da faculdades discricionárias, deixadas ou reconhecidas pela lei à autoridade.

O controle jurisdicional exerce-se sobre a legalidade do ato.

Aliás, Mário Mazagão ensina que “ato discricionário é o que o poder público pode praticar, ou deixar de praticar, conforme entenda conveniente para a administração!”.

Com fincas em OVIEDO, conclui que ela, inclusive, “não está obrigada a ater-se a qualquer preceito jurídico concreto preexistente”.

A sua utilização — no magistério de Cretella Júnior — não deve, entanto, ser excessiva ou desecessária, de modo a não figurar um abuso do poder.

Em tal incidência, o remédio curador chama-se “writ”.

Afita-se, agora, o caso concerto.

Despiciendário estratifica-se o atagantar com que atafulha o retuque, uma vez que a erigência em chão alheio enseja reivindicatória, mas, jamais, conchega ao requinte do coator.

Ressurte, deste modo, desprenhe de valetude, eis que, acima de tudo, desimbui-se do condão do metamorfoseio pela gênese de uma permuta tácita, ou gerada em espontaneidade.

Corpo estranho ao mandado dizima-se por si mesmo!

Devaneio, sem planejamento, consubstanciado, com inconsonâncias às raias do real, desadunado do vero, pela imissão da fantasia, não procria artigo de defesa, mesmo porque — ante a emergência da mostra instrumental a “res”, conforme se exarou!

Tudo zarpa de um escambo romanesco, imaginoso, fictício ou presumido!

Inconcebível, inacolhível, inanuível ao procedimento, uma vez que é esgarrado a qualquer preceito, doutrina ou jurisprudência.

Posto em urupema, sobeja a testilha da temática do "Police Power" que se autofage na relação de fls.50.

Exsica-se, destarte, a voz coarctária.

"Ex positis", sem enleio de racionais, a refusão eiva-se de veleidade, importando concessório da segurança.

Sob o pálio censório de V.Exa. insculpe este parecer.

Frutal, 11 de junho de 1979
José Antônio de Lemos Sobrinho
Promotor de Justiça

Na segunda instância o Procurador de Justiça e poeta, José Campomizzi Filho, em respeito à peça literária que o Ministério Público produziu na primeira instância, manifestou-se em versos dizendo:

PARECER nº 8o

Eminente Relator
Senhor Desembargador

Professor Rubens Eulálio
O Poder Municipal
Da cidade de Frutal
De Justiça quer o pálio

Invocando lei gerais,
Posturas Municipais
E matéria de Direito,
Não agira com excesso
No bojo deste processo
Esse ilustrado Prefeito.

Sabe Alceu Silva Queiroz
Como é difícil dar nós
Em termos de executivo,
Porque seu cargo é político
Sem um assento granítico
De trabalho positivo.

Para ganhar eleição,
Tem que deitar falação
Em favor do eleitorado.
Mas há sempre alguém do contra
Que bons motivos encontra
Para ficar do outro lado.

Os bons Frades Capuchinhos,
Conhecidos Barabadinhos
De origem peninsular,
Conduzem a freguesia
Nas missas de cada dia
Levando o povo a rezar.

Têm ali o seu convento
Num esforço muito isento
De virtude e de oração.
Batizando a menina
E casando a moçada,
Insistem na pregação.

A festa de Corpus Christi,
Que ali tem mesmo o limite
De expressão de muita fé,
Não merece do Prefeito
Um concurso tão perfeito,
Já boicotada, até.

As ruas sem um enfeite
Não sendo mais o deleite
Das ordens e confrarias.
A ornamentação serôdia
Feita só pela Custódia
Não condiz com cantorias.

A cidade dividida,
Nesses dois grupos cindida,
Ainda atenta e muito aflita,
Tornou-se mesmo um suplício,
Essa história do edifício
Conduzindo o povo à grita.

A bela propriedade
Dos frades lá na cidade
É coisa de alto valor.
O terreno urbanizado
Não se encontra abandonado
Para o Guardiãõ dispor.

Sendo lote de alto preço,
É olhado com apreço
Por nosso Banco Real
Que ali mantém uma agência
Com trabalho e competência,
Já agora internacional.

Esse estabelecimento,
Em fase de crescimento
Está sempre a evoluir.
Em forma de comodato,
Ou por um outro contrato,
Um prédio irá construir.

Com os frades conversando,
O gerente foi tramando
Para todos bom negócio.
Cabe à Ordem dar a terra
Com as coisas que ela encerra,
De menos o sacerdócio.

O Banco se põe às obras,
Sem esbanjos e sem sobras,
Para a agência funcional.
No segundo pavimento
Estará nesse momento
O salão paroquial.

Após anos passados,
De encontros registrados,
Toda essa propriedade
Será só dos Capuchinhos
Usufruindo sozinhos
Uma nova realidade.

Mas o Queiroz, que é Prefeito,
Na coisa só viu defeito
E negou sua licença
Para a nova construção,
Pois não há de ser em vão
Para a lei tamanha ofensa.

Este lote valioso
Tem destino glorioso
Lá nas mãos da Previdência.
Muito mais que um escritório,
Há de ser o ambulatório
Prá gente que tem carência.

Muitos velhos documentos,
Debatidos argumentos
E mesmo jurisprudência
Esclarecem esse feito,
Processo quase perfeito
Em prestígio e influência.

As partes argumentando,
Advogados lutando
E falando o Promotor,
Foi julgada a segurança
Impetrada sem tardança
Com cuidado e com vigor.

Entendendo-se feridos
Nos documentos relidos
Que lhe dão propriedade,
Os frades em forma estóica
Pretendem medida heróica
Pra sua Comunidade.

O Juiz logo lhes deu
E até lhes reconheceu
Direito líquido e certo.
Negar essa construção,
Má vontade ou tentação,
Não será nada correto.

Neste quarto centenário
De programa vasto e vário
Bem evocando Camões
Que morreu quase esquecido
Sem lamento e sem gemido
Com tantas belas canções

O Promotor da Comarca
Deixa nos autos a marca
De sucesso categórico.
Sua fala é coisa rara,
Beleza que se compara
A um discurso gongórico.

Só mesmo com dicionário
Entende-se o comentário
Do jovem fiscal da lei.
Sua fala arrevezada
Não pode ser desprezada
Para o bem de nossa grei.

Esse ato discricionário,
Inútil, desnecessário,
É de fato violência.
A sentença bem lançada,
No direito alicerçada,
É obra de inteligência.

O Poder Municipal
Da cidade de Frutal
Briga com os Capuchinhos,
Bom administrador,
O Queiroz é o gestor
Dos orçamentos certinhos.

Mas não irá impedir
À Ordem de construir
Um prédio na zona urbana.
A sentença que ilidiu
Uma negativa insana.

Ao doutor Ateniense
Com muito pertence
O arrazoado final.
Recebeu procuração
Passada em tabelião
Do Prefeito de Frutal.

Na simpatia que encerra,
Sua cota cai por terra
Ante o doutor Promotor.
Exercendo o magistério,
Nobreza do Ministério,
De arte este é velho cultor.

Mesmo sem nada entender,
Dá prazer a gente ler
Uma nota assim tão culta.
Luís de Gôngora na campa
Um sorriso logo estampa
E seu coração exulta.

Então, Desembargador,
Eminente Relator,
Professor Rubens Eulálio,
Não merece provimento,
Data vênia, no momento,
O recurso que quer pálio.

Neste março, dia dez,
Convencido, mãos e pés,
Assina sem muito brilho,
Pouco entendo da missa,
Procurador de Justiça
José Campomizzi Filho.

II
Poemas

Oásis

Abelardo de Barros Pádua

Oásis

Na aridez da minha vida, no deserto,
Onde me encontro perambulando,
Sem rumo e tampouco sem destino,
Sob a ardência do sol forte e incerto,
Vou seguindo a frente como um nômade
Passos diurnos de desespero e sem qualquer tino.

As noites não são estreladas,
Tudo parece breu à minha volta,
E somente encontro areias espalhadas,
À frente do meu caminho, sem nenhum norte.

Sinto-me as pernas fraquejarem,
Os olhos embaçados pelas nuvens de areia,
Só vejo no horizonte o sol que ponteia,
Na imensidão do areal infinito.

Foram-se as ilusões,
Apenas o cansaço agita o meu ser,
Como um estilete de aço.

Dunas infindáveis surgem-me à frente,
E o rastro cambaleante, de repente,
Faz-me descortinar a noite imensa,
Depois de mais tristeza e desesperança.

Avisto ao longe, num lugar,
Um Oásis, coberto por pitorescas palmeiras,
Que formam o ambiente num lugar fresco.
Encontro água pra saciar minha sede,

E sem mais delongas deito-me numa rede,
Deixada por algum beduíno desatento.

Assim como o Oásis deserto,
Vejo em ti, aurora brilhante,
O Oásis da minha vida atormentada,
Pela solidão de minha angustiante noite.

Encontro
... De Barcos e Portos...

Bergson Guimarães

Encontro

O outro eu que procuro
Mais feliz e mais maduro
Pode estar atrás de um beijo
Desejo não revelado
Em estado de acontecer

Um outro ser que me instiga
Bem mais sábio e não se intriga
Pode estar à minha porta
Olhar de nirvana que corta
À espera de lhe atender

O ponto certo do encontro
O tempo, a luz, o momento
Só não se escolhe ou concebe
Resta mensurar o instante
De a verdade acontecer

... *De Barcos e Portos...*

(pra Patrícia)

*Não é força do vento que move a embarcação,
mas a posição de suas velas
(anônimo)*

Por que me concentro
Assim
Tanto – ao som dos teus sinais?
Resgato fluidos de paz
Içando, livre, a vela
Com a vista longe do cais
Isso é cortar, muito feliz, o mar
Além do que o vento faz...

Epílogo

Élida de Freitas Rezende

Epilogo

Nada no mundo é mais triste que um amor se acabando
Vai sucumbindo
sem remédio
sem manifestação de última vontade

Esvaído
de velhice
de cansaço

Morte súbita
Morte lenta
Morte morrida
Morte matada

Melancólico e sem cortejo
sem lápide
sem epitáfio

Apenas jaz
Definitivo.

Labirintos
Clone
Fragmentos
A Noite

Francisco Lins do Rego Santos

Labirintos

Há um momento
em que os lábios espantam
o desejo das horas, e traduzem
a incerteza da vida.

Os olhos, vagos,
por sob as pálpebras,
escondem a dormente tristeza
dos trilhos não viajados.

E as mãos,
atadas pelo silêncio do dia,
guardam as sombras dos gestos
no labirinto dos pensamentos
não revelados.

Há um momento
em que o mundo é sem tempo ...
o tudo é por demais irreal
para que se cogite dos sonhos!

Plone

Passageiro do tempo
das rugas e dos sinos,
regresso ao quintal das pedras
em que me ocultaram a infância
e vestiram de espanto e medo
as minhas fantasias de menino

E nos rastros da gênese
que me moldou o ingênuo rosto,
sob o ardor dissimulado
da que me disseram mãe,
sou levado pelo passado
que o tempo não plagiou!

Fragments

Os ruídos do tudo
me trazem o eco do nada.

A consciência de ser um pensamento
não revelado; o vácuo da existência e do tempo;
e a sombra apagada de cada momento.

Os ruídos do tudo
Sobretudo me fizeram sentir calado!

De costas para o real espelho,
transcorro em vertical
por sobre a linha do horizonte ...
(talvez porque o horizonte
não seja mais que um horizonte.
– Mas eu, serei algo mais que o vertical?)

Devoto dos frágeis encantos
contemplo o frustrante despertar
dos magos à margem dos templos ...

E eles me conduzem, por entre cânticos,
À insensata fuga dos derradeiros jardins.

- E enquanto escoam os ruídos do tudo,
o que sou eu senão o rumor silencioso do nada!

A Noite

Diante de todos eles
sou algo mais do que o impalpável sonho

Não me falta a luz de um mundo novo,
pois que mesmo sendo noite,
confio no dia que hão de ser iguais como homens
e venturosos como sonhadores

E acaso na face oculta
a lua nada transpareça,
suponho que minhas lágrimas
sejam estrelas que caem ... – em fragmentos de luzes e
desejos,
na imensidão desse obscuro planeta!
em fragmentos

Te veo siempre

Maruja

Recibi

Mirar el horizonte

El café

José Luiz Monti

Te veo siempre

(a mi padre)

Te veo siempre
en nubes lejanas
que Dios dibuja
en el cielo otoñal.
Y en las tardes
donde el horizonte,
enrojecido,
tiñe de ocaso
la silueta lunar.

Te veo en mis sueños,
caminando a mi lado
en coloquios largos
y animados.
De pronto te estrecho,
como si estuvieras
de nuevo conmigo
en el mundo ignorado
de la eternidad.

Te veo a la hora
del paterno consejo,
que soplaste en mí
con tu claro ejemplo.

Te veo en los tantos
momentos
de hastío y silencio,
cuando al cabo acudes
a través del tiempo.

Te veo narrando
tus historias viejas
y aquellos proloquios
siempre repetidos.
Entre sonrisas
y llanto contenido,
soñando despierto,
cuando todos se han ido,
yo te veo.

Marija

Escuché tu ruido
percibí tu aliento
cabalgamos juntos
los senderos del tiempo.

Compartimos vigili-
as en las noches sin Luna,
compartimos estrellas
en las noches claras.

Compartimos cosas,
sueños y esperanzas,
sobre todo la vida
en nuestras entrañas.

Juntos recorrimos
el cotidiano vivir,
compartiremos la eternidad
cuando haya que morir.

Recibí

Recibí tu sonrisa,
tus momentos,
la caricia suave de tus besos,
la mirada cómplice,
la mano entrelazada.

Recibí tus pesares
y tus miedos,
la comprensión de mis verdades
y el sostén en el dolor
de nuestros muertos.

Recibí tu histeria,
la furia de tus ojos,
la daga de tus labios,
la trama inexplicable,
el cruel silencio.

Recibí la paz
de tu calma madura
la bondad sincera
la dulzura enorme
que explota, inocultable.

Al fin del tiempo,
tanto recibimos uno del otro,
que el destino
con su trama inefable,
nos atrapó a los dos.

Mirar el horizonte

Miremos todavía el horizonte,
el otoño y sus múltiples colores
ese rosado grisáceo en el despunte
cuando aún titilan los faroles.

Nubes lejanas insinúan la borrasca
cuando el sol agoniza en occidente
la brisa fría levanta la hojarasca
y envuelve la figura de las gentes.

Miremos todavía el horizonte,
cuando el estío alargue atardeceres
con las plazas vestidas de gerontes
y madre selvas perfumando las paredes.

Las aves y las plantas aún subsisten
a pesar del asfalto y los desmontes,
con premura, guardemos lo que existe,
para mirar todavía el horizonte.

El café

(institución de la vida cotidiana)

Las cosas se aclaran saboreando un café,
esa bebida arcana que esclarece
nuestro latino pensar,
inspirando sinceridad a nuestro hablar.
Hace la pausa amena y tolerable la espera.
No distingue calidades ni personas;
en fina taza de porcelana, en rústico tazón;
en la cabaña lejana o el urbano mesón;
a todos por igual entrega su calor.
Bebida universal, infusión sin tiempo,
mezcla de tradición y juventud,
poción de adviento,
sutil componedora de conflictos,
creadora de vínculos,
símbolo de afectos,
lenguaje sencillo y emotivo de amistad.

Apenas o sol de janeiro

As amarras do corpo

As amarras do tempo

Divagações

Maria Odete Souto Pereira

Apenas o sol de janeiro

Era o sol de janeiro
vermelho e incandescente
assemelhado a braseiro.
Era o sol de janeiro
A estrada poeirenta
gravava as nossas pegadas
e no silêncio se ouvia
a voz de nossos passos...
pés descalços, cabelos sambando ao vento,
que paz, que acalento
brotavam daquela estrada.
Nossas sombras iam ao lado,
gorduchas e engraçadas,
ora magras e espichadas,
quase sorrindo com a gente.
Mas o tempo passou para mim
e a vida passou para ti.
E tão somente me sobra
aquele sol de janeiro,
vermelho e incandescente
assemelhado a braseiro
Apenas o sol de janeiro.

As amarras do corpo

O corpo está preso às amarras.
Grilhões prendem a matéria à criança,
às paredes, ao catre e ao jardim.
Só o pensamento é ave de ribação.
E o tempo passa com pressa e diz:
Olá! E vai...

As marcas do tempo

O tempo passa
deixando marcas
na vida, no rosto,
e depois...
nem vida e nem rosto.
Apenas marcas.
E às vezes, nada,
apagou-se o rastro.

Divagações

Com semblante terno,
parecia dormir
aquele singelo rosto.
Olhei de relance
a vida parada,
ida e sofrida,
inerte, prostrada.
ilusões e sonhos,
todos desfeitos
pelo desenlace fatal.
Não a olhei mais.
E lá foi seu corpo
acompanhado por muitos,
humildes amigos
que lhe queriam bem.
Quantas lembranças
me estão na memória,
passagens saudosas
da criança de outrora.
Hoje divago nos tempos de então.
Eu a vejo na chuva...
no murmúrio do vento...
no brilho das estrelas ...
no azul do firmamento...
nas músicas de acalanto...
Pressinto-a junto de mim
entrando por todas as portas
que me ensinou a abrir.

Divagações Lotéricas

Oh! Santo Bairrismo
(exaltação de amor às belezas de minha cidade)

Maurício Braga de Mendonça

Divagações Lotéricas

Na rua onde moro
Passa de tudo
Passa o homem garboso
Passa o homem orgulhoso
Passa o homem seboso
02 09 27 41 50

Na rua onde moro
Passa de tudo
Passa a mulher orgulhosa
Passa a mulher voluntariosa
Passa a mulher gostosa
09 16 28 35 50

Na rua onde moro
Passa de tudo
Passa criança chorando
Passa criança gritando
Passa criança dançando
07 11 22 55 62

Na rua onde moro
Passa de tudo
Passa o carteiro apressado
Passa o motoqueiro tresloucado
Passa o lixeiro afobado
4 29 30 51 69

Na rua onde moro
Passa de tudo
Passa o verdureiro vendendo
Passa o amolador aborrecendo
Passa o ciclista se contorcendo
7 13 44 77 79

Na rua onde moro
Passa de tudo
Passa ônibus infernizando
Passa ambulância cantando
Passa radiopatrulha soando
8 11 19 25 34 66

Tem na minha rua
Cachorro que mia
Gato que chia
Passarinho que cacareja

Na rua onde moro
Nunca passou boi nem boiada
Porque são versos de outra banda
Ali também teima em não passar
A bendita sorte da loteria
Que minha mulher sonha toda semana!

Oh! Santo Bairrismo

(Exaltação de amor às belezas de minha cidade)

Entre as antigas colunas góticas
Da famosa "Catedral de Chartres"
Mil anos são nuvens místicas
Povoando um silêncio de séculos.

Misticismo mais puro, quem há de!
É o santo silêncio, a reinar no interior
Da singela "ermida D'Aparecida"
- Que sempre se ergue em minha Terra!

Sonoras as batidas do "Big Bem"
A soar no cimo da Torre de Londres
Levando a "Hora Greenwich" ao mundo,
precisa rigidez do povo britânico.

Não são, todavia, mais sonoras
Sentidas, nostálgicas e comoventes
Que o reboar dos Sinos na torre
- da "Igreja Matriz" de minha Terra!

Erguendo-se ao topo de nosso globo
Figura o "Monte Everest", no Himalaia,
O mais alto pico que o homem conheceu
Na maior cadeia de montanhas do mundo.

Não é, ainda mais imponente
Que na imensa cordilheira da Mantiqueira
Desponta o majestoso "Pico do Can-can"
- Aos pés da serra a emoldurar a minha Terra!

O Brasil possui o gigante "Amazonas"
Rio mais volumoso de todo o mundo
A correr rasgando a floresta amazônica
vigoroso Pulmão de nosso Planeta.

Não é, entretanto, bem mais tranquilo
No remanso das águas calmas e amigas
Que "nosso rio", um "mar de poesia e saudade",
- O querido "Vargem Grande" da minha Terra!

"O Baobá é a mais nobre das árvores"
No poético reino do "Pequeno Príncipe"
Árvore gigante, lenho duradouro
Eleita a "Rainha" entre suas irmãs.

Todavia não é mais importante
Que aquele centenário madeiro
Erguido no porta da histórica "Maia"
- Garbosa "Peroba" a guardar minha Terra!

Festim
Recomeço

Walter Paulo Sabella

Que não venham taciturnos ou contritos
Os que um dia me amaram
Nem tragam louvores ao meu silêncio
Que não venham sacerdotes ou carpideiras
Com seu latim confuso e suas lamúrias onerosas
Que os amantes ausentes não sejam lembrados
Se não ocorrerem ao derradeiro aceno

Será bem-vindo aquele que comigo
Acumulou fadigas
O que, em veredas de noite,
Entregou-se a tortuosos descaminhos
de prazer e de volúpia
E partilhou eternidades ébrias
Na turbulência dos botequins
Que venham mesmo as meretrizes gratas
Pelas bodas pródigas
Andarilhas de alcovas transeuntes

Será bem-vindo quem comigo andou
a trilha mundana de noites indormidas
Quem teve um olhar
para as mulheres da madrugada
Quem tiver um pecado
Será bem-vindo quem surgir da noite
povoada de fugas, de achados,
de propostas inconclusas
Quem tiver culpas inconfessas
E vier vassalo das vigílias dissolutas

Que venham os que sonharam a paz dos campos
na soledade das tardes mornas
E a solidão dos campanários
na quietude das aldeias esquecidas
Será bem-vindo o que se perenizou menino
O que souber uma canção
O que tiver uma rima

Será bem-vindo quem trazer um lírio
Contar uma história
Quem narrar uma aventura, uma loucura
Quem disser que lancei à vida
o grito das minhas crenças
Quem, afinal, testemunhar de mim

Toda prece será bendita
se não for artifício da voz
Será bem-vindo quem tiver um Cristo,
um Orixá, que seja
Mesmo o ateu, se acreditar no amor
ou tiver perdão

Digam aos que não vierem
Que trágico é não morrer
Que triste é não sonhar um porto
Que amargo é ser menor que o desencanto
Que não haja dor. Nem pranto.
Tampouco a vã exaltação
da bondade que não tive

Sepultem comigo
o cansaço de minhas pugnas
E que a brisa da manhã
dissipe os vestígios de minha passagem
Que ninguém murmure adeus
Posto que algum dia, num lugar qualquer
Do ventre do tempo, haverá retorno

Recomeço

- O que trazes?

Indagou o guardião.

- Trago preces, incontáveis,
crucificadas no murmúrio dos lábios
E fantasias que abortaram
no ventre voraz do tempo

Trago fadigas que jamais souberam
a noite do repouso
E poemas que jazem na tumba do silêncio,
estranhos ao fascínio das palavras
Trago espantos cativos da mudez
E aventuras que finaram no desejo vão

Trago beijos imaginários,
distantes do lodaçal das bocas
Infensos ao asco da carne
E olhos secos de pranto
Da secura ímpia dos areais mortos

Trago ternuras que jamais dei,
como a figueira estéril da rota de Betânia
Como o servo que enterrou o talento,
temeroso da crueza do amo
E há este arcação de segredos inconfessos
que valem o peso de mil pedras do tempo

Não sei como vim,
Se no lesto giro dos astros
Ou nas plumas ocultas do vento
Sob hosanas de santas legiões
Ou pelas mãos tutelares dos anjos

Minhas crenças adernaram
como velas rotas pela ira dos ares
E minhas glórias de ontem se mesclam
às cinzas das aldeias calcinadas
Em meio a tantos destinos fartos
aporto de mãos vazias

Não me fiz laçao das amarras da fé,
a mais feroz das fraquezas,
que fiou mortalhas para povo e eras
E, assim, não rogo bênçãos ou redenção

Nem mesmo trago um lírio:
Os jardins morreram ao nascer o homem
E sequer tenho às mãos um lume de candil:
Às cegas, pisei o breu das trilhas

Não trago, ao menos, um bordão de peregrino
para sustar a carga de meus débitos
ou me arrimar nos labirintos
Também não trago temores,
que geram deuses e demônios
algozes da razão e da vontade.

De tudo, após meus passos,
o epitáfio de um mundo findo
com suas relações extintas,
e as pedras de um mausoléu deserto
povoado de silêncios.

Por fim, redarguiu o guardião:
- Se é tudo quanto trazes
e tão pouco o que deixastes,
entra e te abriga
Enquanto os teares da sorte
tecem os fios do amanhã
ficarás à espera do recomeço.

III
Acrósticos

Antonio Lopes Neto

Joaquim **Cabral** Netto

Selma Maria Ribeiro Araújo

José Pontes Júnior

Luiz Carlos Abritta

Nedens Ulisses Freire Vieira

Familiares

Maria de Lourdes Nepomuceno Chaves

Desde minha infância sempre gostei muito de literatura — prosa ou verso — com mais inclinação para poesia.

Após me aposentar, pareceu-me uma boa ideia homenagear os familiares e amigos com uma recriação textual, simples e direta, mais um olhar interior sobre os escolhidos. Assim comecei a fazer acrósticos e enviá-los a seus inspiradores.

Vale salientar que acróstico é um gênero de composição poética muito antigo que consiste em formar palavras ou nomes com as letras iniciais, intermediárias ou finais dos versos de um poema, por exemplo.

Na antiguidade, os acrósticos eram usados pelos escritores gregos e latinos. Na Idade Média, os monges, no interior de seus monastérios, realizavam sempre essa lúdica prática.

Na literatura portuguesa, o acróstico já existia desde o século XV usado pelos poetas do Cancioneiro Geral. Camões dele se utilizava sempre em seus maravilhosos sonetos (quem não se lembra do “Sete anos de Pastor”?).

Existem muitas variáveis de acróstico, conforme o local onde a vertical venha a se formar; no início, no meio ou no final do verso, assim: o mesóstico, o teléstico e o simples, este o mais comum.

In casu, faço meus acrósticos por puro diletantismo, procurando ser bem fiel ao traço psicológico dos seus destinatários. Sugiro aos simpatizantes o culto a esse salutar passatempo.

Dessa forma, vejo assim alguns de meus colegas:

América, parte de nosso riquíssimo continente.

Negro, o continente de fabulosos contrastes.

Terra, o belo planeta que habitamos.

Oceano, vasta extensão de águas a cobrir $\frac{3}{4}$ do planeta.

Natureza, somatório das forças do universo.

Ilhas, algumas ... paradisíacas.

Ouro, o mais precioso dos metais.

Como desde sempre fora
Afável, dinâmico e franco...
Bravo e firme na tribuna;
Referência no âmbito ministerial,
Ademais de insigne professor
Literato e grande orador!

Séria e competente se revela,
Espírito cordial e filantrópico,
Laboriosa sem igual;
Medianeira, quando necessário;
Afeita ao labor ministerial!

Justo, sereno e metódico;
Orador de puro estilo;
Silente e reticente às vezes.
És um baluarte do nosso *Parquet*!

Perspicácia – um dos teus dons;
Observador — vais ao âmago de tudo —
Naturalmente reservado;
Trazes do berço tua vocação para o Direito.
Exemplar *Bonus Pater Familiae* ...
Sempre ao lado de tua Joana!

Literato de belo e suave estilo,
Urbano, ético e amistoso
Idealizador de nobres feitos ...
Zeloso no desempenho de seu mister!

**Na tua ascensional carreira,
Estás sempre afável e companheiro,
Defensor maior de nossa Instituição;
Espero ver-te muito breve ...
No topo lá em Brasília,
Sempre ao nosso lado, é claro!**

IV

Contos, Crônicas e "Causos"

O eminente Conselheiro

Antônio Aurélio Santos

O eminente Conselheiro

O pitoresco caso que se segue ocorreu, em priscas eras, numa pequena comarca da zona metalúrgica mineira, quando o inspirado trovador de Cataguases, hoje requisitado advogado, Luiz Carlos Abritta, iniciava sua destacada carreira no Ministério Público.

Diz a *volúvel* história que, numa incerta manhã de segunda-feira, encontrava-se o noviço promotor trabalhando em seu modesto gabinete, quando lá compareceu um acabrunhado caboclo pedindo licença *prum particular*.

- Pois, não! Qual é o seu nome e em que posso ajudá-lo? – perguntou o solícito Abritta.

- *Bão, dotô*, meu nome é Zé, Zé Cervídeo. Quem me *encomendou* pra conversar com o *sinhô* foi o padre Levindo.

E com a fala de parto inicialmente dificultosa, o apoquentado matuto passou a contar que, há uns três anos, conhecera a jovem Cândida Imaculada, a recatada *Candinha*, com quem se casara, *no papel e na Igreja*, após fulminante namoro. A vidinha do casal, entremeada de alegrias com pequenas desinteligências, ia muito bem, só “faltano uns fiínho pra completá a felicidade”, até que... (e proseguiu, textualmente):

- *Bão, dotô, antionti, voltano* mais cedo que de *custume* duma pescaria de traíra pra casa, já na solera eu escutei *uns gritinho abafado de ai ai ai vino lá de dentro*. *Olhano* pelo buraco da fechadura eu vi uma luzinha de lamparina lá *nos fundo*. De faca na bota e *segurano* na mão boa a vara de bambu, eu abri a porta, entrei e, na ponta *dos pé*, fui até a cozinha. *E quê queu vejo?* A danada da *Candinha* com um safado dum vendedô de ciclopédia, um tal de Val, *os dois garrado, se esfolano em cima do fogão de lenha...*

Sacando qual era o *galho* e passando instintivamente a mão sobre a proeminente testa, o preocupado promotor, sabedor do costume de se lavar a honra com sangue naquelas provincianas plagas, interrompeu a narrativa do macambúzio consulente:

- Não vai me dizer que o senhor fez besteira, hein, Sêo Zé?

- *Bão, dotô, se o sinhô não se importá, acho melhó conta o resto junto com a Candinha, qui tali fora esperano.*

Logo em seguida, consoante nostálgica descrição abrittiana, *exalando uma fragrância de laranjal em flor, entrou na pequena sala uma bela morena, de cabelos e olhos negros, pernas e coxas bem torneadas, cujo ralo vestidinho de chita, colado ao corpo, modelava os empinados seios e os salientes quadris. Com a voz compungida e entrecortada por soluços, mordiscando os rubros e carnudos lábios, a angelical e lacrimosa rapariga solicitou desnecessária permissão para se sentar.*

Mapeando com as *distraídas* retinas os atributos geográficos daquela cálida moçoila, já em *preliminar*, o atento promotor chegara à inequívoca conclusão de que, no caso em *testilha*, independentemente da vocação ou não do descuidado marido para toureiro, qualquer um que se casasse com alguém como a ingênua e sensual *Candinha*, automaticamente, estaria inscrito como candidato a galhadas de fazer inveja aos mais nobres alces, antílopes, cervos e outros assemelhados galhudos. Superado o momento de profissional contemplação e silenciosa reflexão, meio entreouvido e sem a menor intenção de causar melindres, Abritta não teve como não perguntar:

- *Sêo Zé, com todo o respeito, o senhor tem dado a devida assistência à Dona Candinha? Tem comparecido?*

- *Bão, dotô, assisti memo foi só essa veis. Agora, comparecê, pelo menos umas treis veis por semana. O sinhô acha poco?*

- Bom, *Sêo Zé...* deixa isso pra lá e vamos ao resto da história. E, sob o olhar meigo e imantado de sua emotiva mulher, o bom paroquiano, entre constrangido e meio vingado, narrou a cena da *guampada de corpo presente*, ora *abrittianamente* recomposta:

Zé: - Ah -há, seus disgramado, peguei ocêis, hein?!

Val (suando em bicas): - Uai!! Mas que calor, hein, sô?

Zé: - É! E ocêis esquentano o rabo no fogão, né? Deixa eu mostrá quê quê bão pra refrescá...

Desnecessário dizer que, de calça na mão e deixando pra trás um exemplar da Barsa, o tal Val picou a mula pela porta dos fundos, levando, em sua meteórica passagem pelo quintal, o varal de arame e a cerca de taquara no peito. E, rasgando o mato, desapareceu do distrito da culpa.

- E a Dona Candinha, Sêo Zé?

- Bão, dotô, ela só chorava e falava: me castiga, me castiga, me castiga...

Daí quieu, envaretado de réiva, depois de jogar no fogo o tal livrão da Balsa, olhei bem prela, olhei bem, olhei bem e... Bão, se o sinhô me permite dizê, eu... Bão, eu acabei sentano a vara nela...

Nesse comenos, Zé olhou para a cordata mulher, que, meneando a cabeça mergulhada entre as mãos, aparentava ainda nada ter a reclamar do castigo, o qual inclusive teria sido reaplicado no dia seguinte, a pedido da prestimosa penitente.

Sentindo que o cônjuge originalmente faltoso demonstrava sincero arrependimento, enquanto o outro dava mostras de ser capaz de perdoar, o comovido promotor, que desde seus tempos de coroinha em Cataguases, sempre manteve ótimas relações com o Altíssimo e com seus prepostos aqui na Terra, passou a fazer uma empolgada e edificante pregação em defesa do casamento uno e indissolúvel.

Lembrando ao casal que *o matrimônio é para a Santa Madre Igreja um sacramento e que, diante de Deus, os noivos fazem juras de amor eterno*, o bem-intencionado promotor ressaltou que o desquite — à época única forma de extinção da sociedade conjugal — os deixaria muito mais expostos à preconceituosa discriminação social do que a reconciliação. Assim, era melhor o casal continuar junto e deixar que o tempo cicatrizasse as *frontais* marcas do ocasional e *cândido* deslize.

E com aquele poder de persuasão que, tempos depois, o levaria à fama e à fortuna — esta, é claro, após a aposentadoria —, revogando parcialmente um dos artigos da Tábua de Moisés, arrematou o sacerdotal discurso:

- Olha, Zé, por mais que um cônjuge ame o outro, todo mundo sabe, embora poucos admitam, que sempre é possível desejar outra pessoa ao mesmo tempo. Nesse mundo de guerras, miséria e tantas outras mazelas, o passageiro momento de fraqueza de sua *boa esposa* pode ser considerado um pecado venial, que bem pode ser perdoado. Afinal, foi uma *vezinha só*, incompleta, em cima do fogão..., além de que a Dona Candinha já demonstrou sentido arrependimento, você já a castigou, e o aventureiro ambulante (Valdivino Tocafundo, como se apurou) certamente não vai mais ciscar nas redondezas. A carne é fraca. Está nos Evangelhos. Amar é saber partilhar, ou melhor, perdoar.

- *Bão, dotô*, já vi que o *sinhô*, além de *falá* bonito, conhece, ao contrário do Padre Levindo, bem *o riscado*, né?

- Não, Zé, não me leve a mal, mas eu sou, e espero continuar sendo, com a graça da Imaculada *Conceição*, leigo no assunto. De qualquer forma, acho que vocês merecem se dar mais uma chance.

Tocado profundamente pelas palavras do inspirado promotor e conselheiro conjugal, o casal se reconciliou.

Tormenta passada, fogão de lenha trocado por fogão a gás, menos de dez meses depois era levado à pia batismal da provinciana paróquia o filho primogênito de Dona Candinha, que, apropriadamente, recebera o nome de seu progenitor. Ou melhor, quase. Em verdade, sentindo-se meio insegura quanto à ascendência biológica paterna, a romântica Candinha, com a concordância do *galhardo* e compreensivo marido, deu ao pimpolho o sugestivo nome de *Joseval Cervídeo Filho*.

O Rábula

Antônio Francisco Patente

O lugar era acanhado: duas mesas de madeira guarnecidas com tamboretas. No canto uma mureta de adobe à guisa de balcão; atrás uma prateleira com alguns litros de cachaça preparada com ervas. Aos pés dela um congelador vermelho, descascado, com o resto de uma marca de refrigerante. De pé, encostada ao arremedo de balcão, uma mulher. Sua palidez estava disfarçada por um *rouge* retinto, que lhe transformara a face em um simulacro alviado, contrastado pelos círculos irregulares de maquiagem quase circense. A boca era toda vermelha: os lábios porque foram tingidos por batom barato, e as entranhas porque só mostravam as gengivas, ornamentadas por um único e solitário incisivo. Sua idade era indefinida, devia beirar os trinta, mas o pergaminho da pele carcomida indicava o dobro. Suas vestes eram comuns: uma saia de chita, curta, que deixava antever boa parte das pernas sofridas, de relevo irregular, branco-pardacentas, de onde ressaltava um mapa de rios azuis, traçados em escala assimétrica pelas varizes abundantes. Cobria-lhe o torso raquítico e desproporcional, achatando os peitos minguados, uma blusa que já fora cor-de-rosa, sem mangas, curta a ponto de exhibir a protuberância em que se transformara o seu umbigo: um cone disforme... A mulher, sabe-se lá pensando em quê, detinha os olhos no copo onde repousava translúcida mais uma dose da cachaça, servida pelo vendeiro, que se postava assentado sobre um caixote, de onde comandava o ambiente.

Belchior estava ali, na mesa do canto, olhando para o rótulo da cerveja que pedira, e que já viera quente, aguada.

Sem que razão qualquer houvesse, o vendeiro levantou-se, abriu uma gaveta e dela tirou um velho disco. Nem capa tinha! Colocou a bolacha em uma velha vitrola que jazia no outro canto,

também detrás do balcão. A música invadiu o ar. A idade fizera com que a vitrola desembestasse os limites da rotação adequada, de sorte que a voz do cantor soou esganiçada, célere, como se estivesse envergonhado de mostrar os dotes em ambiente tão acanhado, para plateia tão restrita. Ao ouvir a música canhestra Belchior ajeitou o revólver na cinta, encostou o tamborete na parede de taipa, e prestou atenção aos versos dolentes: "Hoje eu quero a rosa mais linda que houver, quero a primeira estrela que vier, para enfeitar a noite do meu bem". Ficou a imaginar como é que alguém podia falar de rosa, de estrela, de enfeites, num lugar zambembe como aquele... Fixou os olhos na mulher. Aquelas palavras haviam-lhe despertado alguma lembrança antiga, pois mal a voz de taquara rachada proferira os versos, ela se empertigara e passara a mão pelos cabelos desgrenhados, como se fosse a própria destinatária deles, ou, quiçá, recordando-se de tempos mais auspiciosos. "Quero a alegria de mãos se encontrando", continuava o cantor, ou a cantora, nem se podia identificar quem arriscava àquela ousadia.

Belchior se recolheu, rememorou sua vida, seu passado triste. Passou-lhe pela tela da mente o seu sucesso e o seu fracasso. De inopino, levantou-se. Uma revolta súbita fizera com que arrumasse o puído, amarfanhado e encardido paletó, como se estivesse ainda naquele tribunal onde em tempos idos fora um mestre. Com sua voz tonitruante, ainda poderosa, passou a berrar:

- Quem quer alguma coisa aqui sou seu, não uma voz estúpida, maluca, que julga cantar para o mundo; que invoca coisas de que não sabe, que não tem destinatário, que alimenta esperanças falsas, como se a vida fosse de sua propriedade. Quem quer sou eu...! Quero saber de tudo, me inteirar de tudo; quero ser completo; quero sonhar; quero chorar; quero ser triste; quero ser a alegria; quero viajar; quero amar; quero ser amado, apaixonado; quero ficar doente de prazer; quero escorraçar a tristeza, o mau humor, a inveja e todos os outros sentimentos nefastos que se apossam dos homens ... Não quero a riqueza dos desonestos, a opulência dos facínoras, o cinismo dos covardes, a indulgência dos estúpidos. Quero mais, quero ter em minha consciência, bem

gravada, a certeza de que viver vale a pena, ainda que para isso se tenha de cometer o desatino de querer ser feliz. Quero levar ao mundo a certeza de que felicidade é que gera a esperança de se conseguir um lugar alvissareiro na eternidade, que há de ser vivida em um plano superior, opulento, onde os irmãos não se engalfinham pela vileza do dinheiro, onde os pássaros não são destruídos pela ganância de quem precisa derrubar árvores e liquidar a natureza. Quero dizer a todos que sonhar é a arte do possível, já que o sonho é a transcendência da realidade que se quer viver. Quero publicar que não se pode viver a vida correndo atrás de quimeras de gozo fácil, e que não se deve pelejar na existência por conta de coisas efêmeras, sutis, esvoaçantes, com a característica comum de serem breves, voláteis, sem muita duração, como todas as coisas fúteis. Quero dizer que espero que em mim baixe um dia uma parcela mínima de compreensão capaz de me levar ao entendimento pleno acerca da realidade que comanda as leis do universo. Quero que todos saibam que sou falível, imperfeito, injusto como todos os homens!

Quando terminou, arfante, Belchior estava sobre a mesa, de pé, com o revólver na mão direita, apontado para o alto. O vendedor derrubara a radiola na debandada. A mulher se assentara no chão e o olhava com olhares lânguidos. Chorava! Arremedava um aplauso, porém as palmas não ousaram estampar, uma mão batia na outra, chocha, em ritmo lento, em silêncio. As pernas, dobradas, abertas, deixavam ver-lhe as protuberâncias do sexo sem atrativos. Belchior mirou o ambiente silencioso e compreendeu que chegara o momento de romper com o seu rubro destino. Estava bêbado, desandou a chorar. Trôpego, aproximou-se da prostituta, pegou-lhe a mão de unhas roídas e vermelhas e a ajudou a levantar-se. Recompôs-se. Apanhou o ensebado código civil que fora arremessado a um canto, passou o braço pelo ombro da mulher num amparo fraterno e saíram juntos, abraçados.

Lá fora a noite era alta. Ao longe, vindo do éter, uma canção murmurava: "sorri quando a dor te torturar, e a saudade atormentar, os teus dias tristonhos, vazios ...".

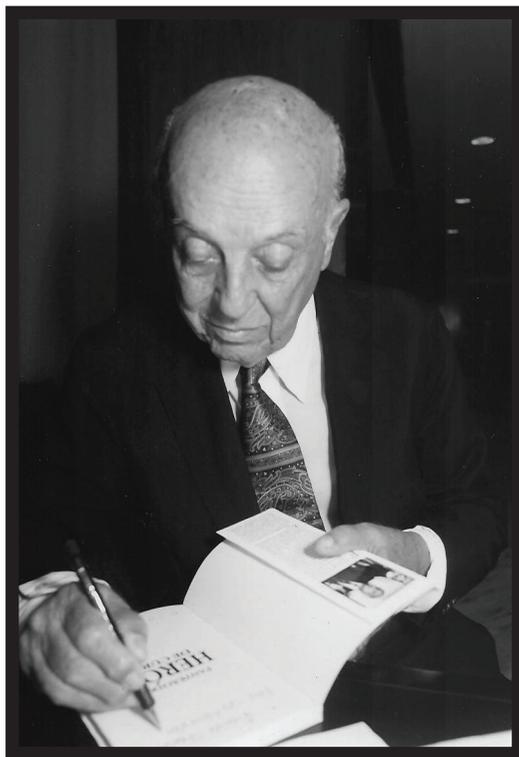
O pranto do casal tomou feições de lamento, reboou nos elementos como o uivo unísono dos animais mitológicos...

Então o breu da noite os comeu!

Júlio Sanderson e a importância literária do Sul das Gerais

Bergson Cardoso Guimarães

Júlio Sanderson e a importância literária do Sul das Gerais



2014. Esse ano Júlio Sanderson completaria cem anos. Várias comemorações, principalmente na sua terra natal, Aiuruoca, relembram a força cultural de uma personalidade marcante no campo das letras, da medicina e da história do Sul de Minas. A casa onde viveu é hoje um museu, em Aiuruoca, que reúne signos

históricos e literários. De lá, ainda, de certa forma, também presos ao ostracismo, emergiram outros grandes nomes da cultura estadual como Franklin de Massena e Dantas Motta.

Todo homem é filho de seu tempo e produto de suas idades. Todo ser humano amolda-se aos seus conflitos, reparte suas possíveis felicidades e é gênese de suas circunstâncias. Todo tempo traz suas mudanças comportamentais e morais, tecnológicas, políticas ou religiosas.

As mudanças vêm por crises, revoluções e guerras, sofrimentos e descobertas científicas. As grandes derrotas, conquistas e vitórias se perdem na história, qual seja num fluxo e refluxo de ondas cheias de gestos, significados, sentidos e signos.

Enfim, o que se perde no eco profundo do nada se esvai, como o próprio ruído da existência. Mas ainda temos a vida. A vida concreta. A oportunidade de ver, criar e viver, em outro plano, apresenta-se como o maior milagre. A reverência pela vida impõe uma permanente conexão e diálogo com uma natureza superior, inimaginável, inconsciente. Ao reverso, o inexorável da morte, e da finitude de tudo e de todos, talvez seja o maior mistério.

O permanente repouso e movimento instala-se dentro da contínua mudança da vida e da morte. "A vida é sonho sem sono. E a morte? A morte é sono sem sonho".

Algo porém certamente fica: é aquilo que o homem plantou de bom, aquilo que está comprovadamente revestido da realização do bem. Isso permanece. Mais do que plantar é necessário fazer crescer. O que é plantado com afeto e responsabilidade cresce e fica. Depois do terremoto ficam as grandes colunas, sólidas e lindas, no vai e vem da realização humana sobre a face de nossa morada: a grande e sensível terra-mãe. "Tudo isso passa, o que fica é aquilo que nós conseguimos plantar de bom. Isso permanece".

Júlio Arantes Sanderson de Queirós via na arte uma possibilidade real de criar a conexão instrumental que captasse o sentido e a realidade. Foi um médico de almas e corpos necessitados de ajuda, de saúde, de salvação. Cada minuto de sua existência era voltado para a realização do bem, da construção de um mundo mais justo e de mais verdade.

A medicina e a atividade literária do Julinho da Aiuruoca — como gostava de ser chamado — era uma prática filosófica, uma permanente interlocução histórica, uma interposição política, uma idealização metodológica e espiritual e afastava a mercancia possível de arte tão nobre. “Sou um mero arrancador de vísceras” dizia quando confrontado com suas realizações, com suas histórias e crônicas que marcavam muito das peculiaridades do Sul de Minas.

“Cultura é tudo aquilo que a gente aprendeu, depois que a gente esqueceu, tudo aquilo que gente aprendeu”. A cultura e a natureza moldaram nas montanhas das Minas Gerais um homem singular. Figura que deve ser lembrada, estudada, compreendida através de sua obra.

Relembramos uma passagem em que Júlio Sanderson cita sua colega de profissão: Guimarães Rosa. Esse, como médico nos sertões das Gerais, certa vez foi ver um doente numa casa de camponeses. Ouviu a dona da casa dizer sobre as características de todos os seus filhos. E, no final, ela emendou: “Só o Miguilin é que é muito sonso, mal mandado”. Inclusive a professora mandava ele sentar-se mais lá atrás, por ele mesmo ter dificuldade de aprender, completou a mãe. Guimarães, depois de muito perscrutar, tirou então umas lentes de uma caixa e testou no rosto de Miguilin, dizendo: “Vai procurar o parafuso da máquina que mamãe mandou”. O menino, deslumbrado, sem se conter de alegria, correu e achou o parafuso na areia, portando nos olhos as grossas lentes colocadas. Miguelzinho, em verdade, não era sonso, era míope. Júlio Sanderson, que viveu coisas parecidas, contando essa e outras histórias, sempre trazia sua conclusão filosófica, como no caso: gente pobre muitas vezes não procura o médico por desconhecimento, o Estado é que tem que ir ao paciente. “Só um projeto político será capaz de levar aos meninos os meios de diagnósticos e tratamento, porque tem uma dinâmica própria, irredutível, que é a mobilização popular”.

Era assim. Quem tinha a oportunidade de conviver com Júlio Sanderson, seja por dez, quinze minutos sequer, logo era marcado pela fleuma e energia de um ser que tocava a todos sempre com uma boa história, um salutar exemplo, tomava-se

o interlocutor com uma experiência inesquecível, um convite à realização, ao fazer humano.

Conversar com Dr. Júlio era se embebedar da literatura, da história, da filosofia, da prática política visando ao bem comum, das referências das amigadas e das ideias sempre vivas. Em seu diálogo não havia espaço para conversas em torno da vida de outrem. Tinha os seus defeitos, como todos, mas ali estava acesa sempre a visível memória seletiva para o bem. Prodigiosa memória.

Saiu de sua aldeia, Aiuruoca, para construir-se como uma lenda da medicina brasileira. Sua participação na construção da residência médica como instituição necessária foi capital, nas memoráveis aulas práticas que faziam o acontecimento das madrugada dos hospitais Getúlio Vargas e Pedro Ernesto, no Rio de Janeiro.

Júlio Sanderson reunia as três condições dos grandes oradores: era poeta, era filósofo e era ator.

O Projeto dos Remédios Genéricos, hoje reconhecido como uma política pública institucionalizada e aprovada — que tem muitos “pais”, principalmente em época de eleição — nasceu de estudos, pesquisas e concepções organizativas suas realizadas desde o ano de 1960. Era um sonho. Quando Itamar Franco assumiu a Presidência, Jamil Haddad assumiu a pasta da saúde. Júlio Sanderson, amigo de ambos, então como assessor de Jamil, pôde ver seu trabalho implementado, canalizado para um projeto parlamentar, e depois consolidado no Governo FHC.

A natureza nunca reconhece o princípio das boas intenções. Por mais que um médico esteja tentando salvar a vida de outrem ele pode errar e ser punido por isso. Por melhor que estejamos com a boa e legítima intenção da construção de um bem maior, a natureza pode nos esmagar, decide nos destruir sem maiores explicações. Mesmo a natureza humana nem sempre costuma transigir com aqueles que buscam construir, com sinceridade, um mundo melhor. Para a natureza, de fato, não existe o princípio das boas intenções.

Julinho ainda é uma personalidade pouco conhecida nos meios “intelectuais”, mesmo em Minas Gerais. Sua obra ficou entre aqueles que tiveram oportunidade de conhecê-lo e sua mensagem está mais forte do nunca, ressurgirá ainda com mais vigor. Seus livros, suas ideias, seus projetos resistirão às intempéries da destruição e ficarão, como a árvore bem plantada, em solo que recebe cuidados.

A afinidade não se define, ela é apenas... sensível. Em torno de Julinho reuniam-se jovens, crianças, seus amigos diletos, poetas, músicos, discípulos. Suas duas casas, no Rio de Janeiro e em Aiuruoca, eram pontos de encontro de todos que confluíam para uma alegria inconfundível de estar vivendo o privilégio de estar perto de uma personalidade marcante e nos fazia pensar melhor e admirar coisas aparentemente recolhidas na alma humana.

Em 1964, no olho do furacão do golpe, militares invadiram sua casa no bairro Grajaú, no Rio, e um general — ante os latidos dos cães da casa — reclamou em altos brados: “calem esses cachorros”. Julinho e Dona Lilu, sua esposa, também médica, prima de Carlos Lacerda — e com parecido temperamento — tiveram que explicar com veemência que os cães da casa não gostavam de visitas indesejáveis. O poder, de fato, não eleva as pessoas, o poder revela as pessoas.

Todas as quartas-feiras o escritor Pedro Nava realizava um jantar em sua casa, no Rio. Júlio era o convidado que trazia a cultura, a importância literária do Sul das Gerais. Em cada referência, uma história de vida, em cada crônica, uma ideia construída com o vigor do sentido histórico. A riqueza cultural dessa região do Estado era trazida com profundo conhecimento nesses encontros que tinha Drummond de Andrade, Oranice Franco e outros confrades.

Em nosso tempo, marcado por um crescente individualismo, o dinheiro acima de tudo e o perigoso desinteresse pela política, é necessário lembrar e discutir Júlio Sanderson. Em nosso tempo, onde a destruição socioambiental e o excessivo consumismo impõem-se como comportamento convencional, as ideias e textos de Júlio Arantes Sanderson de Queirós estão mais vivos do que nunca. Surgem e ressurgem com seus ideais ainda pungentes.

Seus exemplos e a mensagem concreta deixada de sua existência emergem com mais força ainda.

Homem de seu tempo, Dr. Júlio concretiza-se como um verdadeiro herói. Júlio Sanderson deixou marcada sua existência como um herói de fazer, de criar, uma referência que nos faz pensar. Homem de seu tempo, Júlio Sanderson instala-se, aqui e agora, como um verdadeiro e legítimo herói de curar para o nosso tempo, uma referência cultural da mais essencial história da literatura em Minas Gerais.

Agosto
Aniversário
Aos 45 do primeiro tempo

Danielle de Guimarães Germano Arlé

Agosto

(para Olga Guimarães)

Não sei de onde partiu a associação de agosto ao mês do azar. Para mim, particularmente, o oitavo mês do ano gregoriano trouxe, desde antes do meu nascimento, muita sorte.

Quando veio ao mundo, em agosto de certo ano, uma menina de nome russo e nariz arrebitado, um trevo de quatro folhas foi colocado na primeira página do meu livro da vida, que teria início, no ventre daquela linda moça, vinte e três anos depois. E esta garota bela, loira e levada, ao nascer no dia 21, chegou como presente de aniversário de seu pai (o mais amado dos avôs), também agostiniano.

O mês de número oito foi ainda portador, anos mais recentes, de dois tesouros de minha arca, chegados ao mundo em barriga-quase-minha-também, fruto da mesma leonina.

A tal moça, dada à luz em agosto, filha e avó de outros espíritos de júbis, tornou-se minha mãe, para meu muito gosto.

Como em toda boa receita, seus ingredientes foram colocados a gosto, para que fosse irrepitível, única, a mãe que dela surgiu, a melhor, para todos os gostos.

Dando sentido ao seu mês natal, a mulher cujo nome significa "sagrada", mostrou-se a mais augusta das mães e eu, por sorte, uma de suas filhas.

Agosto é mês de celebrar a sorte, agradecer ao Lançador destes dados e dizer à leoa do dia 21 que meu amor por ela, assim como a simbologia do número do seu mês, é infinito!

Aniversário

Um dia, acordamos com um ano a mais. Acontece uma vez por ano, de forma democrática, com todos os que ainda se encontram neste plano espiritual. O fenômeno, chamado de aniversário, por alguns é feito, por outros, conquistado.

Há quem deixe o tempo passar sem notá-lo, assim como a Carolina do Chico, que deixou de vê-lo quando passou na janela. São os que *fazem aniversário*, assim como fazem uma receita de bolo, e sempre se esquecem dolosamente, de colocar no tal bolo o número correto de velas. Fazem anos, com a ilusão de que estes podem ser feitos, como produtos fabricados em série. Vivem a reclamar da falta de vigor, das rugas que aparecem, da barriga que sobressai e dos fios de cabelos brancos.

Lado outro, há os que *conquistam aniversários*. Não importa que sejam de um, dois, cinco, dezesseis, vinte, trinta, quarenta, sessenta ou até cem anos, porque estes, ao contrário de serem feitos com manual de instrução, são *compostos*, como música ou outra obra de arte. São pessoas que conquistam anos, como quem conquista montanhas cada vez mais altas, orgulhos de escaladores.

Correndo o risco de parecer hipócrita, assumo que, hoje, com meus trinta e sete anos conquistados, sinto-me melhor do que aos quinze, dezoito, vinte e cinco ou trinta e seis. É claro que, assim como aqueles que apenas fazem anos, também sinto a aparência das marcas de expressão, da teimosa barriguinha e dos fios desbotados na cabeleira. Mas isso, ah, isso é fácil superar, pois a modernidade trouxe toxina botulínica, as francesas “Vichy” e outras, a ginástica diária e as tinturas italianas. O que a modernidade não trouxe (e isso é segredo partilhado entre poucos

agraciados) foi o sentimento de rara beleza, que pula para fora e cisma em mostrar-se cada vez mais ao espelho. Beleza advinda da maturidade, da atingida capacidade de ceder. De autoconhecimento, de memórias guardadas sem nostalgia, com certeza de que tantas outras ainda virão integrar o álbum de retratos.

As primeiras pessoas começam a envelhecer no dia em que nascem. As últimas, porém, acreditam que, não importa o número de anos, ainda podem mudar o mundo e escalar, esplendorosamente, o Everest.

Os que fazem aniversário um dia morrem, assim, sem mais nem menos, como ponto final. Os que sabem conquistar os anos, conquistam com eles o agradecimento ao Criador, pelo milagre da vida e pelo direito de ter a revelação de que ela, essencialmente, é eterna.

Aos 45 do primeiro tempo

Sendo a única mulher da casa, tenho respirado futebol e, de verdade, tenho até torcido com força pelos azarões.

Foi neste clima de torcida que deixei a cidade para passar o feriado e comemorar o meu aniversário em um lugar bem especial, com cheirinho de mato mineiro misturado ao dos óleos essenciais da flores e ervas da Provence.

Apesar da ausência de internet e do péssimo sinal de celular, o futebol deu um jeito de cavar seu espaço no tal refúgio verde.

Em meio a caminhadas, lindas cachoeiras, massagens revigorantes e garrafas de vinho, ainda houve tempo para, ao lado do mais amados dos franceses, me emocionar com *La Marseillaise* cantada pelos *Les Bleus* presentes na Arena *Fonte Nova*, torcer por cada gol da seleção de Gana e vibrar com o lindo gol de Luís Suárez. Lindo gol, do Uruguai?! Sim, lindo como o astral que tenho visto por aí, nos estádios e nas cidades.

Deus vem mostrando sua brasilidade ao unir bem aqui, em solo verde e amarelo, nações e religiões que nem sempre se entendem fora dos gramados. E nestes, ah, as seleções têm batido um bolão! Como a repetir a vida, às vezes ganhando, às vezes perdendo, mas sempre procurando jogo.

E assim sigo também, aos literais 45 do primeiro tempo, me preparando para o que ainda der e vier. Ouvindo os conselhos de algumas técnicas que sempre me acompanharam e acompanham, procuro aprender a jogar mais solto, quem sabe fazendo mais giros e sabendo que a bola tem vontade própria, que nem sempre é possível controlá-la e que, justamente por isso, o campeonato é tão emocionante.

E como mencionei o gol da Celeste, lembro de um trecho do adorável livro “El Fútbol, a sol y sombra”, do não menos adorado Galeano: me aqueço para o segundo tempo como “bailarin que danza com una pelota leve como el globo que se va al aire y el ovillo que rueda, jugando sin saber que juega, sin motivo, sin reloj y sin juez”. Que role a bola, pois o que quero é jogo!

Caso do abacateiro

Élida de Freitas Rezende

Caso do abacateiro

Uma amiga me falava de seu apreço por abacates e da árvore que a família cultivava no quintal.

- Lá em casa tinha um abacateiro, mas era macho. Falei, mais para degustar a expressão que para dar curso à conversa.

Depois fiquei pensando na melodia das palavras.

As que saíam do meu avô Januário faziam coro perfeito com o ranger das porteiras e o mugido das reses de longos chifres: perrengue, derradeiro, enjeitado, ralhar. Acordes de outros tempos.

Já o palavreado do meu pai entoava ritmo diferente: cabedal, burilar, naipe, pleito.

Foi ele quem plantou o infrutífero vegetal.

A essa altura, a prudência recomendou consulta ao *Google*. Encontrei que abacateiro é hermafrodita, portanto, nem macho nem fêmea, e outros tecnicismos que não vêm ao caso.

Não importa. Ficou a lembrança, espichando minhas raízes.

A primeira Promotora de Justiça da América Latina

Joaquim Cabral Netto

A primeira Promotora de Justiça da América Latina

Neta do Coronel da Guarda Nacional Júlio Tavares Paes, Advogado, autodidata, Deputado Estadual, membro do Partido Republicano Mineiro, contemporâneo e colega de Bernardo Monteiro, amigo de Afonso Pena, Wenceslau Brás, Delfim Moreira e Silviano Brandão, a Dra. Iracema Dias Tavares Nardi era filha de Gardênia Tavares Paes e Francisco Ildefonso Dias, nasceu em Guaranésia, Minas Gerais, em 20 de agosto de 1912.

Seus avós, que moravam numa fazenda próxima da cidade, tiveram nove filhos: Gardênia, Natália, Maria Emília, Fernandina, Jarina, Nívea e Nilza, e os filhos Júlio César e Olavo.

O Coronel Júlio Tavares dava notícia do mundo inteiro, pois através de um receptor de rádio da época, e mais tarde através de uma assinatura do Estado de São Paulo, — “o Estadão”, estava sempre informado do que ocorria além dos limites de sua cidade.

Deve-se a ele, como o mais ilustre morador, a fundação e a denominação da cidade de Guaranésia. Quando da escolha do nome da localidade, três sugestões foram-lhe apresentadas para escolha: *Tavarésia*, – em homenagem ao próprio nome, Júlio Tavares; *Gardênia*, nome da sua filha mais velha; e *Guaranésia*, – que em tupi-guarani significa “o pássaro da ilha”.

– Eu não vou fazer média com o nome da minha família, – disse ele, e escolheu para a localidade o nome de Guaranésia.

Para que bem se compreenda o crescimento intelectual da Dra. Iracema, é preciso que se tenha uma visão de sua avó.

Na década dos anos 30 do século XX, numa cidade do interior de Minas Gerais, com as limitações de todas as cidades do interior da época, havia uma mulher, casada com uma pessoa de destaque na cidade, que teve vários filhos e filhas. Essa mulher,

Gabriela Gomes Dias, avó da Dra. Iracema, era uma mulher que, como seu marido, o Coronel Júlio Tavares Paes, estava sempre atualizada em matéria de notícias, não em razão de jornal, porque no princípio daquele século eles não circulavam na cidade, mas em decorrência do rádio, porque na verdade a sua difusão no Brasil começou exatamente na década dos anos 30 do século XX.

Ela foi uma mulher que exerceu uma influência muito grande na formação de suas filhas e, através delas, na de suas netas. Não tinha curso superior, — aliás, naquela época as mulheres, salvo raríssimas exceções, quando estudavam não tinham nada além do curso primário. Mas ela também, como seu marido, era uma autodidata: dava notícia de tudo que ocorria no mundo. Era uma “cabeça com visão de futuro”, e com isso ela praticamente empurrou os filhos para fora da roça e todos eles tiveram uma educação prendada.

Pouco antes de morrer o Coronel Júlio Tavares, mostrando que era um homem à frente de seu tempo, recomendou à sua mulher através de um bilhete:

– Gabriela, cuide bem da educação das meninas porque num futuro próximo a mulher terá que trabalhar fora de casa.

Todas as irmãs da Dra. Iracema Tavares Nardi foram pessoas voltadas para a área da educação. Sua mãe, Gardênia Americana Tavares Paes, e sua tia Natália, além de normalistas, foram aprovadas, respectivamente, nos cursos de Direito e de Farmácia em faculdades da cidade de São Paulo, e só não concluíram os cursos devido à morte do pai. Permanecendo em Guaranésia, fundaram o externato Imaculada Conceição, escola que foi a precursora da educação das crianças da cidade, inclusive da alfabetização da Dra. Iracema. As outras filhas do Senador foram assumindo aquela escola e assim se tornaram as pioneiras na educação da cidade.

Suas irmãs, Nívea e Nilza, se formaram na Universidade Federal de Viçosa, respectivamente nos cursos de Técnica Agrícola e Economia Doméstica.

– Os meus avós por parte de pai, – diz Aluizio Nardi, filho da Dra. Iracema, eram italianos, da família Nardi. Vieram da Itália no tempo da guerra e se radicaram em Guaranésia. Meu avô,

Mário Nardi, começou a trabalhar numa fazenda e o fazendeiro ofereceu sociedade para ele. O fazendeiro era o Dr. Alberto Alves, que foi um dos fundadores da famosa Casa Mappin. Esse meu avô tornou-se amigo e sócio dele num banco e numa fábrica de tecidos da minha terra que existe até hoje.

Ela fez o primário em Guaranésia e depois, para continuar seus estudos, foi para Muzambinho, o local mais próximo de sua cidade natal. Muzambinho era à época o polo de educação mais importante do Sul de Minas, tanto é que hoje ainda tem uma escola agrícola.

De lá ela foi estudar em São Paulo porque Guaranésia, no sul de Minas, fica perto de Mococa, e é quase divisa com o Estado de São Paulo, lá no cantinho do Sul de Minas. Através da estrada de ferro Mogiana, que passava em Guaranésia, chegava-se a São Paulo. Não havia então a menor relação com Belo Horizonte. Para ir à capital de Minas Gerais era preciso atravessar o Rio Grande de balsa, — ainda não tinha Furnas, e numa viagem que era uma epopeia e muito complicada andavam-se horas sem fim por estradas empoeiradas sem asfalto. Aquelas viagens limeiras, antigas, eram um sacrifício!

Ela mesma nos conta aquele momento de sua vida:

Quando terminei o ginásio e percebi a luta de meu pai para educar nove filhos, não hesitei em agarrar com unhas e dentes o convite de um tio e padrinho que morava em São Paulo e ali advogava. Oferecia-me ir morar com sua família para continuar os estudos e fazer um curso superior. A escolha desde já estava assentada. E lá se foi para São Paulo a mocinha de 17 anos, sem traquejo social, pois fizera o curso secundário em regime trancado de internato de freiras, situação que não mudava muito nas férias, pois preferia passá-las na fazenda agarrada aos livros.¹

1 Todas as citações de comentários da própria Dra. Iracema constam da Revista JUS da Associação Mineira do Ministério Público, n. 13, 1992, p. 30-36.

Concorrendo com mais de trezentos candidatos ela foi aprovada na conhecida Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, — uma das mais importantes do Brasil, e em 05 de janeiro de 1934 ela ali se formou. Daquela ambiente estudantil ela trouxe um lembrança que carregou consigo pela vida afora:

Foi debaixo das Arcadas, do pátio da velha Escola, na irreverência da juventude estudantil da época, que tive ocasião de ouvir, em várias circunstâncias e de várias formas, uma verdade crítica que sempre me fustigou: *"O aluno não pode ficar adstrito ao que o mestre ensina. Tem que examinar tudo e verificar onde o certo, onde o errado e tirar a sua própria conclusão!"*.

Dentre os seus colegas de Escola alguns foram proeminentes na vida acadêmica, política e jurídica, como, por exemplo, Miguel Reale, — mais tarde grande juriconsulto e professor do Largo de São Francisco; Antônio da Gama e Silva, — que foi Ministro da Justiça; Sebastião Paes de Almeida (Ministro da Fazenda); Geraldo Ribeiro do Vale, — mais tarde Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais; o poeta Murilo Mendes e muitos outros.

É ela mesma que nos conta como se tornou Promotora de Justiça:

- Tirei o meu diploma. Minha bagagem era: muito estudo teórico, prática nenhuma. Formada, passei quase um ano na fazenda, sem nada fazer.

Foi aí que aconteceram as coisas do destino ...

Ficou vago o cargo de Promotor de Justiça da Comarca de minha terra.

Os chefes políticos do partido de meu pai, influenciados pelos princípios e percalços da Revolução Paulista, levantaram os ânimos de

Guaranésia por mudanças e ganharam as eleições municipais da época, elegendo outro tio meu, para Prefeito da Cidade.

Na falta de um elemento masculino para a vacância da Promotoria Pública da Comarca, ofereceram-me eles, de improviso, o lugar vago. (Naquele tempo as nomeações eram políticas)

Como já andava envergonhada de nada fazer, aceitei a oferta, embora relutante. E com a cara e a coragem enfrentei os encargos da profissão, começando a trabalhar em 05 de junho de 1935.

Em 10 de outubro de 1937 casou-se com Mário Nardi, que trabalhava no banco local. Quando eles começaram a namorar ela ainda era estudante de Direito em São Paulo e ele não manifestou resistência ou oposição à nomeação dela como Promotora de Justiça.

Durante a recepção oferecida aos convidados foi anunciado o golpe de Getúlio Vargas que implantou no país o “Estado Novo”. Como ia passar a lua de mel em São Paulo, ela não conseguiu viajar, pois as fronteiras estavam fechadas.

O casal teve três filhos: Mário, Aluízio e Antônio.

Somente depois que nasceu o terceiro filho, — Antônio —, ele achou que talvez fosse mais interessante ela deixar o Ministério Público para se dedicar à família, cuidar dos filhos.

Certo dia ele lhe disse:

– Ó Iracema, você está muito atribulada com esse negócio de Fórum, com essa confusão. Agora nós temos três filhos. Acho que você precisa se dedicar mais à família. É muito processo, muita coisa, e o que eu estou ganhando aqui no banco, dá para termos uma vida tranqüila. Larga esse negócio!

Ela não se perturbou e redarguiu:

– Mário, eu não posso. Eu não posso largar minha profissão, que é a minha vida e tudo o mais!

Na realidade o serviço em Guaranésia era grande, o que a obrigava a levar trabalhos para casa e trabalhar muito. Seu gênio fazia com que ela levasse tudo muito a sério, e com isso ela passou a dedicar-se ao Ministério Público além do seu horário normal de trabalho a fim de poder manter seu serviço em dia e, com isso, levando muito serviço para casa todos os dias.

Passados uns seis meses seu marido, um homem novo, teve um ataque cardíaco e morreu.

Seu filho Antônio registra:

– Como mulher de visão até parece que ela antevia os caminhos do futuro. Se ela tivesse largado o serviço público — largando o Ministério Público, abdicando de tudo para cuidar dos filhos como é que ela iria ficar? Nós acabaríamos enraizados em Guaranésia, sem condição porque meu pai era funcionário do banco e não era homem rico. Se isso tivesse acontecido ela e a família poderiam ficar numa dificuldade danada.

Quando ele morreu eu e meu irmão Mário, o mais velho, tínhamos treze e onze anos, respectivamente, e estávamos juntos em São Paulo, no colégio interno. Antônio, o caçula, tinha dois ou três anos: era ainda um nenê de berço, e inclusive dormia no mesmo quarto em que papai morreu.

Amei muito meu marido pois deu-me maior segurança e apoio na profissão e sempre soube respeitar a minha liberdade de agir. Cumulou-me ainda com a alegria de ter três filhos. Luzes de minha vida, estímulo de minha ação, quando a morte do pai, aos quarenta e dois anos de idade, veio trazer-me desespero e dor e tudo parecia sobrar ao meu redor. (Dra. Iracema)

Com o passar do tempo ela tomou consciência de que, viúva, com três filhos em idade escolar, morando em uma cidade do interior sem as escolas que eles precisavam frequentar, seu salário não seria o bastante para mantê-los estudando fora, já era hora de procurar um centro maior no qual todos pudessem morar juntos. Com a morte do marido ela sentiu que a situação apertou e não havia outra alternativa senão procurar uma Comarca de maiores recursos na área educacional para educar os filhos. Foi então que depois de anos no interior ela veio para Belo Horizonte.

Ela mesma nos conta as circunstâncias de sua vinda para Belo Horizonte:

No decurso daqueles anos de trabalho, minha Comarca de 1ª entrância havia sido elevada à 2ª Entrância e, assim, resolvi e pude pleitear minha promoção para a 3ª Entrância na Capital – Belo Horizonte,

Não precisei lutar com competidores, pois no exato momento de minha necessidade, já tinha tempo suficiente para minha promoção por antiguidade.

A irmã dela, *Maria Emília Dias Gonçalves*, que era professora primária, acompanhou-a e continuou lecionando em Belo Horizonte. Como também ela era viúva, as duas moraram juntas e ajudaram na formação de Mário, Aloísio e Antônio.

Na capital do Estado ela foi para a Curadoria de Menores e iniciou uma nova vida no Ministério Público.

Em um Estado eminentemente político, e onde só os homens detinham as rédeas do poder, há que se questionar como na década dos anos 30 do século passado uma mulher conseguiu ser nomeada Promotora de Justiça, cargo que à época era de livre nomeação! Mais do que isso: não havia no Brasil exemplo de tal fato! Como teria ela rompido essa barreira política e até mesmo social?

A “força política” que levou à sua nomeação defluiu dos laços de sua família. Embora já falecido, seu avô fora Senador Estadual, cargo que existia na chamada Primeira República,

e um de seus tios fora eleito Prefeito Municipal de Guaranésia. Vê-se assim que sua família tinha ligações políticas para indicar o nome de uma mulher da cidade, recém-formada na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, — outra contingência absolutamente inusual à época! A nomeação da neta do velho Senador Júlio Tavares atendendo a pedidos locais seria, como foi, uma lógica da política mineira.

Por outro lado, outras ligações familiares se fizeram presentes. O Deputado Estadual Alberto José Alves, morador na cidade de Guaranésia, era casado com Margarida Ribeiro Alves, prima do pai da Dra. Iracema, e ele indicou-a para a vaga da Promotoria de Justiça de Guaranésia.

A posição social das mulheres não tinha, à época de sua formatura, o alcance e a naturalidade dos dias atuais.

– Naquele tempo mulher na nossa cidade não fazia nada, além de lecionar nas poucas Escolas Fundamentais existentes, — observou seu filho Antônio.

A diferença era que elas (as mulheres da família de sua avó) eram mais independentes, menos tradicionais do que as mulheres da cidade. Elas, embora não fossem de maiores posses, tiveram a oportunidade naquela época de estudar. E todo mundo da família falava que aquelas mulheres, não sei por que, eram mais dinâmicas do que os homens. Graças ao gênio da sua avó elas se mostravam muito inteligentes e estudaram.

O volume de serviço em Belo Horizonte era muito grande e por isso ela levava pilhas de ações de alimentos e tudo o mais relativo à sua Curadoria para casa, e se assim não o fizesse não teria condições de ter em dia seus serviços.

Ela era dedicada ao máximo, mas era tal o volume de serviços que ela quase não tinha tempo para conversar com os filhos. Ela ficava despachando na Curadoria, e estudando e falando em seus processos em casa. Até parecia que para ela eram encaminhados os serviços de outros membros da Instituição, e de tanto trabalhar acabou tendo de operar uma úlcera. Com muita dificuldade, ela se recuperou e permaneceu em suas funções até se aposentar.

– Eu me lembro de, em Belo Horizonte, diz seu filho Antônio, vê-la chegando sempre do Fórum com aquelas pilhas de autos. Eu me lembro também daquela época, em que a única mordomia que tinha era uma velha perua Dodge que ia buscá-la em nossa casa sempre ao meio-dia.

Na década dos anos 30 do século XX a mulher no Brasil não tinha uma perspectiva de trabalho profissional fora de casa. Seja porque não tivesse formação cultural ou técnica, seja porque o meio social ainda não a visse como necessária ao exercício da mão de obra em igualdade de condições com os homens.

Assim, quando entramos um pouquinho na situação da mulher naquele período, — época em que as mulheres eram essencialmente “do lar”, “de afazeres domésticos”, que não estavam inseridas em nenhuma atividade econômica ou política, foi de um ineditismo muito grande uma mulher ser nomeada Promotora de Justiça.

Não há como negar que também ela deve ter tido uma dificuldade de aceitação e imposição profissional, já que o povo de uma pequenina cidade do interior estava habituado a lidar com o mando dos “coronéis” políticos e não tinha as mulheres em conta de atividade de atuação no meio jurídico. Não temos condições de mensurar a ocorrência, ou não, de pressões sociais ou políticas no exercício das atividades do Ministério Público por uma mulher pouco depois do primeiro quartel do século XX, em uma cidade do interior de um Estado essencialmente político como Minas Gerais!

Mulher baixa, de um metro e sessenta e pouco, ela não era um tipo de beleza. Nunca foi vaidosa e durante a vida inteira foi muito simples, generosa e acolhedora. Não tinha ninguém que batesse “lá na porta de nossa de casa que ela não atendesse, que ela não acolhesse. Atenta à união da família, aos domingos fazia questão de que todos fossem almoçar com ela”.

Angélica Millena Riciopo, Promotora de Justiça aposentada de Minas Gerais, teve oportunidade de, no início de sua vida como advogada, ter contatos com a Dra. Iracema na Curadoria de Menores de Belo Horizonte.

– Era uma senhora doce, amável, mas segura do que fazia. Certa feita, quando lhe disse que gostaria de também fazer carreira no Ministério Público, — refletindo talvez sobre a posição profissional das mulheres àquela época, e sobre todas as dificuldades que teria tido até chegar a Belo Horizonte, ela me disse:

“A gente não é nada! A gente é apenas uma mulher”.

A frase talvez refletisse todas as dificuldades por que ela passou numa época em que o entendimento era de que as mulheres seriam apenas para vida do lar.

Muitos, ainda hoje, não se aperceberam o que significou a nomeação de Iracema Tavares Tavares Nardi, na década dos anos 30 do século passado, no Ministério Público de Minas Gerais. Com o ato de sua nomeação para Promotora de Justiça da Comarca de Guaranésia, abriram-se às mulheres em nosso país as portas de uma Instituição que durante toda época colonial do Brasil, bem como durante todo o transcurso de sua independência política, era aberta unicamente aos homens.

A partir dela começaram as nomeações de outras mulheres do Ministério Público de outros Estados da Federação, como por exemplo: Maria da Conceição Amorim Mota, no Maranhão (03 de julho de 1935); Sophia Galamnternick, no Rio Grande do Sul (30 de junho de 1938) e Zuleika Sucupira Krmnwerhy, em São Paulo (1º de agosto de 1946).

Hoje as mulheres ocupam não apenas cargos de execução no Ministério Público. Elas foram muito além, como Procuradoras-Gerais, Corregedoras-Gerais ou Ouvidoras-Gerais do Ministério Público de vários Estados da Federação; como integrantes da 2ª Instância do Ministério Público Estadual e Federal; como integrantes do Conselho Nacional do Ministério Público e do Conselho Nacional da Magistratura.

Registrar a história de uma Instituição, partindo daqueles que a fizeram, regenera, reestrutura internamente, dá estímulo à atuação de novas gerações e sentido da exata medida de um

tempo e de uma obra. O Ministério Público de Minas Gerais tem orgulho, respeito e gratidão pela passagem da Dra. Iracema Tavares Dias Nardi nos seus quadros.

Em 22 de abril de 2010 ela faleceu. Foi Promotora de Justiça em Guaranésia e Curadora de Menores em Belo Horizonte. Deixou uma família de dois filhos, oito netos e oito bisnetos, e um exemplo de vida para as mulheres Promotoras de Justiça e dignidade para todos os membros do Ministério Público.

Com sua morte o Ministério Público de Minas Gerais não perdeu apenas uma de suas ilustres integrantes, mas aquela que abriu o caminho de nossa Instituição para brilhantes mulheres que hoje o integram pelo Brasil em fora. Com esse registro, estamos certos de estar homenageando uma das mais respeitáveis integrantes da história do Ministério Público do Brasil e da América Latina.

Confissões Íntimas
Não tem como saber
O estranho Odinei
Um amor impossível

Luíz Alberto de Almeida Magalhães

Confissões Íntimas

A obediente senhora já estava na cozinha. Recatada, sempre esteve ali cozinhando, nos quartos e sala, arrumando, espanando e arranjando, sem nunca ter tido uma auxiliar para ajudá-la nessas tarefas do dia a dia. Casara-se com ele, não muito jovem, tendo sido mãe solteira na adolescência. “Menina vadia!”, comentavam uns, “menina, que menina o quê, mulher crescida, olha o corpo, vagabunda e ordinária, isto é o que ela é”, os mais cruéis. Sofrera, e muito, com os preconceitos. Fora caixa de banco. Nas sextas-feiras saía com os colegas para beber cerveja. Era cortejada, mas não gostou de ninguém. Só do antigo namorado, que a engravidou. E logo depois deixou-a, pressionado pelos pais. Ela, então, arregaçou as mangas e foi à luta. Traumatizada, não namorou mais. Criava a filha sozinha. Num dos bares, conheceu-o. Não lhe escondeu nada da sua vida. Foi ele quem lutou para conquistá-la, fazendo-lhe promessas. Embora ela o considerasse um homem vazio de propósitos, embarcou. Deixou o emprego a seu pedido. Com as suas infundáveis noitadas, amargou e comeu o pão que o diabo amassou. Penou e ainda pena. Menos com a velhice dele. Restaram feridas. A filha não mora mais com eles ali, vive na Espanha. A casa vazia, respirando marasmo. Só ela e ele. Que não era nada. Nem marido, nem amante, nem companheiro. Pouco se falavam. Com o silêncio, nasceu apenas mais um mistério entre eles. Com a palavra, certamente, nasceria um abismo. Um peso morto. Vinte e dois anos mais velho. Ela sempre quisera ter uma vida mais feliz, mais confortável, uma velhice calma de diversões e passeios ao lado dele. Nunca os teve. Nem quando moços. Ele sempre dizendo que o dinheiro estava curto. Uma vida inteira. Gastava com bebidas, ela sabia. E com mulheres, talvez. Nunca vira. Ela nunca quis luxo. Nem mesmo sabia o que era luxo.

Ele não se lixava, sempre na sua. Velho e bichado, mudou um pouco, deixando de beber. Ela, sempre sonhando, apegada aos seus santos, pedia que eles lhe dessem saúde, mais vontade de viver. E um pouquinho mais: conhecer a Espanha e rever a filha, que sempre lhe escrevia. Desejava começar a desfrutar a vida, que foi só de sofrimentos. Sair daquela execrável cidade, que ela detestava. Morar numa cidade com mar. Seria o primeiro passo. Sonhava que teria isso tudo. — “Seria luxo poder viajar e morar com janelas voltadas para o mar? Quem sabe um dia!” —. Simplesmente sonhava em ter um pouquinho mais, além do que lhe oferecia o velho. Com ele, jamais teria isso. Era um acomodado. Ela talvez se achasse uma velha, não pela idade que tinha, mas pelo que padecia nas mãos do velho. Não pedia o amor dele, que durou pouco. E se cobrava: — Será que amei? —. Se amou, não guardou lembranças. Era mais certo que não. Procurava não se lembrar. Tinha coisas melhores para sonhar. Já o velho, que era um encosto, não merecia um sonho. Ele sim, precisava dela. Vivia amordaçada pela avareza do velho, que poderia ter, mas não oferecia. Enganava a vida com um homem também egoísta, às vezes cruel e desconfiado. Não tinha amigas, os vizinhos não eram bem-vistos pelo velho. Porém, achava que não era bem isso. Não tiveram filhos. Melhor assim, talvez os odiasse por terem parte do sangue dele. Como não os teve, evitava pensar nisso. Regozijava-se com a filha. Bastou-lhe a menina. Era dela, só dela. O pai, moleque, nunca a procurou e nem ela precisou. Hoje, agradecia a bondade de Deus por ter gerado a filha. Gozavam ambas de boa saúde, o que também lhe importava.

O velho levantava tarde, quebrava o jejum com uma xicrinha de café e, pouco depois, almoçava e saía para a rua. Não se despedia. Doía nela o descaso. Seu único destino era uma velha casa dele que os pais deixaram. Terreno amplo, cercado por majestosos e caríssimos edifícios de apartamentos. Área nobre da cidade. Empresas de Engenharia oferecendo muito dinheiro e apartamento na planta. Ele, irredutível.

Ali, debaixo de uma mangueira, onde seu pai construía um banco de cimento, ficava o velho a rememorar seus tempos

de criança, adolescente e jovem adulto. A casa e o terreno serviam-lhe para recordações. A casa já não lembrava nada, visto o seu abandono: sem portas, sem janelas... um esqueleto de uma construção, outrora suntuosa. Seu pai fora um rico homem de negócios. Perdera tudo pela confiança que depositava nos empregados, que lhe roubaram tudo. Ficaram a casa e seu terreno. Ele, já casado e morando em outra cidade, perdeu os pais. Abandonado, o casarão tornou-se o que é hoje. Voltou, não para morar na casa, que já havia sido saqueada por mendigos. Cheirava à podridão. Alugou uma modesta morada e ali ia vivendo com a sombra daquela que nunca foi vista como sua esposa, mas sim como uma dedicada empregada de toda hora. O banco, que tinha como encosto o tronco da árvore, já não lhe oferecia o mesmo conforto. Pensava, naquela hora, em si mesmo e na velhice que lhe comia as energias e os movimentos: "Dói-me o corpo. As costas, coitadas, arqueadas, já não me servem. Sou eu que as aguento, elas não me suportam mais. Cheguei aqui porque sou teimoso com meus ossos e músculos. Como me tem custado essa teimosia. Foram anos e anos. Não nasci ontem, foi antes. Um outro dia. Nadei muito em rios. Era forte como um touro, dizia mamãe orgulhosa. Não pensava em nada, tinha tudo. Perdi-me em outro lugar e me fiz encontrar num casamento, que logo depois fracassou. Mamãe havia rechaçado: "Mulher com filho, meu filho?!". Ela chorou no dia. Talvez, também, por um tiquinho de ciúmes. Nunca quis que eu saísse de casa. Papai, mais recatado, só felicitou-nos. Não disse mais nada. Fechou-se em copas. Enfrentei. Eduquei filha que não era minha. Virou moça, sumiu. Alegrou a casa com suas amigas. Depois, quando abri os olhos, era tarde demais. Casa vazia, só eu e a mãe dela. Jovem, eu sonhava colorido. Tudo muito fácil para mim. Depois, vivi no escuro da vida que eu não sabia ser escuro. Alcoolizei-me. Casei, mas não me emendei. Podia ter continuado sonhando colorido, ao lado dela. Não sonhei porque não quis. Tinha tudo para ser sempre colorido. Ser mais homem, responsável e humano. Agora é tarde, estou velho. Não tenho mais o direito de sonhar. Nem colorido nem escuro. Velho não

sonha, espera a morte. Com ou sem sofrimento. Feliz daquele que não sofre. Mamãe morreu sofrendo. Cirrose. Papai, não, morreu forte. O que aconteceu? Desaparecemos um do outro. Mamãe morreu envelhecida, carcomida, apesar de relativamente jovem. Foram-se, como um dia eu vou. Estou indo, Deus me chama. É só chegar a hora, que não sei qual. Estou lúcido, ou será que não? Acho que é agora. Tenho lembranças de meu rosto quando jovem. Vou descobrindo o tempo em que não me fiz. Fui bonito, de olhos azuis. Mamãe se encantava. "Azul do céu", dizia. Lembro-me disso. Deixava as mulheres alucinadas. Namorei muito, recordo-me de todas. Não tenho mais ninguém de sangue. Não tive irmãos. Ultimamente, tenho chorado muito, ou um pouco a cada dia. Escondido. A velha árvore, vejo, ainda está saudável, dando uma sombra refrescante. E como é velha esta árvore! De tantos anos. "As mangueiras duram muito", dizia papai. Como eu chupava mangas, lambuzando-me! Mamãe ralhava, me passando uma toalha molhada no rosto. Dormia arrotando mangas. Às vezes, com dor de barriga. Mamãe ficava na cabeceira da cama contando histórias. Trabalhava na casa o dia inteiro, fazendo comida e ajeitando a casa. Gostava de tudo limpinho. E, à noite, ainda tinha tempo pra mim. Papai dizia que empregada em casa é pra xeretar. Mamãe queria. "Absolutamente, não", dizia. Cresci ouvindo mamãe insistindo nisso. Papai não arredava pé. Sinto dores, preferia não estar aqui. Em qualquer outro lugar, não aqui. Estou segurando as palavras. Mesmo pensando, não quero pensar. Impossível evitar, é só tristeza. Saudade de quê? Fui sozinho de irmãos e estou sozinho casado. A minha vontade é ir embora, voltar para casa. Mas como?, não tenho forças. Gostaria de morrer feliz, mas as palavras ainda me atormentam. Estou perdendo o pouco das forças que me restam. Ninguém aguenta pensar a mesma coisa por muito tempo, muito menos eu. O meu corpo está doído. O sangue também. Não sou mais a criatura viva desta carne. Acho que dormi um pouco, talvez tenha sido muito. Eu poderia ter vendido este terreno, não há mais casa. Pedacos. Ruínas. Onde está o pomar? Morreu, como tudo na

vida. Esperei demais, achando que minha mulher ia primeiro. Não posso morrer pensando assim. De que adianta negar. Eu sou o que sou. Insensível? Talvez. Queria morrer segurando a mão dela, vê-la chorando, agarrada a mim. Horrorizada por me perder. O homem bonito de olhos azuis. Não vai ser possível, estou confuso. Estou pensando e me preparando. Este meu corpo, não encontro energias pra levantar. Tenho a impressão de que estou secando. Tudo acontece muito rápido. Só quero estar pronto. Não sei definir como é estar pronto para morrer. Vou morrer aqui mesmo. É muito estranho. Deus quer assim...".

Levaram o corpo do velho para casa. Ela fingiu pavor. Descabelou-se. Era preciso. A vizinhança repara tudo. Espreitam. Comentam. Tomam conta de tudo. Vigiam até pelas gretas das janelas, atrás das cortinas. Telefonou para a filha, comunicando. Encomendou flores para o velório. Vestiu luto. Unicamente pelos olhares maldosos. Poucos foram, uma mixaria de gente. Nenhuma surpresa, achou bom. Viram que ela chorou. "Piedosa mulher". "Santa mulher". A vida havia lhe ensinado: "Fui mãe solteira", pensou. Odiou a todos, os de ontem e os de hoje. Achou que cumpriu o papel. Cansada, recostou-se na cama, não sem antes lavar as mãos: "gente xexelenta!". Agradeceu a Deus e aos seus santos. Ficara livre dele. "Vai-te, merda, te esconjuro"! Achou a frase pesada. Estaria pecando? Pensou e achou que não. Nunca conhecera a felicidade. Sim, um pouco, quando nasceu a filha. Chorou sorrindo. Dormiu e sonhou com ele, era natural. Anos de convivência e de sofrimento. Não levantou cedo. Quando acordou abraçou-se por ele já não estar mais ali. Sentiu uma sensação diferente. A princípio, estranhou. Acostumaria, com certeza. Preparou um cafezinho qualquer. Foi aos quartos. Espantou-se por não haver mais sinal de bagunça. Suspirou profundamente. Teve uma sensação de liberdade. Remoçou. Lembrou-se de cantar. Não sabia cantar. Nem as antigas. Esquecera as letras. "E a música, como era mesmo?" Deixou pra lá. Tinha o que fazer. Trocou o luto por um vestido cinza. Suspirou de novo, mais profundamente. Sentiu-se bem. Procurou pelo catálogo. Ligou para a Imobiliária. Resoluta, depois de anos. Colocou a velha casa e o terreno à venda. Sublimou-se.

Não tem como saber

Pércles era o nome de batismo do velho médico ou do “vô”, como ele gostava de ser chamado por seu netinho, que dele não desgrudava. Era o vô, e pronto. O netinho, correndo e brincando pela casa gritando “vô”, era a mágica para que o experiente doutor sempre esboçasse um cativante sorriso em uma boca bem cuidada, dentes implantados e alinhados que lhe davam a jovialidade que tanto gostava de demonstrar.

Mudara-se para aquela cidade pequena procurando sossego e qualidade de vida, para fugir do agito da grande cidade vizinha onde nascera e graduara, dos engarrafamentos, como também não mais trabalhar em um grande e movimentado hospital, onde por tantos anos prestara serviços. Ganhara experiência profissional e um enorme respeito pelas inúmeráveis consultas e diagnósticos certos. Fizera uma pequena fortuna, mas aquilo não lhe significava tudo, a ponto de acomodar-se. Pediatra, agora aposentado, pretendia, naquela pequena e humilde comunidade, atender na Santa Casa só a clientela pobre, e daí lhe vir o respeito daquela sociedade como um cidadão desprezioso e médico samaritano.

Católico fervoroso, era de comunhão e missas dominicais, sempre acompanhado da jovem esposa, de recente casamento, já que ficara viúvo há alguns anos, tendo também como companhia o inquieto neto de pouco mais de seis anos. Terminada a cerimônia religiosa, avô e neto deixavam a avó em casa e iam ambos para a Santa Casa, não sem antes galantear o neto com um saco de pipocas e algodão doce espetado na vareta. O menino, espevitado, nas proximidades do hospital, já largava a mão do avô e tomava rumo direto para a ala das crianças, acomodadas em várias camas de ferro, pintadas de branco e espalhadas numa enorme enfermaria. Era ali que o avô as examinava uma a uma

com zelo, carinho e dedicação. E por ser domingo é que levava o neto, não lhe prejudicando os estudos.

O garoto já sabia de cor o nome de todas as crianças, meninos e meninas. O avô auscultava-os, e o netinho brincava com a mãozinha de cada um deles, como a passar-lhes a energia para breve recuperação. Era ali que o médico benevolente queria que o infante forjasse a sua personalidade, vendo e sentindo, de perto, “no cheiro”, o lado mais triste da vida daquelas crianças, que diferentemente dele, nada tinham. Crianças esqueléticas, pálidas e debilitadas, filhas de pais talvez mais doentes do que elas, resultado de uma pobreza ímpar e que nenhum futuro digno poderiam oferecer aos seus filhos.

Médico experiente e acostumado com as diferenças sociais, Péricles sentia na alma as dificuldades que aquelas crianças pobres tinham em se reestabelecer prontamente, devido à má nutrição em suas casas e condições psicológicas nenhuma que as sustentassem para retornar aos barracos escorados nos morros, preferindo elas o lado menos sofrido (se é que assim se possa dizer) de um hospital, que ao menos lhes oferecia um lanche pela manhã, almoço discreto e sopa à noite.

As constantes visitas fizeram com que o médico já tivesse a percepção para entender tais diferenças. Em casa, o avô questionava o jovem aprendiz sobre tudo o que haviam visto e, a cada dúvida do pequeno, o médico dava-lhe a resposta em palavras apropriadas ao seu vocabulário.

Um dia qualquer, quando estavam ambos passeando entre as árvores frutíferas do pomar da casa, o menino perguntou ao avô se ele era um homem feliz, convivendo com tanta criança infeliz. A pergunta deixou-o sem uma resposta imediata, que disfarçou ao pegar uma laranja no pé. Vieram-lhe, naquele momento, lembranças de saudações que o povo lhe dava nas ruas, quando o cumprimentava ao lado o neto:

“Dr. que criança maravilhosa este seu neto. Tem a quem puxar!”

“Deus abençoe este seu neto, doutor, bonito como o avô!”
– provocavam-lhe às vezes, as enfermeiras.

Ou daqueles de quem tivera os filhos sob os seus cuidados:

“Doutor, o menino já voltou a correr atrás da bola”.

“A febre não voltou mais” diziam outros.

“Já está coradinha e com as bonecas no colo”, esta as mães mais preocupadas.

Dr. Péricles não tivera filhos, por obra dele ou da falecida mulher, segredo bem guardado do casal, como o era também para a atual esposa. O guri era filho de uma secretária de seu consultório (quando ainda clinicava na cidade grande e que trouxera consigo para ajudá-lo no novo consultório), mulher jovem, bonita, de pouco estudo, financeiramente irremediada, mas esforçada, procurando aumentar o salário e ganhar a confiança do médico, a tal ponto de frequentar a sua casa sem nenhuma cerimônia, passando daí à amiga confidencial da esposa, que passou a ser sua quase-irmã. Com a mudança ela veio junto, por insistência da esposa mais do que de Péricles. Casada com um balconista de uma loja de tecidos, dele teve a compreensão para que trabalhasse em outra cidade, vindo ela visitá-lo nos fins de semana. E num desses passeios à cidade de origem de ambos, morrera junto à esposa de Péricles, quando o ônibus incidiu-se. O médico trouxe para si a criança recém-nascida, cujo pai não colocou resistência, ciente de que sozinho não daria ao filho a educação que não teve. Educou-o e amou-o como se seu neto fosse – espantou a absurda ideia de adotá-lo, e sabe-se lá o porquê –, mas amava-o como a um neto de sangue. Contou com a ajuda de sua irmã, solteirona, que quase entrou para o convento, decepcionando-se com tudo ao saber que se apaixonara por um homem casado, largando depois, por aconselhamentos, a ideia de viver enclausurada. Mesmo com a mudança de cidade, a criança continuou ganhando o amor de três corações, considerando que o pai vinha visitá-lo todo fim de semana. Digo três, porque a atual mulher de Péricles não nutria a mínima simpatia pelo guri. Comentava que o menino era filho do marido com a secretária, daí sua inexplicável afinidade de um avô.

A vida seguiu seu curso natural, a esposa veio a pedir-lher o divórcio e, quando o neto já estava com diploma de médico nas mãos, o avô, ancião, veio a falecer. Em testamento, deixou-lhe todos os bens, não se esquecendo do viúvo de sua secretária, a quem deixou um pequeno mas confortável apartamento. Nesta altura dos acontecimentos já estavam, avô e neto, de volta à cidade grande onde se graduara o menino. E a "tia-avó, aquela que cuidara do menino nos primeiros anos de vida, permaneceu na velha e bem cuidada casa da pequena e pobre cidade, por insistência do "sobrinho-neto". Fazendo residência no mesmo grande hospital onde o avô por tantos anos prestara serviços, ele sonhava especializar-se em Pediatria, mas com sonhos de clinicar na pequena cidade, onde, ao lado do avô, aprendera as primeiras lições de pediatria junto às pequenas crianças pobres.

O estranho Odinei

Odinei deu a pedalada para a arrancada da sua velha motocicleta que, antes de pegar, soltou um estampido, aprontando o maior susto em seus companheiros, os quais já tomavam, também, o rumo de casa. Odinei deu uma gargalhada com sua boca quase cheia de dentes sarrentos, e assumiu que não demorava encostar sua enferrujada companheira, que há muito o transportava na ida e volta ao serviço da fazenda de cultura de milho e criatório de suínos. Este serviço da lavoura e de engorda dos porcos era efetuado pelos quatro companheiros, que naquele momento estavam se despedindo. A Odinei, e só a ele, cabia sacrificar os animais, e já espalhados em um mesão de madeira, já as partes cortadas e separadas, conseguia do patrão Carlão quantidade boa de banha e lombo, que transportava para seu rancho em latões vazios de azeitonas, que um vendeiro, para não entulhar a humilde vendinha, dava-lhe de presente. Pelos nacos de toucinho presos à banha, Carlão ainda vinha com uma cobrança extra de um “precinho camarada” e descontava tudo no salário, quando no acerto do mês. A banha, dizia, era pra fritar aves silvestres como perdizes e codornas apanhadas na arapuca. A outra quantidade, para conservação da carne nos latões. Odinei achava aquela cobrança extra um ultraje para um empregado qualificado e dedicado como ele. Não escondia de ninguém que achava o Carlão um “munheca de vaca”, coisa que chegara aos ouvidos deste e à qual nunca deu confiança. E tanto não dava, que propagava aos quatro cantos que melhor abatedor de porcos não existia nas redondezas, só mesmo o Odinei, figurinha carimbada na região, com a concordância de todos. O que, para Odinei, era tarefa das mais corriqueiras: deitava o capão, abria o bicho, limpava-o interiormente, separava os pedaços, eliminava o imprestável, lavava tudo com água do rio e estocava nos baciões de cobre cheios de

gordura, aguardando a venda. E os abates aumentavam quando havia festa nas fazendas do local, ou no final de ano com a ceia de Natal e Réveillon, este na cidade, quando caminhões vinham buscar o produto. Nada fácil para uma só pessoa, mas Odinei fazia tudo isso com maestria. “Mãos de ‘cirurgião’”, dizia dona Morena, mulher de Carlão.

Odinei não aparentava a idade que tinha: homem já enrugado pela rotina do trabalho debaixo de sol, do amanhecer até a tardinha, quem sabia de sua idade verdadeira era o Carlão, ao fichar seus empregados. Na verdade, contava ele com 56 anos de idade, mas sua aparência era de 70 ou mais. Era enxuto de carne e de raleado cabelo avermelhado jogado para trás. Prendia-o com um laço de tripa suína. Solteiro, estampa de bruxo pelo corpo esguio e olhar penetrante, como cobra que prepara o bote, vivia de seu trabalho e gastava parte de seu salário em algumas idas à venda do povoado para tomar umas cachacinhas (sempre evitando conversas com os frequentadores), levando outra quantidade numa garrafa para tomar em casa, e mais aquelas comprinhas necessárias para um bom churrasco, como farinha de milho e sal, nada mais. E também querosene para o lampião, não podia esquecer. Era o sol começar a montar na montanha, ele despedia-se, já que a partir daquele horário, muitos, já de “cara cheia”, iniciavam brigas e confusões, muitas delas redundando em morte, envolvendo até mulheres que alugavam quartos nos fundos dessas vendas. E facas e porretes voavam nessas brigas, ao abrigo da escuridão. Assassínatos eram muitos, não só ali, mas pelos terrões da redondeza, maioria praticados nessas vendinhas de bebidas (cachaças, principalmente, por serem mais baratas) e bugigangas que campesino algum deixa faltar em casa. As pessoas não se incomodavam com as mortes ou quem as provocava e, se sabiam, não falavam. Nem mesmo a estação de rádio da cidade próxima as noticiava em seus programas policiais, tão desconhecido era o povoado. Odinei frequentava o local no fim do serviço dos sábados, já que aos domingos ficava no seu rancho, construído num caixa-prego, sem rede elétrica, ligado por trilha difícil, brenha de onça, onde mal passava com sua moto. Naque-

le buraco de mundo, onde saci brinca de noite e Judas perdeu as botas, Odinei, nesses domingos de preguiça, deliciava-se com seu churrasco, preparado numa velha roda enferrujada de caminhão sobre estacas de pequizeiro, abundante na inóspita região. Com a carne levemente tostada e gordura escorrendo nos cantos da boca, molhava a boca com talagadas de pinga, conservada fresquinha em cabaças e embrulhada num embornal, que amarrava às margens do rio, num remanso de pouca profundidade e escuramente frio, limpo de mato pelo roçado nas margens, que ele nunca deixava de fazer, quando o mataréu já escondia parte das águas. No remanso, ele fincara varas de bambu, perfiladas, amarradas com cipós, onde folhas caídas e galhos se acumulavam, e o rodamoinho ali formado, cercava tudo o que descia nas águas do rio. Quando já entulhados, separava os gravetos, colocando-os ao sol para secar e servir de fogo.

Eram os domingos os únicos dias que sua face demonstrava uma alegria escondida. Odinei era pessoa de poucas palavras e, talvez pela timidez, não fazia amizades. Vivia sozinho, mas nunca demonstrava solidão: seu mundo era aquela mata e o rio, de peixe quase nenhum. Sem fortes corredeiras, o rio tinha visual misterioso, assombrado. Nascia numa serra ainda mais misteriosa, onde ventos bravios resmungavam nas grutas perdidas, moradas de lobisomens, que uivavam à noite, talvez chamando almas desenganadas. “Ou seriam estas almas os próprios horrores?”, o povoado comentava. É que nas águas deste brumoso rio, desconhecidos cadáveres assassinados desciam, indo parar ninguém sabe onde. E ali, ao lado de um radinho de pilhas, agachado na touceira da morada de piso de terra suja e fedorenta, Odinei, nestes domingos sonolentos, que eram lânguidos, apreciava o dia nascer e morrer. E ele nada esperando da vida, só espionando o rio, qual serpente hipnotizando a presa. Seu rancho fora construído a poucos metros das águas. Mais esquisito ainda, Odinei também evitava companhias de mulheres, e seus companheiros de serviço brincavam, dizendo que já estava na hora de ele arrumar um “rabo de saia”. O estranho homem enrubescia, ria e mudava de assunto. “Nessa idade, preciso

mesmo é de uma enfermeira”, mangava. “É questão de ponto de vista”, dizia, por sua vez, o patrão.

Num domingo de quaresma, período em que até os santos se encobrem, talvez pela danação de almas perdidas, choveu a madrugada toda, com uivos ensurdecedores fazendo tremer de medo crianças de pouca idade e gente barbada, e cujos relâmpagos, acompanhados de trovões, pareciam desmembrar a serra em pedaços. Nesta madrugada, Odinei não pregou os olhos, rolando no catre como que esperando a chegada do demônio, e o vento parecendo derrubar as portas para a entrada dele. Também as árvores dobravam-se, encurvando para a passagem do ente demoníaco. Veio o dia de pouca luz, nublado, e Odinei tomou o caminho do rio. Ali, barrado pelas estacas, um corpo humano flutuava. Com a ajuda de uma vara de bambu, trouxe o cadáver até a margem, arrastando-o, por completo, das águas agitadas pelo vento. Desnudou-o, e usando de uma navalha que sempre trazia no bolso traseiro, cortou o defunto como fazia com os porcos. Enfiou ambas as mãos em conchas nas entranhas de uma gorda mulher, dela desvencilhando o que não lhe importava, lançando às águas o que não lhe apetecia. Rasgou suculentos nacos de carne de partes mais macias e lançou o corpo esquelético, oco e talhado, de volta ao rio. Céu vazio, nem mesmo aves testemunharam o macabro ritual. Retornou ao rancho, armazenando os pedaços nos latões recheados de banha. Contente, espalhou carvões na roda, acendeu e atizou as brasas. Espetou os últimos pedaços de lombo suíno e ligou o rádio, sabendo que para o domingo seguinte nada teria que adquirir do Carlão, com seu “precinho camarada”.

Um amor impossível

Ela desceu ágil a escadaria do sobrado onde morava com os pais e mais dois irmãos. Os primeiros, velhos e aposentados; os últimos, parasitas. À porta, esperava-a o amante, o ardente homem de sua vida muito vazia, trazendo nas mãos uma flor vermelha. Abraçou-o forte e, apaixonadamente, deu-lhe um beijo na boca e, com os olhos fitos nos dele, recebeu o tiro que a fez cair pesadamente morta na soleira. O homem girou os calcanhares e deu as costas ao cadáver, dobrando a esquina de uma rua mal iluminada. Um novo estampido ecoou na ruela e, asas de pombos que se abrigavam nos desbotados e centenários telhados, acordaram assustadoramente as velhas janelas, que se abriram com pessoas sonolentas e gritos abafados de pavor. Um corpo estirado de um homem, e um filete de sangue banhava a calçada suja, enquanto as sombras das aves davam àquele sangue escorrido uma conotação lúgubre do estúpido espetáculo. À frente do sobrado de esquina, obstruindo a porta, o corpo estirado da mulher, em cujas mãos fechadas ainda traziam a última flor presenteada. Uma flor de tonalidade vermelha, tal qual o sangue que lhe escorria do peito. De uma das janelas de um casal assustado ouviam-se, perfeitamente, as badaladas de um relógio de parede, que a polícia, mais tarde, anotou como sendo dez da noite.

Ele, madurão, casado, sem filhos, e ela, solteirona (aqui respeitando o vocabulário da época), que não conseguiu fugir, na puberdade, dos ardentes arrebatamentos de um amor, que agora era visto como desvairado e pecaminoso aos olhos da religiosa e pequena cidade. Amou-o na frenética e hormonal adolescência e se viu, depois, dolorosamente rejeitada com o casamento dele com a sua amiga do curso normal. Ministrou aulas e, aposentada, novamente se viu cortejada por ele, deixando-se levar por um

antigo e conservado amor que sabia, no instante do novo assédio, proibido, deixando-se envolver, unicamente, no seu mundo de mulher apaixonada. Desestabilizou-se, e muito, embora não querendo demonstrar, entregando-se de corpo e alma ao homem que o destino lhe guardou, linhas que Deus traçou.

Dias, meses e anos teve o casal a ira dos céus que cobriam a cidade e das línguas das janelas entreabertas. A vontade deles era fugir voando, nas mãos de Deus, de costas a tudo e para todos. E viverem felizes. Contudo, a vigília dos pais e dos irmãos dela impediam-na de deixar a casa, fechando-lhe portas e janelas para que não voasse e ganhasse os céus, embora encontros furtivos fossem acobertados. Afinal, o seu salário de professora aposentada, acrescido à “mesada” do amante, chefe da coletoria, davam-lhes, mais a eles que a ela, certo conforto.

Sob outro teto, a poucos quarteirões do sobrado, a esposa traída vinha sofrendo o inferno da angústia e, há muito, não sentia a satisfação e a volúpia de um prazer carnal, sabendo, no íntimo, que à outra tudo era dirigido. Deprimida e encovada, o único remédio encontrado fora o confessionário e as orações. Nas mãos de Deus e de Nossa Senhora, depositara o seu coração e o infortúnio de uma vida sem qualquer alegria, embora convites de amigas de orações não lhe faltassem para distrair-se. Não era cortejada. E nem dava ponto para tal. Resignara-se em ter no leito um homem que apenas lhe acompanhava no sono intermitente. Na alma da triste casa, de tristes paredes e janelas, cada qual com o seu dia, sua noite e seus sonhos secretos, sem o compartilhamento que lhes ofereciam as árvores apinhadas de frutas amarelas do quintal, embora há muito descuidado de uma mão. Floriam elas, enquanto a dor da mulher mutilava-a como praga de um inseto daninho que remédios não matam.

Naquela noite, correram-lhe para lhe dar a notícia do assassinato e do suicídio do “marido”, que não aceitou como tal nas palavras dos anunciantes. Não se comoveu, ou talvez não tivesse forças para tal e, com um rosário entre as mãos, demonstrou a eles que o sofrimento moldara-lhe o coração para os infortúnios.

No sobrado, pais e irmãos, embriagados de dor, encontraram forças para recolher a flor e depositá-la num copo colocado frente a uma imagem de Nosso Senhor e designaram, na manhãzinha, o sepultamento para horário diferente do do amante. Que noutra vida se unissem, sob os pés de Nosso Senhor.

Na outra morada, onde tudo já era triste, por expressa ordem da mulher (não ousou colocar “viúva”), o corpo não deu entrada. Que fosse velado em outro lugar. Que os amigos e parentes escolhessem um, mas não a sua casa. Solidariedade e pêsames lhe teriam o achaque da hipocrisia. Todos sabiam e comentavam a “pouca vergonha” do condenado (aos olhos de Deus, no verbete das amigas da religiosa). Envergonhada, não se exporia. Dispensou, fria e educadamente, qualquer préstimo, como se agradecesse a quem lhe viesse à porta pedir por um emprego.

A Igreja negou a ambos o campo santo do cemitério local. O comportamento de ambos e o suicídio não mereceram a sagrada terra.

Tais fatos ocorreram no início do século XX e, embora a cidade tenha crescido, o antigo sobrado, tombado pela municipalidade, ainda guarda o testemunho do acontecido. A construção permaneceu fechada da época do fatídico e infausto episódio até a sua adaptação para uma secretaria municipal, na metade do século.

Aos turistas, é relatado, nos dias de hoje, quando a cidade lota nos feriados prolongados, que, nas noites de quaresma e lua cheia, e nas badaladas das dez, a apaixonada mulher se posta a uma das janelas por trás das cortinas, trazendo nas mãos uma flor vermelha, sempre à espera do amante que, a qualquer momento pode dobrar a esquina, para, invertendo os fatos, receber da amada a flor do perdão.

Onde era a casa do amante, ainda com a fachada original, vivem hoje alegres crianças de uma escola, desnaturando a dor da traição de eras passadas. E toda esta engrenagem, pela tradição oral, acreditem, tem feito da cidade um polo turístico com cinegrafistas criando enredos e cenários cinematográficos. O que era antes condenado, traz hoje dinheiro, emprego e muita felicidade

a todos que ali vivem. A municipalidade e o povo (não mais tão devoto) agradecem. Sinais dos tempos. O que ontem se praguejava, hoje é assunto de festas. Com os novos costumes, amantes de todos os quadrantes reservam hotéis por se sentirem confortados com o clima do lugarejo. Sem mortes, obviamente.

Cataguases sempre
Altino Caixeta, o “Leão de Formosa”
O novo Pessoa
Antônio Francisco Lisboa e os poetas
Escuta de idosos: um novo paradigma

Luiz Carlos A Britta

Cataguases sempre

Cataguases é uma cidade que brilhou, brilha e continuará a brilhar. Pelos feitos de sua gente, é uma cidade eterna.

No mês de setembro de 2012, chegamos aos oitenta e cinco anos da revista "VERDE". A revista durou seis números: o primeiro saiu em setembro de 1927 e o último no mês de maio de 1929. A publicação tinha como diretor Henrique de Resende e como redatores Martins Mendes e Rosário Fusco.

O primeiro número apresenta trabalhos de Carlos Drummond de Andrade (Sinal de Apito – poema), Edmundo Lys (Viagem Sentimental – poema), T. de Miranda Santos (Bloco-poema), Ascânio Lopes (Serão do Menino Pobre – poema), Emílio Moura (Inquietação – poema), Martins de Oliveira (Função - poema), Roberto Theodoro (Samba – poema), Guilhermino César (Santinha da Encarnação – conto – e Noturno – poema), Camillo Soares (O Estranho Caso de Matias Qualquer – miniconto), Henrique de Resende (A Cidade e Alguns Poetas – artigo – e Prelúdios – poemas), Francisco Inácio Peixoto (Ternura – poema), Martins Mendes (Paradoxo – poema), Oswaldo Abritta (Um Poema), Fonte Boa (Um Poema) e Rosário Fusco (É Preciso Paz na Arte Moderna – artigo).

Cataguases adquiriu projeção nacional e internacional com o Grupo da Revista VERDE e, também, com o cinema de Humberto Mauro. A escultura, a pintura, a música e outras artes constituem um caso à parte, que poderá ser abordado por outros, posto que a nossa área de atuação se restringe à literatura.

Chegou-se a falar até no "milagre de Cataguases". E Sérgio Paulo Rouanet no folder de apresentação de Verdes Modernos, na mostra inaugural da galeria da Fundação "Oscar Araripe", em Tiradentes, explica que a palavra milagre, se aplicada no sentido

de gênese da cultura, não é de todo absurda, pois o que acontece no plano individual também acontece na vida das cidades. E exemplifica com Weimar, pequena cidade, que transformou-se na capital cultural da Alemanha, em todas as áreas: na literatura, com Goethe e Schiller, na música, com Liszt, e na pintura com a criação de museus expondo obras-primas de Cranach e outros artistas de importância mundial. Assinala, ainda, que uma aldeia nos arredores de Paris produziu uma das mais famosas escolas de pintura do século, a escola de Barbizon, com pintores da estatura de Théodore Rousseau. Continua Rouanet a citar: a pequenina cidade portuária de Honfleur, na Normandia, foi um ponto de concentração de pintores e escritores. Observa que assim ocorreu com a cidade de Cataguases — centro extraordinário de geração e difusão de cultura — com a revista VERDE, na qual colaboraram jovens como Ascânio Lopes, Rosário Fusco, Guilhermino César, Christóphoro Fonte-Boa, Martins Mendes, Francisco Inácio Peixoto, Enrique de Resende, Oswald Abritta e Camilo Soares. Finalmente, ele observa que o grupo de jovens recebia elogios de personalidades de alto gabarito, tais como Drummond, Ribeiro Couto, Mário de Andrade e Blaise Cendrars, que publicou num dos números da revista um poema em francês intitulado “Auxjeunesgens de Catacazes”.

Os integrantes da VERDE, alguns ainda nos bancos escolares e outros mal saídos deles, mantinham contato permanente com Mário e Oswald de Andrade, que fizeram para os jovens um poema a quatro mãos, intitulado “Homenagem aos homens que agem”:

HOMENAGEM AOS HOMENS QUE AGEM

Tarsila não pinta mais
com verde Paris
pinta com verde
Cataguases.
Os Andrades não escrevem mais
com tinta roxa
Não!

Escrevem
com tinta verde
Cataguases.
Brecheret não esculpe mais
com plastilina
modela o Brasil
com barro verde
Cataguases.
Villa Lobos
não compõe mais
com dissonâncias
de Estravinsqui
ele é a mina verde
Cataguases.
Todos nós
somos capazes
de ir ver de
Forde verde
os ases de Cataguases.

Cataguases, cidade do interior de Minas Gerais, sempre esteve na vanguarda dos acontecimentos, da cultura, do progresso e do desenvolvimento social. Em 1905, foi criada a Imprensa Oficial do Município; em 1906 foi lançado o jornal “Cataguases”; a Cia. Força e Luz Cataguases inaugurou suas atividades em 1908; o Teatro Recreio apresentou peças variadas e promoveu conferências, até a sua derrubada, e Humberto Mauro fazia cinema. Obras de Portinari enfeitavam as residências e o Colégio de Cataguases. Jean Zach mostrava a sua arte — esculturas — e até hoje existe uma no Hotel Cataguases. Fundações de caráter cultural proliferaram no município.

O manifesto dos rapazes da “VERDE”, assinado por Henrique de Resende, Ascânio Lopes, Rosário Fusco, Guilhermino César, Christóphoro Fonte-Boa, Martins Mendes, Oswaldo Abritta, Camillo Soares e Francisco Inácio Peixoto é atrevidíssimo.

“O poeta é o ser privilegiado dos Titãs e prenuncia o que há de vir, na esteira dos profetas”. A VERDE, sinônimo de mocidade e rebelião, deu renome internacional a seu território. Elisabeth Rennó, Celina Ferreira, Joaquim Branco, Ronaldo Cagiano, Luiz Ruffato e Lina Tâmega Peixoto, dentre outros, elevaram o nome de Cataguases com as suas obras literárias.

Ascânio Lopes, Henrique de Resende, Rosário Fusco, Guilhermino César, Christóphoro Fonte-Boa, Martins Mendes, Oswaldo Abritta, Camilo Soares e Francisco Inácio Peixoto estão mortos. Oswaldo Abritta publicou um pequeno poema, que considero muito significativo, intitulado “JARDIM”:

Monotonia estranha dentro da tarde.
E o meu jardim?
O meu jardim deixou de ser jardim
para ser perfume

Os poetas da VERDE de Cataguases não mais são seres vivos, mas a obra deles (o “perfume” do poema) permanecerá sempiternamente.

Altino Caixeta, o "Leão de Formosa"

Altino Caixeta de Castro, mais conhecido como Altino Caixeta ou "Leão de Formosa", nasceu no município de Patos de Minas no dia 4 de agosto de 1916 e ali faleceu em 28 de junho de 1995. Mudou-se para Brasília em 1970, mas, posteriormente, retornou à sua cidade natal. Era farmacêutico e bioquímico por profissão e poeta por vocação. Pertenceu à Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais.

Altino Caixeta está praticamente esquecido. Aliás, Altino e Dantas Mota, este último também jogado para escanteio, estão esquecidos e, se não obtiveram tanta projeção quanto Carlos Drummond de Andrade, foi porque, arraigados à terra natal, não quiseram alçar voo para o eixo Rio-São Paulo, que vem dominando a cultura pátria.

"Contemporâneo de todas as idades poéticas, não se deixou confinar em nenhuma. E mesmo dialogando com diferentes tendências literárias, conseguiu se furta aos rótulos e imprimir na sua poesia a marca da diferença e da singularidade", escreveu sobre Altino Maria Esther Maciel (Altino Caixeta de Castro: o guardião das palavras. *In: AGULHA, Revista de Cultura*, agosto de 2001).

Altino tem duas obras publicadas: "Diário da Rosa Errância e Prosoemas" e "Cidadela da Rosa: com fissão da flor", este se configurando como verdadeira antologia, como explica o editor, com poemas modernos, clássicos, sonetos, minicontos, haicais e quejandos. Homem de vasta cultura, o seu famoso soneto "Galo de Pirapora", que transcrevo adiante, foi objeto da apreciação e aprovação de vários escritores de peso, tais como Abgar Renault, Milton Campos e Nilo Aparecida Pinto. Vejamos:

GALO DE PIRAPORA

Com sete estrelas d'alva na garganta,
aquele galo preto, ao ver a aurora,
tatala as asas, rufia-as, bate a espora,
tenor da noite e das estrelas, canta.

A rubra crista relampeja agora
na noite de si mesmo que o suplanta.
Aquele galo preto quando canta
bate o bico no céu de Pirapora.

Seu canto cai nas águas rio abaixo,
é um galo conhecido, um galo macho,
madrugador e marcador das horas.

Ele é o relógio ali da madrugada,
rufa o tambor das asas assustadas,
bate o bico de bronze nas auroras.

Já o "Soneto do Belo" tem um dos versos mais notáveis que já vi, equiparando-se a Keats ("a thing of beauty is a joy forever"), ou seja, "Da essência da beleza me alimento". Vale a transcrição integral:

SONETO DO BELO

Da essência da beleza me alimento,
De seu mistério sempre me estremeço,
como poeta, às vezes, reconheço
que a beleza é maior que o pensamento.

Tudo que é belo, carne, mármore, gesso,
ilumina em relâmpago violento
e fica a luz no coração por dentro,
no palor do mistério sem começo.

Toda beleza é pura e inviolável,
vê Mona Lisa no sorriso afável,
a face afaga a fuga do increado.

Da esfinge da beleza me flagelo,
hoje compreendo e já defino o belo:
é o sorriso de Deus, cristalizado.

Altino retirou parte do poema "Querências do bem querer" e a transformou em um poema isolado, de profunda filosofia, intitulando-o "Oblata", talvez o de maior significação em sua obra notável:

"OBLATA

Eu não quero decifrar a esfinge
nem penetrar o labirinto de Borges.
Eu quero apenas descobrir
na curva da rosa o sorriso de Deus
enquanto o tempo me foge".

Janete Porto conviveu durante muito tempo com Altino em Patos de Minas, usufruindo da sua lhanza de trato, e nos dá um depoimento de grande valor para o conhecimento pleno da obra dele. Escreve Janete:

Conheci Altino andando, no centro de Patos de Minas, com seu livro Cidadela da Rosa preso ao cinto, um bigode à moda de Hitler e uma intrigante depressão na testa decorrente de um acidente que o deixou sem uma parte do osso frontal. Fui abordada por ele: "Quer tocar a inteligência de um poeta? É só passar a mão por aqui" e já segurando minha mão e levando até sua testa. "Meu cérebro é palpável", disse. Experimentei um certo desconforto, mas como o admirava e conhecia a sua obra, aceitei a brincadeira e desde então nos tornamos amigos

de todos os dias. Inspirado pelo poeta Virgílio se declarava um pastor de palavras. De fato, seus versos ovelhas constituíam um numeroso rebanho nutrido pela vasta cultura literária e uma inigualável capacidade de se emocionar. Sem cercas percorreu as mais variadas vertentes estéticas: foi trovador, parnasiano e moderno. Contava que, na universidade, respondeu todas as questões de uma prova de química com versos Alexandrinos clássicos. Exercitava a liberdade. E sobre isso professorava: "É simples, se troco uma preposição por outra num determinado verso deixo de ser modernista e me torno simbolista, e confessava com humildade: "O que escrevo são paráfrases". Conhecia e respeitava seus precursores profundamente. Intelectual honesto revelava suas fontes inspiradoras e rendia-lhes homenagem.

Quando andava pela rua, no entanto, criava poemas instantâneos. Gostava de fazer trova e, sobretudo, troça, se divertia brincando com nomes e comportamento de amigos e vizinhos. Causava incômodo, e se aprazia com o espanto que provocava nas pessoas. Tudo era só poesia. No meio da conversa podia dizer: "Você acaba de me inspirar uma trova, e saía com esta:

Quando olho nos seus olhos
Cheios de amor e de Deus.
As meninas dos seus olhos,
São as meninas dos meus.

Ou na despedida ao fim de uma tarde de muitos azuis em que comentávamos a beleza do céu: "Com catorze nuances de azul gosto de ver-te ao crepúsculo através de meus vitrais de absinto". — "Ah, mas quem tomava absinto era Fernando Pessoa", emendava. E seguia rindo rua afora. Mais tarde, com a vista cansada, gostava que eu lesse poemas. Ele dizia que era bom ouvir com outros olhos.

Tudo que se diga sobre Altino é pouco, posso assegurar que tive o privilégio de ser amiga da poesia, e sem comedimento como lhe convinha, parafraseando o apóstolo João, digo: O verso se fez carne e habitou entre nós.

Quando ele morreu escrevi uma síntese assim:

POÉTICA DO ESPANTO

Janete Porto

(Para Altino Caixeta de Castro)

O Mapinguari esteta comia poesia
Levava na barriga suas abelhas,
as ovelhas, seu páthos.
Vagava em delírio por estradas de papel.
Fazia troça e trova.
Um dia percebeu que lhe sorria a Rosa
e partiu com ela em definitiva viagem.
Rosa, rosae, rosarium.

Para concluir, um pequeno poema intitulado “Criação”, também de uma beleza sem par:

CRIAÇÃO

A ostra cria a pérola
para distrair-se do mar.
O poeta cria a beleza
para distrair-se do efêmero.
Só Deus cria a rosa
para distrair-se do eterno.

Altino Caixeta, Leão de Formosa, poeta-maior das Minas Gerais!

O novo Pessoa

Fernando Antônio Nogueira Pessoa nasceu em Lisboa, Portugal, no dia 13 de junho de 1888, filho de Joaquim de Seabra Pessoa, crítico musical e do Teatro de Óperas de São Carlos — Lisboa — e de D. Maria Madalena Nogueira Pessoa. Morreu no dia 30 de novembro de 1935.

O ano de 1914 é fundamental para a literatura, com o surgimento abrupto dos heterônimos, “naquele dia triunfal de 1914”, conforme narra Pessoa na famosa carta a Casais Monteiro. Como afirmou Jacinto do Prado Coelho, “cerebral e retraído, inimigo da expansão ingênua, Fernando Pessoa concebeu o projeto de se ocultar na criação voluntária, “fingindo” indivíduos independentes dele — os heterônimos — e inculcando-os como produtos dum imperativo alheio à sua vontade”. Aliás, Pessoa dizia que o poeta é um fingidor: “O poeta é um fingidor./Finge tão completamente/que chega a fingir que é dor/a dor que deveras sente”. Ora, se o poeta é um fingidor, ele pode se transmudar em vários, atingindo ângulos e perspectivas diferentes, para chegar à plena realização poética. Assim, Pessoa não se contentou com um único olhar, mas, de acordo com a pertinente observação de Leyla Perrone-Moisés, temos o “olhar velado” do ortônimo, o “olhar nítido” de Caeiro”, o “olhar distante” de Reis e o “olhar caleidoscópico” de Campos.

O incrível é que os heterônimos não se circunscrevem aos mais conhecidos, mas, como observou o escritor italiano Antônio Tabuchi, que aprendeu português para ler Pessoa no original, existe uma verdadeira “galáxia heteronímica”: António Mora, Raphael Baldaya, A. A. Crosse, Alexander Search etc.

Se não bastasse o tumulto criado pelos heterônimos, em Portugal já estão sendo publicadas, desde 1988, ano do centenário de nascimento do Pessoa, edições definitivas da obra do grande

poeta, posto que as anteriores, da Ática e da Aguilar, foram consideradas amadorísticas. O incrível é que muita gente não sabe disso e continua a dizer os poemas de Pessoa de forma errada.

Uma equipe, que em Portugal se chama “equipa”, se debruça, há vários anos, sobre os mais de vinte mil papéis do poeta, que estão na Biblioteca Nacional de Lisboa, catalogados em pastas. Essa “equipa” é liderada por Ivo Castro e Cleonice Berardinelli, que lançaram “Editar Pessoa”, edição crítica de Fernando Pessoa, Coleção Estudos, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1990, 118 páginas, de Ivo de Castro, e “Poemas de Álvaro de Campos”, edição de Cleonice Berardinelli, edição crítica de Fernando Pessoa, Série Maior, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1990, 573 páginas. As alterações efetuadas restituem a ortografia utilizada por Pessoa e passam pela mudança, inclusão ou supressão de palavras ou versos inteiros. Além da caligrafia de difícil leitura, Fernando Pessoa deixou muitas anotações à margem dos poemas, em inglês, que os editores anteriores não levaram em consideração.

Um poema que sempre intrigava os admiradores de Pessoa e que era considerado incompreensível ficou claro com a edição crítica, como se vê a seguir. VULGATA: *Depus a máscara e vi-me ao espelho./Era a criança de há quantos anos./Não tinha mudado nada.../É essa a vantagem de saber tirar a máscara./ É-se sempre a criança,/O passado que foi/A criança./Depus a máscara e tornei a pô-la./ Assim é melhor,/Assim sem a máscara./E volto à normalidade como a um término de linha./* EDIÇÃO CRÍTICA: *Depuz a máscara e vi-me ao espelho.../Era a criança de há quantos anos.../ Não tinha mudado nada.../É essa a vantagem de saber tirar a máscara./É-se sempre a criança,/O passado que fica/A criança./ Depuz a máscara e tornei a pô-la./Assim é melhor,/Assim sou a máscara./E volto à normalidade como a um término de linha./ Como se observa, na edição da vulgata havia um erro que tornava o poema incompreensível, ou seja, se ele havia tirado a máscara e tornado a pô-la, não seria possível ficar “sem” a máscara. A mudança de “sem” para “sou” fez com que o poema ficasse claro, pois “sou a máscara” é a própria imagem do falso, que é o adulto, em contraposição com a criança, que significa a pureza.*

Outro poema: VULGATA — Vem, Noite silenciosa e extática,/Vem envolver na noite manto branco/O meu coração.../Serenamente como uma brisa na tarde leve,/Tranquilamente como um gesto materno afagando,/Com as estrelas luzindo nas tuas mãos/E a lua máscara misteriosa sobre a tua face./ EDIÇÃO CRÍTICA — Vem, Noite silenciosa e extática,/Vem envolver no teu manto leve/O meu coração.../Serenamente como uma brisa na tarde lenta,/Tranquilamente como um gesto materno afagando,/Com as estrelas luzindo (ó mascarada do Além!)/Pó de puro no teu cabelo negro,/E o quarto minguante máscara misteriosa sobre a tua face.

Na versão da *Vulgata*, vemos que a noite traz as estrelas nas mãos e a lua no rosto. Na edição crítica, a noite passa a ser a “Mascarada do Além” e sedutora com as estrelas “pó de ouro” nos cabelos negros. Além do mais, a máscara “quarto minguante” possui um apelo visual perfeito. Por último, a substituição do adjetivo “branco” por “leve” torna o clima criado mais poético e o adjetivo “lenta” torna o gesto materno mais suave (observações de Leyla Perrone-Moisés, autora do livro “Fernando Pessoa – Aquém do eu, além do outro”).

Muitos outros exemplos poderiam ser citados, mas o espaço é reduzido. Como observou a autora acima mencionada, “Pessoa fez com que o português transbordasse dos limites que lhe reconheciam antes de sua passagem”.

E Fernando Pessoa continuará provocando polêmicas, pois estará sempre vivo e atento, nos exatos termos do seu poema: “Não durmo, nem espero dormir./Nem na morte espero dormir”.

Antônio Francisco Lisboa e os poetas

Disse Victor Hugo que toda vez que aparece uma obra-prima, faz-se uma distribuição de Deus e que a obra-prima é uma espécie de milagre.

Essa frase se aplica a Antônio Francisco Lisboa (não utilizo o pejorativo apelido "Aleijadinho", que considero até mesmo uma espécie de "bullying"), que distribuiu Deus durante toda a sua vida, fazendo centenas de milagres, que são, justamente, as suas obras.

Sim, porque, como acentua Keats no verso que é considerado o mais bonito do mundo, "A thing of beauty is a joy forever", ou seja, toda beleza é alegria que permanece. E essa beleza não é a pseudobeza, que é "superficial e sedutora até ao aturdimento" (Ratzinger), mas a autêntica beleza que, segundo Bento XVI, "abre o coração humano à nostalgia, ao desejo profundo de conhecer, de amar, de ir para o Alto, para o Além de si".

Quando unimos a escultura de Antônio Francisco Lisboa com a poesia, ultrapassamos todos os limites terrenos e nos transportamos aos páramos do Absoluto. Ele, conforme assinalou Marcos Paulo de Souza Miranda, "estará sempre a desafiar a argúcia dos pesquisadores, que primam pelo alcance da verdade, essa imortal filha do tempo". Vejamos alguns poetas que celebraram o nosso escultor-mor e nos elevaram aos altiplanos do espírito.

"Oswald de Andrade assim se expressou:

No anfiteatro de montanhas

Os projetos de Aleijadinho

Monumentalizam a paisagem

As cúpulas brancas dos Passos

E os cocares revirados das palmeiras
São degraus da arte de meu país
Onde ninguém mais subiu
Bíblia de pedra sabão
Banhado no ouro das Minas”.

Os dois últimos versos são notáveis e refletem a admiração do grande poeta modernista por Antônio Francisco Lisboa.

Carlos Drummond de Andrade também homenageou o escultor, nos seguintes versos:

“Era uma vez um Aleijadinho,
não tinha dedo, não tinha mão,
raiva e cinzel, lá isso tinha,
era uma vez um Aleijadinho,
era uma vez muitas igrejas
com muitos paraísos e muitos infernos
era uma vez São João, Ouro Preto,
Mariana, Sabará, Congonhas,
era uma vez muitas cidades
e o Aleijadinho era uma vez”.

Murilo Mendes demonstra a sua admiração por Antônio Francisco Lisboa nos versos abaixo:

“AO ALEIJADINHO
Pálida a lua sob o pálido avança
Das estrelas de uma perdida infância
Fatigados caminhos refazemos
Da outrora máquina da mineração.

É nossa própria forma, o frio molde
Que maduros tentamos atingir.
Volvendo à laje, à pedra de olhos facetados,
Sem crispação, matéria já domada.
O exemplo recebendo que ofereces
Pelo Martírio teu enfim transposto,
Severo, machucado e rude Aleijadinho.

Que te encerras na tenda com tua Bíblia,
Suplicando ao Senhor — infinito e esculpido —
Que sobre ti descansa os seus divinos pés”.

Manuel Bandeira também exprime a sua admiração por Antônio Francisco, assim concluindo o seu soneto intitulado “Ouro Preto”:

“O bandeirante decaiu — é funcionário,
Último sabedor da crônica estupenda,
Chico Diogo escarnece o último visionário,

E avulta apenas, quando a noite de mansinho
Vem, na pedra sabão, lavrada como renda,
- Sombra descomunal, a mão do Aleijadinho!”

Dantas Motta, o grande e esquecido poeta de Aiuruoca, a quem Drummond chamou de “raiz de longo alcance, milho de ouro em paiol” proclamando-se um profeta menor (“Amós, digamos”), escreveu:

“É um terreno de insetos e de bíblias,
De que saio, profeta menor, Amós digamos,
Buscando a perdida infância com o que me renovar,
E, assim, informar este duro homem que hoje sou,
Sempre sob o signo deste país, denso e misterioso,

Tão rico de facúndias, quão de desertos,
E em cujas solidões tanto me excito,
Para buscar, nas reentrâncias dos mesmos Tigres,
Dos mesmos Jordãos e dos mesmos Eufrates,
As razões doutros Tetrarcas e doutras Galileias”.

Mário de Lima, em uma linguagem clássica, presta reverência ao escultor-mor no poema “Aleijadinho:

“Pardo, baixo, disforme, a catadura horrenda,
Num ríctus de ironia amarga o beijo arqueado,
Passaste à história, ó grande e genial mutilado,
Transfigurado pela apotheose da lenda.
Preso ao coto das mãos, na solidão da tenda,
Quanto primor lavrou teu cinzel inspirado!
Do teu mysterioso e oblíquo apostolado,
Quanta obra prima inda hoje o nosso olhar
desvenda.
Egrejas de S. João d’el – Rey e Ouro Preto,
Templos em profusão, por onde reparte,
O espólio desse escopor exótico e faceto.
Esses labores mil que ostentaes, dizem tudo:
Sob o truanesco horror do Quasímodo da arte,
Fremia a inspiração de um Buonarotti rudo”.

“Romanceiro do Aleijadinho”, de Stella Leonardos, recorda Antônio Francisco Lisboa em páginas profundamente inspiradas, das quais destacamos:

“Pisar com carinho as ruas
Que o Aleijadinho pisou
E onde serestas flutuam.

Pisar com carinho as ruas
Que o Aleijadinho pisou
Marcando-as com sua força,
à força de frustração.

Como se as ruas não fossem
de pedra, e as pedras não fossem
Pedaços do coração”.

E mais, na “Prece do Aleijadinho”
“Com dor ou sem dor
ficarei de pé.

Mesmo que os joelhos dobrem,
Mesmo que os pés se ulcerem

Com dor ou sem dor
usarei as mãos.

Mesmo que as mãos se firam
Mesmo perdendo os dedos.

Com dor ou sem dor
subirei de joelhos
e mãos postas, meu Deus,
Até meu próprio fim.

Mas dai-me vida
com dor ou sem dor
a fim de que eu termine
minha obra. E ela fique de pé”.

E o poema de Petrônio Souza que, num momento inspira-
do, disse que Antônio Francisco Lisboa “esculpiu a aurora e enta-
lhou a eternidade”:

“Como é que podem chamar
esse pobre homem de aleijado?!
Aleijadinho...
Logo ele,
que mesmo alquebrado,
corpo em chagas,
martirizado,
– com pés e mãos enfaixados –
se arrastou pelo tempo,
esculpiu a aurora
e entalhou a eternidade!”

Por último, “last but not least”, a homenagem dos Trovadores, artífices da poesia-luz:

“Do Aleijadinho os entalhes
(madeira e pedra-sabão)
mostram do artista, em detalhes,
a tristeza e a solidão”.
(Maria Dolores Paixão Lopes – Belo Horizonte/MG)

“Aleijadinho, os Profetas
teu milagre de escultura –
têm almas, todas repletas
de tua imensa ternura”.
(Durval Mendonça – Rio de Janeiro/RJ)

“Aleijadinho, com traços
que o teu cinzel pôs na História,
a Via Sacra dos Passos
levou teus passos à glória”.
(Durval Mendonça – Rio de Janeiro/RJ)

A escuta de idosos: um novo paradigma

Recebi um presente singular, singularíssimo, e já me lembro do personagem José Dias, de Machado de Assis, que amava os superlativos. É realmente admirável que uma colega do Ministério Público, já aposentada, apesar de ainda jovem, possa preocupar-se com um assunto que a maioria das pessoas rechaça, ou seja, no mundo moderno parece não haver espaço para a solidariedade e o diálogo, e muito menos para a escuta de idosos.

Selma nos diz em sua obra que “direciona seu enfoque para a prática da escuta como serviço pastoral e, particularmente, para o serviço de escuta de idosos, com suas peculiaridades. Muitas vezes, os idosos querem apenas uma oportunidade para estabelecer uma comunicação com terceiros. Lembro-me bem, no exercício da Promotoria de Justiça de Itabira, quando eu atendia cerca de trinta pessoas por dia, uma senhora entrou na minha sala e, durante uma hora, aproximadamente, narrou-me episódios e problemas de sua vida, saindo em seguida, agradecendo a atenção e sem formular qualquer pedido de providências no âmbito judicial. Naquela hora, não entendi o objetivo dela, mas depois ficou claro que a sua intenção era uma só: queria que uma pessoa a ouvisse, mais nada.

Buda, Cristo e muitos outros já pregavam o amor por todas as criaturas. E Olavo Bilac em seu poema “A missão de Purna (do Evangelho de Buda)” nos diz que “todos acham amor dentro da alma de Buda/e tudo nesse amor se eterniza e transmuda”. E relaciona os que encontram amor em Buda: os leprosos, os pobres de saúde, as prostitutas, anciãos, párias, sudras servis rastejando na lama...

Cristo, também, nos remete ao outro: “Amai-vos uns aos outros, como eu vos amo” (Jó, 15: 9-17).

Hodiernamente, falamos em alteridade ou outridade. Não sou eu frente aos outros, mas os outros, permanentemente, frente a mim, como ensina Levinàs. E o filósofo Luc Ferry, que esteve recentemente no Brasil, nos diz que “Vivemos o nascimento de uma nova significação, que não é mais aquela de Voltaire e Kant, dos direitos do homem e da razão, destas luzes que certamente foram portadoras de um vasto projeto de emancipação, mas que conduziram também ao imperialismo e à colonização”. E conclui dizendo que trata-se de um humanismo pós-colonial, “um humanismo de transcendência do outro”.

O indiano Kavita Khurana, em artigo publicado em inglês no periódico “The Rotarian”, traduzido para o português por Fernando Brandão, ex-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, assevera que milhões de pessoas precisam do nosso amor, destacando os idosos, os desamparados, os sofredores, as vítimas de acidentes sérios ou de doenças terríveis e os viciados em drogas. E acrescenta que, mais do que assistência financeira, todos precisam de alguém que se disponha a escutá-los, pois nunca ouvimos sequer os que nos são caros: nossos pais, nossos filhos, nossos amigos. E conclui seu pensamento dizendo que podemos até ouvir as palavras que as pessoas nos dizem, mas é raro que as escutemos, efetivamente.

Voltando ao livro de Selma, ele é fruto de inúmeros trabalhos que ela executou, de profunda meditação sobre os problemas enfocados, que são, em resumo: o crescimento da população da terceira idade, a velhice em todos os tempos, paradigmas contemporâneos sobre a velhice e o idoso, a escuta do idoso. Ela nos apresenta um painel perfeito, que nos leva à reflexão e ao redimensionamento de ideias, pois demonstra que a situação do idoso no Brasil e no mundo ainda é de “absoluto desequilíbrio social” e que é imperioso apontar para a necessidade de haver uma integração entre a espiritualidade e as demais questões vinculadas à fé no processo de escuta daqueles que vivem o limiar da vida.” .

A obra de Selma Maria Ribeiro Araújo, ilustre integrante da Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais, é um manual de convivência e da forma eficiente de ajudar aquelas

pessoas atingidas pela intempérie, no momento em que estão mais fragilizadas, ou seja, na velhice.

Gol de leitão vale?
As últimas palavras de Cristo
O Promotor de Justiça Augusto de Lima

Marcos Paulo de Souza Miranda

Gol de leitão vale?

O futebol é realmente uma “caixinha de surpresas” e há muito que o esporte do britânico Charles Müller vem desafiando a argúcia e a inteligência dos mais abalizados entendidos do assunto.

Passamos a relatar um “acontecimento verídico” do interior das Gerais, que bem realça a faceta inusitada do futebol brasileiro.

Existe em Andrelândia, lá pelas bandas da Serra dos Dois Irmãos, uma vetusta e lendária fazenda denominada Bahia, uma das mais tradicionais do município.

Bem próximo à fazenda existe um campo de “peladas”, onde antigamente eram disputadas acirradas partidas de futebol.

Certa feita, jogava naquela renomada arena, disputando a partida final do campeonato regional, o “time da fazenda”, que em razão do rústico boteco construído de bambu, sem cobertura, em que seus atletas se concentravam todas as noites para o “aquecimento”, era formalmente denominado Esporte Clube “Bar Sem Lona”, contra o tradicional time da vizinha cidade de Madre de Deus de Minas, popularmente conhecido como “Real Madrê”.

Bar Sem Lona X Real Madrê: um verdadeiro clássico do Campo das Vertentes, que entraria para a história do futebol mundial...

Pelas regras da competição, o empate favoreceria o time de Madre de Deus de Minas, que tinha um melhor saldo de gols.

Mas o Bar Sem Lona não desistia.

Jogo tenso e acirrado, o placar estava em 0 x 0 até aos quarenta e quatro minutos do segundo tempo, quando o sol já começava a se pôr no horizonte daquele abençoado torrão.

Foi aí que o ponta-esquerda do time da fazenda, manco de uma perna, cego de um olho e vesgo do outro, mas acostumado a correr atrás de bezerros serra acima, puxou um perigosíssimo contra-ataque — certamente a derradeira oportunidade de gol para o seu clube, cuja camisa surrada com as iniciais BSL (Bar Sem Lona) gravada no peito tinha grande orgulho de defender.

No momento de efetuar o decisivo cruzamento para a área adversária, o ponta — que não enxergava quase nada e ainda ofuscado pela luz do sol poente — caprichou, mas só que em vez de chutar a bola, acabou chutando um leitão branco com pintinhas pretas e muito gordinho que por ali passava, coisa comum em campos de roça.

Atento ao lançamento, o esguio centroavante do Bar Sem Lona — que já havia tomado cinco pingas no intervalo da partida (segundo ele para aliviar uma contratatura muscular, de discutível existência), embora achando ligeiramente esquisito o formato da “bola” que voava em sua direção (esperneando e emitindo ruidosos grunhidos), “subiu ao segundo andar” e em posição absolutamente legal, resolveu não perder a oportunidade e cabeceou com absoluta precisão o pequeno e roliço suíno em direção à meta adversária, marcando o primeiro gol de leitão do futebol brasileiro e, quiçá, do mundo.

O árbitro da partida, oriundo da neófito e pouco confiável Liga Passapertense Desportiva, correu para o centro do gramado, dando a entender que o estranhíssimo gol era válido.

Indagado sobre a inusitada decisão, ele afirmou convicto aos jogadores do “Real Madrê”, em tom professoral, que havia aplicado o princípio da analogia, pois se a bola era revestida de couro e o suíno também o era, não havia diferença alguma, arrematando em tom de calango, que era a sua verdadeira especialidade, com voz arrastada e hálito típico do consumo excessivo de etanol caseiro:

- Não vem não, não vem não, vale tanto gol de leitão, quanto de bola de capotão...

Mas o time do “Real Madrê” não concordou com aquilo e logo se formou uma verdadeira confusão, sendo necessária, inclusive,

a presença da força pública, ali devidamente representada pelo Sargento Magela, que havia acabado de ajudar a roçar um pasto e estava devidamente armado com uma foice de cabo longo.

Gol de leitão vale? perguntavam baixinho, em tom desconfiado, os próprios jogadores do “Bar Sem Lona”, com a esperança de colocarem a mão no “caneco”, apontando que o gol era in-controverso, pois o leitão, inclusive, continuava preso na rede da meta adversária.

Consultados os entendidos da legislação futebolística ali presentes, ninguém quis se pronunciar a respeito, premidos pelo iminente enfrentamento físico dos rivais, sendo necessária a suspensão da partida.

A turma do “Bar Sem Lona”, temendo que o roliço suíno fosse apreendido para fins de perícia, furtivamente surrupiou o leitão, transformando-o, logo após a partida, em apetitoso tira-gosto.

Final da história: até os dias de hoje discute-se sobre a validade do gol e conseqüentemente sobre qual foi o time campeão daquele renhido campeonato disputado em terras andrelandenses.

Dizem que o Tribunal Regional de Justiça Desportiva Rural, à época sediado em São Miguel do Cajuru, foi consultado sobre a questão, mas com medo de abrir um precedente perigoso na história do futebol, recusou-se a proferir um veredicto a respeito, argumentando que não se tratava de um jogo reconhecido oficialmente por aquele egrégio colegiado judicante.

Em arremate, os nobres julgadores afirmaram que a materialidade do possível ilícito futebolístico havia se perdido com a transformação do leitão em tira-gosto, o que impossibilitava a realização do indispensável auto de corpo de delito.

Fica então a pergunta para os abalizados conhecedores das regras do futebol: *gol de leitão vale?*

As últimas palavras de "Cristo"

Em Andrelândia — uma tradicional localidade do Sul de Minas Gerais — a celebração dos últimos atos da vida de Cristo é uma tradição de quase 150 anos, tempo mais do que suficiente para o surgimento de “acontecimentos memoráveis” durante as Semanas Santas.

Conta-se que, no início do século XX, surgiu a ideia de inovar a celebração da Semana Santa andrelandense. Para além das costumeiras missas e procissões, seriam feitas encenações dos últimos feitos de Jesus durante sua vida terrena.

Mas a iniciativa foi um verdadeiro desastre...

Os organizadores do evento, de maneira ingênua e desprevenida, escolheram para fazer o papel do principal centurião algoz de “Cristo” um inimigo do rapaz que representaria o Mestre da Galileia.

Não deu outra.

O centurião, vislumbrando a possibilidade de acertar contas com o seu desafeto, “tomou todas” no dia da representação e desceu o relho nas costas do “Cristo”, que, indefeso mas ciente da importância de seu papel, chegou a advertir:

- Pare com isso irmão ...

Mas de nada adiantou a advertência.

O centurião continuou o flagelo de forma tão real quanto se imagina ter acontecido com o verdadeiro Filho de Deus, protagonizando cenas parecidas com as do famoso e recente filme de Mel Gibson...

Não aguentando mais aquela situação, o “Cristo” jogou a cruz para o lado e, mais feroz do que na ocasião da expulsão

dos vendilhões do templo, saiu no braço com o seu carrasco, que, mais pra lá do que pra cá, acabou levando uma tremenda surra.

Chamado para apartar a “briga sagrada”, o padre da época fez como Pilatos: lavou as mãos e chamou o delegado de polícia para resolver o incidente.

Dizem que o “Cristo” foi levado preso para a delegacia e, meio confuso com tudo aquilo, não sabendo discernir a realidade da ficção que encenava naquele dia, ao ser algemado saiu com esta:

- Pai, perdoa-lhes, porque não sabem o que fazem.

Mais recentemente, na década de 1980, passado o mal-estar daquele trágico acontecimento, o CECAN (Centro Cultural Andrelandense), se dispôs a organizar novamente as encenações da Paixão de Cristo, o que tem sido um verdadeiro sucesso, atraindo muitos turistas para Andrelândia por ocasião da Semana Santa.

Contudo, há alguns anos, ocorreu um fato muito curioso quando se encenava a crucificação de Cristo no Morro do Rosário.

Depois de ali subir carregando uma pesada cruz de madeira, o “Cristo”, já exausto, foi amarrado a uma cruz mais resistente, sendo esta içada por cordas e fixada a base de sua trave vertical em um buraco previamente cavado.

Acontece que o buraco havia ficado largo demais e como ventava muito naquele dia, o “Cristo” era arremessado juntamente com a cruz ora para frente, ora para trás.

O “Mestre da Galileia” conseguiu aguentar aquele vaivém por algum tempo, mas justamente quando chegou a hora de pronunciar suas derradeiras palavras: “Pai, nas tuas mãos entrego o meu espírito”, uma forte corrente de vento empurrou bruscamente o Cristo para trás.

Foi aí que surgiu um substitutivo pouco santificado para as suas últimas palavras.

Apavorado, com medo de ser lançado ao chão, “Cristo” exclamou:

- Segura a porra dessa cruz aí.

Felizmente o fio do microfone havia se rompido com o brusco arremesso e poucos foram os que escutaram o conteúdo daquela frase apócrifa.

Mas eu fui um deles...

O Promotor de Justiça Augusto de Lima



Antônio Augusto de Lima nasceu na Fazenda do Morro do Pires, em Congonhas de Sabará (hoje Nova Lima - MG) em 05 de abril de 1859, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 22 de abril de 1934.

Filho de José Severiano de Lima (1829-1899) e Maria Rita de Lima. Era neto paterno de Antonio Severo de Araújo Lima e Rita Candida da Cunha Jardim.

Antônio Augusto de Lima foi casado com Vera Suckow Monteiro de Barros Lima.

Iniciou o seu curso de Humanidades no Seminário de Mariana, onde teve como professor de Latim o então padre

Silvério Gomes Pimenta, mais tarde Arcebispo de Mariana. Coursou em seguida o Seminário do Caraça. Desistindo de ser padre, foi prestar os exames preparatórios no Liceu Mineiro de Ouro Preto, em 1877.

No ano de 1878 ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, onde foi amigo, entre outros, de Raimundo Correia, Afonso Celso Júnior, Silva Jardim, Valentim Magalhães, Teófilo Dias, Pinheiro Machado e Assis Brasil.

Fundou, em 1880, com Raimundo Correia, Alexandre Coelho e Randolfo Fabrino, a Revista de Ciências e Letras. Obteve o título de bacharel em 1882, tendo, durante o curso, exercido o jornalismo, no qual se mostrou propagandista das ideias da República e da Abolição.

Durante o curso superior escreveu artigos de propaganda republicana para vários órgãos acadêmicos, como *O Liberal* (1878-1882), *A República* (1880) e para jornais da cidade de São Paulo.

Depois de formado retornou a Minas Gerais para advogar em Sabará.

Em dezembro de 1883 foi nomeado Promotor de Justiça da Comarca de Leopoldina-MG, assumindo posteriormente o cargo de Juiz Municipal.

No ano de 1889 foi nomeado Juiz de Direito de Conceição da Serra, no Espírito Santo, onde permaneceu até 1890, quando deveria seguir, no mesmo posto, para Dores de Boa Esperança, em Minas, mas logo foi escolhido para Chefe de Polícia do Estado, em Ouro Preto, por convocação de Crispim Jacques Bias Fortes.



Registro da cidade. — Achão-se na capital, e lhes dirigimos cordiaes saudações, os nossos presados amigos e distinctos co-religionarios Dr. Modesto de Faria Bello e Rvdm. padre Antonio Olympio Ribeiro de Souza, residentes na cidade da Formiga ; — José Severiano de Lima, residente em Congonhas de Sabará ; tenente Francisco de Paula Ribeiro Bhering e José Ignacio Ribeiro Bhering, o primeiro residente em S. João d'El-Rey e o ultimo em Queluz.

Tambem se achão em Ouro Preto os nossos particulares amigos e distinctos comprovincianos os Srs. major Joaquim José de Oliveira Penna, de Uberaba, e Dr. Antonio Augusto de Lima, promotor publico de Leopoldina, á quem complimentamos,

Registro da presença do Promotor de Justiça Augusto de Lima em Ouro Preto no ano de 1884

Agitava-se, naquela ocasião, o problema da mudança da capital do Estado de Minas, e a tese de Augusto de Lima era a de que a nova capital devia ser instalada no antigo Curral del Rei, depois Belo Horizonte, ponto de vista que era também o do Barão de Lucena, Ministro da Justiça.

Foi nomeado presidente do Estado, mas não quis, por si só, fazer a mudança do governo, e submeteu o assunto ao Congresso Constituinte, e só três anos depois, em 1898, transferiu-se para Belo Horizonte a capital do Estado. Augusto de Lima emprestou o seu nome a uma das principais e mais belas avenidas de Belo Horizonte.

Como Governador, tratou das reformas do Poder Judiciário, dos sistemas tributário e eleitoral, do serviço de terras públicas e mineração, regulamentou o ensino primário e reorganizou a Escola de Farmácia de Ouro Preto.

Deixando o governo do Estado, voltou Augusto de Lima ao seu posto de juiz, servindo na Comarca de Ouro Preto de 1891 a 1901.

Foi um dos fundadores da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, onde lecionou, de 1892 a 1925, Filosofia do Direito, Direito das Gentes e Diplomacia, Direito Criminal, Direito Público e Direito Internacional Privado.

Em janeiro de 1901, substituindo José Pedro Xavier da Veiga, assumiu a Direção do Arquivo Público Mineiro, função que exerceu até setembro de 1910. Como Diretor da Instituição deu continuidade à edição da Revista, lançando os números VI a XV (1901/1910). Realizou pesquisas históricas profundas, que contribuíram para o esclarecimento dos limites de Minas Gerais com São Paulo, Goiás e Espírito Santo.

Na Academia Brasileira de Letras, concorreu a primeira vez em 1902, na vaga de Francisco de Castro, sendo eleito Martins Júnior. Um ano depois, apresentou-se candidato à vaga de Urbano Duarte. Foi eleito em 5 de fevereiro de 1903, mas só tomou posse quatro anos depois, em 5 de dezembro de 1907, sendo recebido pelo acadêmico Medeiros e Albuquerque. Sua cadeira foi a de nº 12, cujo patrono é França Júnior. Assumiu a presidência da Academia Brasileira de Letras em 1928.

São obras suas: Contemporâneas, poesia (1887); Símbolos, poesia (1892); Poesias (1909); Noites de sábado, crônicas (1923); São Francisco de Assis, poesia (1930); Coletânea de poesias (1880-1934), Poesia (1959); Tiradentes, poesia; Antes da sombra, poesia (inédito).

Pertenceu ao Partido Republicano Mineiro e ao Partido Progressista. Foi Deputado Federal da 7ª à 13ª Legislaturas (1909/1929), Vice-Presidente das Comissões de Legislação Social

(1923) e de Diplomacia e Tratados (1923/1924). Relatou o Projeto de Declaração de Guerra do Brasil à Alemanha em 1917.

Ao longo de sua atuação parlamentar encabeçou campanhas de defesa do patrimônio florestal, do desenvolvimento da siderurgia, do aproveitamento das regiões de fronteira, o voto feminino, a nacionalização dos serviços radiotelegráficos e a proteção do patrimônio histórico nacional.

Em 1934, foi eleito para a Assembleia Constituinte, e dela fazia parte, quando teve de submeter-se a uma cirurgia, vindo a falecer em 22 de abril, sendo sepultado com “honras de chefe de Estado”.

A nova versão do descobrimento do Brasil
(A urna histórica de Cabrália)

Maurício Braga de Mendonça

A nova versão do descobrimento (A urna histórica de Cabrália)

Quando foi construído, em 1992, o bellissimo prédio que hoje abriga a Colônia de Férias da AMMP, nossa sede praiana numa das mais belas praias do sul da Bahia, na região denominada Santa Cruz de Cabrália, algo de curioso e historicamente importante aconteceu. Naquele local, durante as escavações, foi encontrada uma urna de argila, artefato indígena, contendo em seu interior uma garrafa também de argila e dentro dela um velho e amarelecido pergaminho contendo uma escrita antiga em um português rebuscado, mas ainda legível. Quem o encontrou foi um dos trabalhadores da obra que tratou de entregá-lo ao engenheiro-chefe e este, por sua vez, o fez chegar às mãos dos responsáveis pela diretoria da Associação. A AMMP desde então o traz guardado sob "sete chaves". Com o passar dos anos tal descoberta caiu no ostracismo. Também "esquecido" ficou o lugar onde o valioso pergaminho foi guardado, um sumiço proposital, para gáudio da História brasileira. Porém, antes que fosse "bem guardado", foi o documento entregue a um culto Promotor, com mestrado em línguas pela Sorbonne em Paris na França, para sua fiel tradução, vertendo-o para a nossa moderna língua portuguesa. O texto contém no preâmbulo a seguinte observação:

Deixo aqui hoje o relato do que foi visto nestas plagas de além-mar ao desembarcarmos nesta ilha. Enterrei o documento nesta areia para que meus compatriotas não pensem que estou doido ou seja eu um visionário ou subversivo.

Assinava o pergaminho: Duarte Pacheco Pereira – Cronista, componente da frota de Pedro Álvares Cabral, cosmógrafo do Reino e autor do “Esmeraldo de situ orbis” — E datava: Nova Ilha descoberta, 23 de Abril no ano de N.S. Jesus Cristo de 1500”.

Corro o risco de ser enforcado, pois estou, ai Jesus, mudando a História!? Ora pois.

Segundo o célebre texto do cronista português “a descoberta do Brasil” está assim relatada:

Após a volta de Vasco da Gama do caminho marítimo das Índias, a Corte portuguesa começou a preparar uma poderosa esquadra com destino àquela parte do mundo. Pedro Álvares Cabral seria o comandante. Eram dez naus de guerra, um navio redondo de transporte e outras embarcações mercantes. A armada saiu rumo ao alto-mar em março de 1500. Sem novidades. Por meados de abril estava a frota numa latitude de uns 17 ou 18 graus e afastada da costa africana cerca de trezentas milhas. No dia 21 de abril aparecem vagos sinais de terra. Ao raiar do dia 22, estava um marujo cujo nome aqui não interessa empoleirado no alto de um dos mastros da nau-mãe, tranquilamente poluindo o mar com seu xixi matinal, após uma noite de porre de rum, quando em suas retinas desenha-se o relevo de uma costa em longa extensão de norte a sul. Assustado e incrédulo berra: Terra à vista!! Acorda-se toda a tripulação, que assustadíssima vê, no horizonte, destacar-se a fita escura de um monte, o qual foi, mais tarde, denominado de “Monte Pascal”, pois passava o oitavário da Páscoa. A euforia foi geral. A nova descoberta aumentava a conquista do reino luso. A umas cinco léguas da nova terra, o capitão mandou fundear e expediu gente em bergantins à procura de ancoradouro. Depois subiram as naus indo ancorar junto de uns ilhéus, numa vasta enseada a que se

deu o nome de Porto Seguro. Enquanto seguiam para o porto, Cabral de luneta em punho, digo, sobre um olho, abafou um grito de espanto e admiração. Aquilo era inacreditável, não era possível ser verdade, já haviam descoberto aquelas novas paragens, era impossível, ai Jesus! Nisso, uma forte luz vinda da praia que mais tarde denominou-se de “Coroa Vermelha” e onde Dom Henrique Sardinha rezaria a Primeira Missa, indicava que ali havia um povo estranho e não aborígene. A luz era o reflexo dos vidros de uma imensa habitação ali erguida, de linhas moderníssimas e arrojadadas, tão diferente das paupérrimas ocas indígenas. Uma placa imensa estava ali erguida com as letras AMMP. Outra luminosidade, de intensidade menor, saía de um dos lados daquele casario, mas, percebendo melhor distinguia-se o reflexo solar que provinha da calvície luzidia de um senhor (*1) muito agitado e de trajes sofisticados, cobrindo todo o corpo e enfeitado com uma tira de pano amarrada ao pescoço. Soube-se depois tratar-se do comandante daquele agrupamento. Outros homens e mulheres estavam ali mas com trajes diferentes, sofisticados, bem menores, quase nus, parecendo mais ser roupa de baixo ou mesmo roupa de banho, pois havia um poço d’água na frente da casa, numa minúscula lagoa, onde tomavam banho sem tirar aquelas vestes. O grande descobridor, descendo a terra e temeroso de que a glória da sua conquista fugisse-lhe das mãos, tratou logo de oficialar a posse da “ilha” em nome da Coroa Portuguesa e a batizou de “Ilha de Santa Cruz”, pois acreditava ser realmente uma ilha. Mais tarde, foi chamada de “Terra de Santa Cruz” e depois, “Terra do Brazil”, por causa da imensa quantidade da árvore conhecida como “pau-brazil” (madeira de onde se extrai uma tinta vermelha, abundante no litoral baiano). A marujada andava curiosa e bem alegre pelas praias, sempre acom-

panhada de silvícolas, todos nus. Estes estavam também curiosíssimos com os novos visitantes, tão diferentes daqueles da casa grande que se contrastava com as ocas dos silvícolas. Seriam realmente eles os primeiros a ali chegar? O gentio, na sua língua, tentava explicar(com gestos e mímicas) aos marinheiros recém-chegados: O povo da casa grande chegara nas suas terras, muitas luas atrás, veio lá de trás daquelas montanhas, de uma província chamada "Minas Gerais", que surgira após o fracasso das chamadas Capitânicas hereditárias. Aquela gente era mineira, sô!?! Uai! E são do tal do Ministério Público. A glória da descoberta, pois, não pertencia a Cabral, mas ao Parquet das Gerais. Pedro Álvares Cabral, entre surpreso e curioso, contemplava, bestificado, aquele novo mundo quando dele aproximou-se um elemento do grupo, que sorridente e trazendo nas mãos um livro, cumprimentou-o todo solícito e se apresentou: olá, eu pertenço a essa família que se agrupa naquela casa, nós somos promotores de justiça de Minas Gerais no século XX , sou também Cabral (*2), com muito orgulho um descendente seu, aliás, "eu sou você amanhã", aceite esta modesta obra escrita por mim, é a História de nosso Ministério Público, e estendeu-lhe o exemplar. Foi aí que o comandante se desorientou. "Então, o Cabral de que fala a História era aquele e não ele! Ora, pois, pois". Mergulhado em suas reflexões, levou tremendo susto o Chefe português quando pareceu ver à distância a figura (*3) de um E.T. "Será crível meu Deus, pensou, até "Spielberg" (referindo-se ao famoso diretor cinematográfico de Hollywood) quer pôr bacalhau na minha conquista e dizer que esta terra foi ocupada por seres extraterrenos antes de nós?!". Para alívio seu, entretanto, soube logo que aquele era também um promotor e que fora chefe daquela associação. "A semelhança era mera coinci-

dência. Ao seu lado, outro ex-chefe daquela entidade, contendo nas mãos uma latinha de cerveja, olhava quase fixamente para o alto, prá lá e prá cá, usando óculos (*4) com grossas lentes parecendo de fundo de garrafa. Certamente seria o astrônomo do grupo. Nisso, passa por ele outro componente (*5) do grupo, barrigudo, a correr aflito fugindo do assédio de uma bela aborígene, cópia quase fiel da Iracema, a virgem dos lábios de mel da qual nos fala o escritor José de Alencar, tentando enlaçá-lo com seus colares de pedras brilhantes (seriam esmeraldas??), desejosa de amor, a balançar seus enormes seios desnudos de fazer inveja à cantora Fafá de Belém. Estava Pedro Álvares Cabral distraído observando a cena quando recebe um forte abraço e dois beijos nas faces, era um membro daquela turma que, eufórico, o chamava de “meu irmão”(*6). Sem nada entender o Navegador ouve, vindo lá do alto, uma voz que parecia mais um trovão a dizer-lhe: “não se impressione não seu Cabral, este é nosso beijoqueiro-mor (*7)! Àquela altura, todos ali na casa da AMMP já sabiam da chegada do famoso português Dom Pedro Álvares Cabral. Desfilando à beira do poço que chamavam de piscina (*8) uma componente do grupo que se vestia com um vestido longo enfeitado de paetês, miçangas e lantejoulas, parou junto ao Navegador para, euforicamente, cumprimentá-lo. E enquanto o lusitano recebia os cumprimentos daquela elegante rapariga, sua atenção voltou-se para um som que vinha de dentro da casa grande. Uma voz feminina(*9) romântica, envolvente e aveludada contagiava a todos que a ouviam. Alguns de seus colegas saracoteavam e reboavam numa dança que se assemelhava a dos gentios. Na praia, de pé sobre um velho tronco de árvore caído gesticulava alguém parecendo o futuro cantor (*10) “Nelson Ned”. Mas não era outro senão elemento

daquele estranho grupo que, colérico, fazia acusações aos escritores que no futuro iriam atribuir a paternidade da descoberta da terra de Cabrália àquele Navegador que ali chegara, e patati, patatá...!! O senhor Cabral, bastante assustado com aquelas cenas inusitadas, resolveu mais que depressa voltar à sua Frota ancorada na praia. Prestes a embarcar, é abordado por outro elemento do curioso grupo que, muito solícito, ofereceu-lhe "um gadinho que criava lá para as bandas(*11) de São Pedro do Suaçuí". Respondeu-lhe bastante apressado o Navegador: "eu não crio vacas", e foi logo chamando o primeiro marujo que passava ordenando-lhe que buscasse rápido um barco para levá-lo imediatamente ao navio. E enquanto esperava, dele aproximou-se um rapaz ostentando um respeitável bigode à semelhança de seus patrícios, calado, fazendo-lhe apenas uma vênia, e seguiu seu caminho pela trilha (*12). Atrás dele vinha outro marmanjo, fumando seu cigarro de palha e, parando a sua frente e sem se apresentar, foi logo dizendo –"sabe daquela do papagaio?"E cochichou-lhe ao pé do ouvido: "zzzzzzzzzz...(*13)". O Chefe da esquadra portuguesa ficou rubro, procurando livrar-se do piadista sem compostura. Ficou aliviado quando seu barco encostou-se na areia. De volta à sua Frota, ordenou a um de seus capitães o regresso imediato à Lisboa com a incumbência de dar a Dom Manoel a notícia do novo descobrimento, proibindo-o terminantemente de narrar o que tinha visto naquela nova terra, pois Pero Vaz de Caminha era quem se encarregaria de contar a história oficial. No dia 02 de maio a armada lusa levantaria ferros, prosseguindo rumo sudoeste para a Ásia. Antes de deixar aquele ilhéu pôde o Conquistador português ouvir os gritos que provinham da praia e reboavam na floresta virgem. Era um agitado promotor, componente do estranho grupo, que com sua esvoaçante

cabeleira branca bradava firme e em alta voz agitando freneticamente seus braços (*14): “Companheiros, a luta continua, viva, viva, viva...!!!”.

Uma coisa é certa: Se Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil, o Ministério Público de Minas Gerais descobriu Cabrália. Viva, viva, viva!²

2 Nota do autor – Os personagens desta fictícia aventura, cujos nomes estão no texto preservados, são colegas do Ministério Público estadual que integraram a pequena caravana presente à festa de inauguração de nossa sede praiana em Cabrália no Estado da Bahia. Esta é uma modesta homenagem que prestamos a eles. Os asteriscos, com os respectivos números os identificam: *1 Olavo A. de Moraes Freire, Ex-Presidente da AMMP; *2 Joaquim Cabral Netto, Ex-Presidente da AMMP; *3 Vagner Vartuli – Ex-Presidente da AMMP; *4 Nedens Ulisses F.Vieira – Presidente da AMMP; *5 Alencar Serrão Neves; *6 Acúrcio Lucena P. Filho; *7 Antônio José Leal; *8 Eneida Quintanilha Silva; *9 Miriam P. Esteves de Souza; *10 Ronaldo César de Faria; *11 Amando Prates – Ex-Presidente da AMMP; *12 Darcy de Souza Filho; *13 Mário Nardi Filho; *14 Flodesmidt Riani – Ex-Presidente da AMMP.

Um menino de rua

Selma Maria Ribeiro Araújo

Um menino de rua

Ainda me lembro, e como, daquele distante dia em que eu, professora recém-formada, recebi o comunicado de que havia uma vaga para professora em São Sebastião do Oeste.

É preciso explicar, e para isso não faço esforço de memória, pois, embora distante no tempo, as coisas e aqueles acontecimentos me vêm com muita facilidade.

São Sebastião do Oeste é uma pequena cidade, minúscula mesmo, quase arraial, perdida em um canto de Minas Gerais, onde, por volta de 1965, o progresso ainda não chegara. Mas lá havia uma vaga, uma não, seis vagas para professoras. Além das vagas, no fundo da escola havia uma casinha (estilo barracão dos fundos), onde nós poderíamos morar, todas juntas. Cozinhar, dormir, preparar aulas. Ter nossa vida e ganhar nosso primeiro dinheirinho. Tudo isso nos pareceu um sonho.

Afinal, sentíamos-nos donas das nossas vidas, libertas de pai e mãe, prontas para enfrentar, como donas dos nossos narizes, o mundo e uma profissão que, até aquele dia, era o sonho não só nosso, mas de todas as moças daquela época.

Ser professora era a meta, além do que, para muitas de nós, ainda era a profissão permitida, o máximo até onde podíamos chegar.

Bem, e lá fomos de mudança: camas, mesa, panelas e sonhos, muitos sonhos. Sonhos que até nos pesavam, de tão grandes e audaciosos. Íamos na segunda-feira, bem cedo, e retornávamos na sexta, para um fim de semana em casa. Durante a semana, batalhávamos com quarenta alunos, vindos, na sua maioria, da zona rural, e que traziam toda uma carta de ignorância, doenças, além do que a escola não era muito importante para os pais, que

viam nela apenas um passatempo, quando não havia café para ser colhido, nem roça para ser capinada, nem outro serviço que exigisse a mão de obra que aqueles pequeninos representavam.

Para muitos deles, a escola, a professora de outra cidade e as novidades que ela sempre trazia eram motivos suficientes para atraí-los à escola e até fazer deles alunos interessados em compreender aquele mundo novo de letras e contas: além da Geografia, que dava nome a rios e montanhas; da História, que fala de Inconfidência e Independência; além de noções de higiene, educação, trato fino com as pessoas que, aquelas crianças, embora criadas em moldes rígidos e antigos, não conheciam.

Tudo era festa e animação. Foi ali que conheci meu primeiro poder e descobri uma coisa nova que emanava de mim, chamada autoridade. Eu era a professora e aqueles quarenta pequenos eram meus, só meus, para ensiná-los e orientá-los ao meu modo! Era tudo muito forte e desconhecido para mim. Era preciso descobrir os segredos daquela nova situação, pois afinal eram pequenos seres humanos, ainda em formação, que me foram entregues e que dependiam de mim e, acima de tudo, esperavam muito da sua professora.

Entre meus quarenta alunos, um de modo especial chamava-me a atenção. Era o Jorge. Não era aplicado, não fazia as tarefas, e, o que era pior: insubordinado, na verdadeira acepção da palavra.

Meus pobres e poucos conhecimentos de psicologia infantil quase em nada ajudavam-me a resolver os problemas que Jorge me criava a cada dia.

Chamar os pais seria arriscar demais. Jorge poderia levar uma surra, por não estar respeitando a professora. E não era isso que eu queria. Assustava-me conversar com seus pais. Afinal, quem era eu para dizer àquele homem e àquela mulher, pais de Jorge, o que eles deviam ou não fazer, como repreendê-lo. Eles, mesmo rudes, eram muito mais experientes do que eu.

Apesar de todos os problemas, eu amava Jorge mais que a qualquer outro. Ele era um desafio. Seus olhos matreiros tinham

um brilho especial e, na sua rebeldia, ele conseguia ser doce, muito doce...

Cativava-me fundo o jeito com que ele me olhava, e eu sonhava: vou conseguir fazer desse garoto meu melhor aluno. E eu o amei por tudo isso e guardo sua lembrança como uma coisa boa que se passou, um dia, com uma professorinha da roça.

Hoje, não sei do Jorge. Mas, outro dia, tive a impressão de tê-lo reencontrado. A situação era bem outra. Vejam só.

Moro na cidade grande. Não dou mais aulas. Desisti dos Jorges da vida, embora tenha saudades deles.

Entro no ônibus, final da tarde. É a volta do trabalho, onde não existe mais Jorge, mas um computador que, embora moderno, não sabe retribuir o cuidado e o carinho que lhe dedico. É insensível.

Mas, voltemos ao ônibus. Assento-me atrás, perto da porta traseira, e me distraio olhando a cidade que, àquela hora, entra noite adentro, num mundo de luzes e submundos que, às vezes, eu não conheço.

Eis que numa parada, entra um garotinho. Assusto-me e vejo o Jorge! Por uns segundos, penso que o tempo parou: que o ônibus é o de São Sebastião do Oeste! Chego quase a sorrir!

De repente, o Jorge com quem eu sonhei avança no meu braço e arranca meu relógio. Assusto-me e reconheço que o Jorge mudou. Saiu do interior, mora na favela, passa fome, não tem pai e não sabe onde mora mais sua mãe.

Virou menino de rua!... Seus olhos perderam o brilho, talvez pela cola que cheirava e que o levava para um mundo ilusório e irrereal, onde ele ainda era criança e feliz.

Jorge, escuta-me e, se for possível, perdoa-me. Sabe, hoje eu tive medo de você...

V
Os nomes na Academia

O Patrono da Academia

– Dr. Mauro da Silva Gouvêa

A denominação da sede

– Dr. Joaquim Cabral

Joaquim Cabral Netto

Dr. Mauro da Silva Gouvêa



A nossa instituição, dentre as suas peculiaridades, encerra um fenômeno sociológico. Ela constrói uma liderança de imediato, mas faz com que ela desapareça também com rapidez.

Homens e mulheres que passaram pela nossa carreira, construindo-a, ajudando-a a se edificar, amparando-a, criando-a e servindo de exemplo, não raro desaparecem no fluxo do tempo, e as novas gerações deles sequer têm conhecimento.

E no final até parece um triste fim!

Até parece que tais homens e mulheres tenham sido legados pura e simplesmente ao esquecimento.

Em certo aspecto é terrível a nossa Instituição! Ela cria líderes e faz com que eles desapareçam no simples passar de poucos anos, a ponto das novas gerações não terem a visão concreta e real de homens que a construíram.

Eu me lembro de um deles.

Um homem que a nova geração do Ministério Público não conheceu e que sequer ouve falar de seu nome. Um homem que teve uma postura institucional. Um homem que comandou a nossa Instituição. Um homem que encarnou a “dignidade” de Ministério Público.

Um homem que um dia foi ao governador do Estado e lhe disse:

– Vossa Excelência acaba de assinar um ato de nomeação. Com ele eu não concordo, mas Vossa Excelência é quem tem o poder de assiná-lo. Como Procurador-Geral, como chefe do Ministério Público, tenho de cumprir essa decisão de Vossa Excelência, mas com esse ato eu não posso concordar. Assim, aqui está o meu pedido de exoneração!.

E o Governador voltou atrás!

Poucos homens assim o fariam, e o fizeram. Num instante institucional em que o cargo de Procurador-Geral era de escolha

pessoal do governador, podendo ser preenchido, inclusive, por pessoas de fora da carreira do Ministério Público, ele teve essa postura e dignidade funcional.

Foi a partir dele que nossa Instituição nunca mais foi chefiada por um advogado. Foi a partir daquele instante, de sua postura e de suas reivindicações que, ao longo da nossa história, jamais vi assentado na cadeira de Procurador-Geral de Justiça um homem que não tivesse entrado em nossos quadros e feito a carreira no Ministério Público. Um homem que a partir do instante em que se aposentou, nunca mais adentrou em órgãos de atuação do Ministério Público, sob o fundamento de que sabendo da sua posição e respeitabilidade dentro da Instituição, tinha receio de que a sua simples presença pudesse influenciar na atuação do Promotor que ali estivesse.

Um homem que durante a Revolução de 1964 impediu que qualquer um de nós, membros do Ministério Público, sofresse a menor desconsideração, a menor das acusações infundadas e, no instante em que ele soube que um velho Promotor estava preso por órgão de repressão da época, tomou um avião, foi à sua cidade, arrancou-o do alto da carroceria de um caminhão e disse: “ – Este não! Este, se for, eu irei também”.

Esse homem chamava-se Mauro da Silva Gouvêa. Natural do Município de Barão do Monte Alto, integrante da Comarca de Palma, em Minas Gerais, nasceu em 8 de agosto de 1911 e faleceu em 13 de junho de 1993. Formou-se pela UFMG em 1933, integrando brilhante turma, da qual saíram, igualmente, dois outros Procuradores-Gerais de Justiça: José Diogo de Almeida Magalhães e Wagner de Luna Carneiro.

Iniciou sua carreira no Ministério Público como Promotor de Justiça de Ipanema (29 de setembro de 1935), ocupando, posteriormente, as Promotorias de Araguari (22 de abril de 1940 a 2 de janeiro de 1945, e em Conselheiro Lafaiete (2 de fevereiro de 1945 a 30 de janeiro de 1947), Em 31 de janeiro de 1947, foi nomeado para o cargo de auxiliar judiciário da Procuradoria-Geral e, em 14 de junho de 1961, foi nomeado Procurador-Geral de Justiça.

O Ato de sua posse, registrou à época a imprensa, deu-se no Salão Nobre da Procuradoria-Geral, em 24 de junho de 1961, diante do Secretário do Interior, Rondon Pacheco, — como ocorria à época, contando com a presença de altas personalidades do mundo jurídico e social.

Ao receber o cargo, das mãos do Sub-Procurador Grover Cleveland Jacob, ele afirmou em seu pronunciamento:

– Como acentuei por ocasião da posse, os órgãos do Ministério Público devem manter, por tradição e imperativo legais, exemplar procedimento, zelando pela dignidade dos seus cargos. Temos que continuar impondo-nos à consideração e ao respeito da sociedade pela absoluta correção de conduta, pública e particular, pelo exato cumprimento do dever, funcional e social.

Advogado da lei e fiscal da sua execução, patrono oficial dos interesses da coletividade, defensor do incapaz, do pobre e ainda que contra o poderoso, do Direito em suma — Promotor de Justiça, cuja realização constitui o ideal comum e supremo — deve representar o órgão do Ministério Público, sob todos os aspectos, o exemplo inatacável de que decorrerá, sem dúvida, sua indispensável autoridade.

A fim de garantir a lisura das eleições que seriam realizadas no final de 1962, foi ele convocado pelo Governador do Estado a assumir a Secretaria de Estado da Segurança Pública (23 de maio de 1962 a 11 de janeiro de 1963). Naquela Pasta, emprestou a firmeza de sua direção, a qual se caracterizou pela imparcialidade e pelo exato cumprimento da lei e por inteligente atuação social. Após sua aposentadoria, em 2 de março de 1966, foi diretor da Penitenciária Agrícola de Neves e, em seguida, Secretário Adjunto do Interior e Justiça.

Primeiro Procurador-Geral de Justiça de carreira, diferentemente de estranhos chamados a dirigir a classe, que a poucos

de seus integrantes conhecia, ele conhecia a todos. E mais: em lugar de se aperceber dos problemas e dificuldades da Instituição somente depois de algum tempo no exercício do cargo, ele já os conhecia antes mesmo de assumir sua chefia. Ele foi um dos responsáveis pelo espírito da altiva independência funcional que hoje registra o Ministério Público de nosso Estado. Os relatórios funcionais dos Promotores de Justiça eram, por ele, pessoalmente analisados, sendo publicado no órgão oficial o registro de suas observações, incentivos e elogios.

Líder nato, era respeitado e querido pela classe, registrando-se, como marca de sua personalidade, que jamais delegou poderes para que outrem oficiasse em processos de competência do Procurador-Geral. Era, assim, participante em igualdade de condições na distribuição de processos com os demais Procuradores, e não admitia que assim não o fosse. Seu porte elegante, sua inteligência, sua personalidade forte e seu amor ao Ministério Público marcaram sua época e projetaram a Instituição no futuro. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais deu o seu nome à Sala do Ministério Público, na sede daquele Tribunal.

A Academia do Ministério Público registra com respeito todos esses fatos nas páginas de sua revista, e realça sua admiração pela grandeza de um homem, pelo que ele foi e pelo que ele representou e representa para o Ministério Público de Minas Gerais.

Dr. Joaquim Cabral



O Dr. Joaquim Cabral nasceu em 1906 e faleceu em 1984. Filho de Joaquim de Azevedo Cabral e Francisca Arlinda Moraes Cabral, era natural do Arraial do Café, Distrito de Celina, Município de Alegre, no Espírito Santo.

Pobre, órfão de pai e deficiente do braço direito, depois de sua passagem por Rio Pardo mudou-se para S. José do Calçado, no Espírito Santo, onde foi trabalhar numa casa comercial. Ali morou por cinco anos e, aproveitando as condições e circunstâncias da cidade, estudou à noite no Instituto Mirabeau Pimentel, onde acabou por tornar-se Guarda-Livros.

Em 9 de abril de 1930, em busca de melhores condições de luta pela vida, chegou à cidade de Manhumirim, e de lá só saiu cerca de trinta anos depois.

Integrante da Coluna Revolucionária Cristiano Machado, teve atuação na Revolução de outubro de 1930, participando e depois comandando aquela Coluna na invasão do Estado do Espírito Santo.

Durante grande parte de sua vida militou no jornalismo, tendo sido filiado da Associação Brasileira de Imprensa, colaborando nos jornais *A Ordem* e o *Dever*, de S. José do Calçado, e *A Evolução*, de Campos, no Estado do Rio de Janeiro. No início da década de 30 passou a colaborar no jornal *Manhumirim*, o que fez por quase vinte anos, chegando a ser o Diretor.

Intelectual primoroso, dentre sua produção literária, publicada na imprensa, o soneto "Saudade" é de uma beleza que transcende ao tempo:

SAUDADE

Saudade! Adeus, lá da curva do caminho,
Logo a seguir à permuta de um olhar!
Um lenço branco acenando, de mansinho,
Colhendo os beijos que não se pode dar!

Saudade! Lua pálida, em desalinho,
Mirando-se nas águas verdes do mar!

Pássaro que morre no pó do caminho,
Depois de passar pela vida a cantar!

Saudade! Vida, amor, ideal ou sonhos
Que com os olhos úmidos e tristonhos,
Vêm os braços da realidade abrindo!

Saudade! Vontade de morrer, vivendo!
Saudade! Vontade de gozar, sofrendo!
Saudade! Vontade de chorar, sorrindo!

Em 1935 casou-se com a normalista Alice Tasca, na cidade de Manhuaçu, a qual, mudando-se para Manhumirim, integrou-se na vida educacional e social da cidade por muitos anos, onde foi a primeira vereadora eleita e uma das responsáveis pela alfabetização de toda uma geração.

Em 1936, quando da instalação da Comarca de Manhumirim, foi o Dr. Joaquim Cabral, ainda um jovem, e na condição de redator do Jornal Manhumirim, quem fez no grande salão do Café Guarany, durante o Banquete de Comemoração da efeméride, o discurso de brinde em honra do Governador do Estado, Benedito Valadares Riobeiro.

Por inúmeros anos o Dr. Joaquim Cabral dedicou-se à advocacia na cidade, e eram os seus constituintes pobres os que nele mais encontravam uma ajuda e uma esperança. O Tribunal do Júri de Manhumirim, por mais de dez anos, teve praticamente só ele como advogado local a ocupar a sua Tribuna!

Testemunha ocular e partícipe da evolução social, cultural e política da cidade de Manhumirim, ali constituiu e criou sua família, integrada pelos filhos Joaquim Cabral Netto, Galileu Cabral, Juarez Cabral e Maria Alice Cabral. Seus filhos, pela vida afora, ocuparam ilustres cargos e funções no Ministério Público, na Magistratura, em Universidades e na Medicina, no país e no exterior.

Interventor Federal na cidade de Luna, no ES, quando da Revolução de 1930, foi, posteriormente e por muitos anos,

Secretário da Prefeitura Municipal de Manhumirim, Vereador e Presidente de sua Câmara Municipal, Prefeito da Cidade de Espera Feliz e, num rápido período, também respondeu pela Prefeitura de Manhumirim. Em Belo Horizonte foi ele Chefe da Divisão de Comunicações de sua Prefeitura.

Quando seu filho mais velho se formou em Direito, incentivou-o a prestar concurso para o Ministério Público. E para aumentar-lhe esse incentivo também se inscreveu naquele concurso: ambos foram aprovados e ambos se tornaram Promotores de Justiça. Esse, aliás, foi o único caso de pai e filho em um mesmo concurso de ingresso nos anais do Ministério Público brasileiro! Seu filho ali ficou durante uma vida, onde ocupou os mais altos graus de sua carreira. Ele, tão logo completou as condições legais, aposentou-se no cargo, mudou-se para Juiz de Fora e, dali, para Belo Horizonte, onde faleceu.

A homenagem que a ele aqui se faz premia um homem que dedicou sua vida ao Direito.

A Academia do Ministério Público, de igual forma, registra com respeito todos esses fatos nas páginas de sua revista, e realça admiração pela sua inteligência, seu dinamismo, sua participação na vida pública e ministerial, mostrando sempre a grandeza de sua pessoa.

VI

Patronos de cadeiras homenageados

José Campomizzi Filho - Acadêmico Antônio Lopes Neto

Wenceslau Brás Pereira Gomes - Acadêmico Maurício Braga
de Mendonça

Ariovaldo Alves de Figueiredo - Sílvio Fausto de Oliveira

*José Campomizzi Filho*³

Nasceu em 14 de dezembro de 1923 no arraial de Santa Filomena/MG, filho de José Campomizzi e Erotides Neiva Campomizzi. Kursou o Seminário Menor de Mariana por dois anos e meio e prosseguiu seus estudos, em regime de internato, no Ginásio São José, em Ubá.

Casou-se com a senhora Ica Arantes e tiveram sete filhos: Jeser José, Helder Antônio, Jader Bernardo, Cigríd, Jackson Rafael, Josef Paulo e Herman Gonçalo.

Um de seus filhos é o digno e culto Procurador de Justiça Jackson Rafael Campomizzi, colega também brilhante e comprometido com os legítimos interesses do Ministério Público do nosso Estado.

Os primeiros passos literários do Dr. José Campomizzi Filho foram artigos publicados, ainda na adolescência, pelos jornais ubaenses Cidade de Ubá e Folha do Povo, do qual se tornou redator em 1949, cargo que exerceu até o fim da vida.

Estudou na Moderna Associação Brasileira de Ensino (MABE), no Rio de Janeiro, enquanto trabalhava na empresa Colgate-Palmolive para ajudar seu pai com os gastos.

Ainda no Rio de Janeiro, formou-se no curso científico e ingressou na Faculdade de Direito de Niterói, onde as aulas eram ministradas nos fins de semana, o que lhe permitia tomar conta da nova casa comercial da família.

O patrono da Cadeira nº 2 da Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais colou grau na citada Faculdade de Direito de Niterói em 1950.

3 14.12.2013. Discurso proferido pelo Acadêmico Antônio Lopes Neto no Auditório da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

Como advogado prestou assessoria jurídica à Associação Comercial e Industrial de Ubá e à Sociedade dos Viajantes e Representantes Comerciais do Brasil, fundando o jornal da entidade, *O Viajante*, pelo qual foi responsável até o dia de seu falecimento.

Graduou-se em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora.

Lecionou na Escola Estadual Raul Soares, no Ginásio São José, na Faculdade de Filosofia e Letras de Ubá e no Instituto Champagnat de Estudos Superiores, em Belo Horizonte.

Aprovado no VIII Concurso, na gestão do PGJ Onofre Mendes Júnior, em 1956 foi nomeado Promotor de Justiça, tendo passado pelas comarcas de Tupaciguara, Senador Firmino, Itabira, Ubá e Belo Horizonte, onde foi promovido a Procurador de Justiça em 1978, ano em que também passou a ocupar o cargo de Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Educação. Como jornalista, poeta e escritor de realce engrandeceu a cultura de Minas Gerais.

Foi um dos ícones do Ministério Público na área da literatura.

Na nudez material que vivia o Ministério Público, a presença de um assobio de cultura: o doutor José Campomizzi Filho é nomeado, em março de 1984, o novo Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do MPMG.

Esse fabuloso artesão da história coloca no topo da pirâmide Institucional o profícuo estudo do Direito e com o arado jurídico da determinação abre canais de irrigação cultural nos vastos rincões das Gerais.

O Boletim Informativo da PGJ, n. 14, de março de 1984, estampa a serena e eficaz estreia de Campomizzi na direção do Centro de Estudos, recrudescendo a lenda de que essa função é quase privativa de autênticos líderes, a exemplo de Alberto Pontes, Severino Flores e Bertoldo Mateus de Oliveira Filho. E no primeiro encontro regional promovido pelo eminente homenageado, no meu querido Sul de Minas, na Comarca de Varginha, ainda saboreou os quitutes e quitandas servidos no evento!

Reconhecendo seus méritos, a Biblioteca que funcionava na Torre I da PGJ tinha uma destacada placa de bronze que ostentava o nome de José Campomizzi Filho como seu patrono.

Ainda em reconhecimento à sua atuação profissional, foi homenageado, também pelo Ministério Público, emprestando seu nome à Torre II, local em que funcionavam destacados órgãos do *Parquet* Mineiro.

O ora homenageado revelou-se respeitado crítico literário.

Recebeu as mais expressivas condecorações do nosso Estado e vários títulos de cidadania em retribuição ao seu trabalho comunitário. Foi também um dos mais solicitados conferencistas da nossa Instituição.

Na época em que atuei como assessor informal do culto Procurador-Geral, o intelectual Aluizio Quintão, presenciei a assinatura da Resolução nº 32/82 instituindo o Centro da Memória do Ministério Público Mineiro, que também levou o nome do magno doutrinador José Campomizzi Filho.

O nome de Campomizzi na Biblioteca do MPMG e no Centro da Memória do Parquet é a marca histórica de sua incomparável obra humana e literária. Homem de livros e de coração fraterno.

A vibrante vida era a matéria-prima e a inspiração do escritor-poeta-jurista Campomizzi que catalogou inúmeras conquistas profissionais importantes como intelectual e dedicado chefe de família. Acredito que tenha sido o grande revolucionário das letras ministeriais, sempre combatendo os espetáculos midiáticos. Homem simples, de pena erudita e pareceres humanos e conscientes, abraçou com afinco a busca pela verdade real! Um guerreiro das letras, tendo suas lanças do saber direcionadas para o ensino de qualidade.

Construiu no MPMG aterros pacificadores, suprimindo eventuais fossos que pudessem dividir a classe ministerial. A vida toda teve os olhos da cidadania plena voltados para os juridicionados de rostos enrugados, mãos calejadas e maltratadas pela labuta intensa.

Agradecendo a Deus por esse momento de justas reminiscências, sinto-me enganchado na saudade, às vezes teimosa, que

ressuscita neste plano de vida, do meu professor e dileto amigo doutor José Campomizzi Filho. Nessa toada, soprada por gorjeios de felicidade, vê-se florescer a esperança nos corações fraternos tocados pelo galope literário e cristão do eminente homenageado, que também foi um belo exemplo de dedicado rotariano. Combatia os artefatos da traição com a força dos guerreiros que venciam os tormentosos penhascos incandescentes; dizimava brutamontes com a sua palavra coerente e madura.

Hoje, já sentindo aquela juventude ultrapassada do convívio diário com Campomizzi na Procuradoria-Geral de Justiça do nosso Estado, percebo as borbulhas das tantas vicissitudes do companheiro-mestre serem eternizadas!

Ocupo com incontido orgulho a cadeira da Academia que leva o nome de José Campomizzi Filho. Procurarei honrar o meu insigne Patrono.

Muito obrigado.

Wenceslau Brás Pereira Gomes⁴

Quando já no ocaso do 2º Império, em meio a Guerra do Brasil com o Paraguai, nascia, em 26 de fevereiro de 1868, na Freguesia de São Caetano da Vargem Grande (hoje Brazópolis), Distrito do Município de Itajubá, no Sul das Minas Gerais, aquele menino predestinado a ser o 9º Presidente da República do Brasil. Na Pia Batismal recebeu o nome de Wenceslau Braz Pereira Gomes. Seu pai: Francisco Braz Pereira Gomes, abastado fazendeiro e comerciante. Era ainda um influente chefe político na região. A mãe, senhora do lar e das prendas domésticas, D. Maria Isabel Pereira dos Santos. Wenceslau foi o terceiro dos oito filhos do casal. Aquele pequeno distrito transformou-se tempo depois na cidade que adotou o nome de seu benfeitor: Brazópolis. A casa onde Wenceslau nasceu, o antigo Solar dos Braz, transformou-se mais tarde num educandário que hoje ainda existe: Ginásio Brazópolis.

O menino, que ainda pequeno recebeu o carinhoso apelido de “Lalau”, aprendeu as primeiras letras da cartilha através de seu pai, depois foi frequentar a escola primária com dois professores do lugar. Concluídas as primeiras letras ao completar seus 16 anos em 1884, seu pai o envia para cidade de São Paulo, onde, no Colégio Moretson, faz os preparatórios em dois anos, matriculando-se em 1866 na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, “As Arcadas”. Bacharelado-se em 1890, teve como colegas de turma vários alunos que se tornariam famosos no panorama político brasileiro, como seu primo Delfim Moreira, Antônio Carlos de Andrada, Washington Luís e outros.

Logo após sua formatura foi nomeado para o cargo de Promotor de Justiça, ainda em dezembro de 1890, pelo Presidente

4 Trabalho do Acadêmico Maurício Braga de Mendonça para esta Revista.

de Minas Gerais, Crispim Jaques Bias Fortes, para a comarca de Jacuí, e em 1891 foi exercer o mister também na cidade próxima de Monte Santo de Minas, cuja comarca fora recentemente criada. Ali começa também a exercer a advocacia. Em poucos meses resolve deixar o cargo público da Promotoria, fascinado desde menino pela paixão paterna, a Política, e querendo seguir o exemplo de seu pai, resolve também seguir a trilha política. Depois de quase um ano servindo nosso Ministério Público, Wenceslau resolve pedir sua exoneração do cargo de Promotor Público e envereda na política de Monte Santo e se elege vereador, conseguindo obter a maioria de votos, o que o faz, segundo previa a Lei eleitoral daquele tempo, ocupar a posição de Presidente da Câmara municipal, com isso, acumular com as funções de agente-executivo (Prefeito). No ano de 1892, casa-se na cidade de Itajubá com Maria Carneiro Santiago, da sociedade itajubense. Nesse mesmo ano elege-se Deputado Estadual, tendo sua reeleição em 1895. Em 1898 é escolhido para ser Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública no governo de Silviano Brandão, cargo que desempenhou até 1902. Quando ainda Secretário de Governo, com seu prestígio político, no ano de 1901, conseguiu a elevação do seu Distrito natal, de "São Caetano da Vargem Grande", à "Villa", o que a tornava um município independente. No ano de 1903 é eleito Deputado Federal, ali permanecendo até 1908. No curto período de outubro de 1898 a janeiro de 1899 foi Prefeito interino de Belo Horizonte. Sua ascensão política era rápida. Em sua terra natal seu pai era poderoso chefe político, e o mesmo acontecia em Itajubá, onde seu sogro possuía grande influência política. Em 1909, para completar o mandato de João Pinheiro, Presidente de Minas Gerais, que falecera naquele ano, Wenceslau Braz é eleito para completar aquele mandato, conforme previa a Constituição. No final de seu mandato como Governador de Minas Gerais, uma lei promulgada pelo Congresso mineiro, Lei nº 513, de 11.10.1909, homenageava seu pai, dando à Villa Vargem Grande a denominação de Villa Braz, a pedido da população. Mais tarde, em setembro do ano de 1923, a Villa Braz é elevada à cidade, com o nome de Brazópolis.

Em 1910 Wenceslau é eleito Vice-Presidente da República na chapa de Hermes da Fonseca. Foram frágeis os alicerces do governo do Mal. Hermes, que deixou o país política e economicamente em frangalhos. Ao findar desse quadriênio, nas eleições de 1914 a 1918, o Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes surge como candidato único à Presidência da República, candidatura que foi batizada de “o retorno mineiro”, marcando a volta da política do “café com leite”, Minas e São Paulo. Tem como companheiro de chapa na Vice-Presidência o maranhense Urbano dos Santos. Apesar de eleição direta Wenceslau Braz acabou sendo candidato único, pois, aquele que seria seu adversário, o jurista Rui Barbosa, retirou sua candidatura, sob a alegação de que “não desejava receber o espólio de uma “casa roubada” nem ser o síndico de uma massa falida”. Eram nítidas as acusações de improbidades feitas ao Mal. Hermes, seu arqui-inimigo. Wenceslau obteve 532 mil votos e Rui, mesmo fora da disputa, recebeu 47 mil votos (votos de protesto do eleitorado ante a situação política do país).

O governo de Wenceslau Braz não foi nada fácil. O país passava por inúmeros conflitos internos e externos: a Guerra do Contestado (1912-1916) na região fronteira do Paraná com Santa Catarina; a necessidade de adoção de medidas austeras de política financeira, a fim de equilibrar as contas públicas; fomentou a produção agrícola e aumentou a exportação de alimentos e matérias-primas, deu apoio à incipiente indústria; incentivou a exploração das bacias carboníferas e incrementou o ensino profissional. Três acontecimentos ocorreram no seu Governo de grande relevância.

1º - O nascer do Código Civil. A Constituição Imperial de 1824 reconhecia as Ordenações do Reino como o ordenamento jurídico a vigor no país até que um Código Civil fosse sancionado. No início da República o Congresso Nacional determinou que um novo e atual projeto fosse apresentado, o que foi feito pelo jurista cearense Clóvis Beviláqua em 1899. 15 anos depois, tramitando pelo Congresso, somente em 1916 é levado às mãos do Presidente Wenceslau Braz, que o promulga, em 16 de janeiro. Ele vigorou desde o início do Século XX até o ano de 2003 quando entrou em vigor o Novo Código Civil.

2º - Desde 1914 o mundo se envolvia na chamada Primeira Grande Guerra. O Brasil se mantinha neutro desde o princípio até que em 1917 o primeiro navio brasileiro é torpedeado pela Alemanha. Dias depois outros incidentes graves ocorreram, não deixando outra alternativa para o Presidente, que em 25 de outubro de 1917, Wenceslau Braz, com a autorização do Congresso Brasileiro, baixa Decreto declarando o estado de guerra contra a Tríplice Aliança (Alemanha, Império Austro-Húngaro e Itália), aliando-se aos EUA, Inglaterra, França e Rússia. Por ocasião desse fato, a um jornalista que o entrevistava sobre tal decisão falou: "Veja o contraste: eu que sempre fui um homem de paz ser obrigado a declarar guerra!" Felizmente, essa tragédia chegava ao fim um ano depois, em 11 de novembro de 1918, com a vitória dos aliados.

3º - Ao apagar das luzes do Quatriênio de Wenceslau Braz, outra tragédia abalaria nossa nação. A grande epidemia da chamada gripe espanhola. A moléstia rapidamente se espalhou por diversos pontos, principalmente pelas cidades portuárias. Em poucos meses levou à morte mais de 17.000 pessoas. A doença acabou vitimando aquele que seria seu sucessor, Rodrigues Alves.

Em 15 de novembro de 1918 Wenceslau Braz teve que passar o governo ao então eleito Vice-Presidente da República, seu primo Delfim Moreira, que iria completar o interstício legal de dois anos até uma nova eleição, pois o eleito Presidente Rodrigues Alves viria a falecer antes de tomar posse. Ao transferir o Cargo Presidencial para Delfim Moreira, Wenceslau Braz deixava também para ele a herança de um país com as finanças equilibradas. Sua política econômica recebera a aprovação da Casa Rotschild, conhecedora e credora da economia brasileira desde os tempos do Império. Segundo eles, "nunca as finanças do Brasil estiveram tão fluorescentes".

Com o fim de seu mandato, aos 50 anos de idade, Wenceslau Braz retira-se para sempre do cenário político nacional definindo seu governo como o "governo de pacificação dos espíritos", o qual buscou o entendimento nacional depois do conturbado governo de Hermes da Fonseca. O ex-mandatário volta com toda a família

para a cidade de Itajubá, para o seu solar cor-de-rosa, para a sua fazenda em Vila Maria nas montanhas da Mantiqueira, para a sua amada pescaria nas águas tranquilas do rio Sapucaí sempre ao lado seu velho companheiro Messias, a saudosa canoa e seu saudoso cigarro de palha. Foi o mais longevo dos Presidentes, faleceu e foi sepultado em Itajubá, em 15 de maio de 1966, aos 98 anos. Longe da vida política, mas sempre visitado por inúmeros políticos do Brasil.

No dia 15 de novembro de 1914, quando o então Vice-Presidente Wenceslau deixava o Senado para a cerimônia de sua posse no cargo de supremo magistrado da nação, foi surpreendido por um protesto no campo de Santana. Os manifestantes, insatisfeitos com a administração que saía, do Marechal Hermes, atiraram nele caroços de jaca. Entretanto, quando deixava a Presidência do Brasil em 1918, ao final de seu mandato, a recepção era outra, ele saía aclamado como “São Wenceslau”.

ASPECTO LITERÁRIO

Certa vez, um jornalista de um grande matutino de São Paulo quis saber se o Ex-Presidente havia escrito algum livro, ao que ele respondeu: “Não sou escritor, muito menos um poeta, tenho escrito “memórias”, mas são leituras que só interessam a familiares, nem são livros, são certos fatos vividos por mim ou por algum parente e que resolvi registrá-los; são curiosidades apenas que guardo para a posteridade, isso se algum familiar tiver interesse em lê-los”. Quando ele se foi, encontraram em meio a seus guardados vários cadernos manuscritos por ele, à caneta ou a lápis. Eram notícias, crônicas, narrativas etc. Relatos, uns tristes, outros curiosos, mas de uma escrita perfeita, com doses literárias. Transcrevo aqui duas dessas “memórias”. A primeira delas nos fala sobre a curiosidade de sua mãe que, aflita, queria se inteirar sobre sua vida econômica:

Escreve ele então:

Como promotor ganhava apenas 116\$000 por mês (salário sabidamente insuficiente), pagava no hotel 120\$000, de modo que tive déficit nos primeiros meses. Fui por isso, obrigado, naquele mês de julho de 1891, a recorrer, ao meu venerando pai, pedindo-lhe mais 400\$000, porque o conto de réis que me havia dado tinha-se esgotado.

Minha mãe, sempre bondosa sempre apreensiva quanto ao futuro dos filhos, incomoda-se com o fato.

Como depois disso as coisas me tivessem corrido bem e eu já em condições de constituir família, resolvi seguir em fins de dezembro desse ano, 1891, para Vargem Grande e Itajubá, a fim de contratar meu casamento com aquela que foi a alegria de minha vida.

Reuni a maior parte do dinheiro já ganho e parti. Ao chegar a minha terra natal, São Caetano da Vargem Grande, fui recebido com carinho pelos habitantes e pela família. Depois dos cumprimentos dos amigos e familiares, estando a sós com minha mãe em nossa casa, disse-lhe risonho: "As causas em Monte Santo estão correndo muito bem. Quer ver a senhora uma prova? Puxei o bolo de notas do bolso e pu-lo sobre a mesa. Minha mãe, tendo visto notas de 500\$000 capeando o bolo, perguntou entre espantada e radiante: tudo isso é seu? Ganhou tudo isso? Quanto tem aí?

– Oito contos e tanto, - respondi, "rempli de moi mêmê". É o que pude arrecadar no momento. Por lá ainda ficou alguma coisa.

– Essa comarca é ótima disse ela.

– "Otimíssima", respondi, rindo.

Foi realmente grande o contentamento de minha mãe por ver que seu filho estava bem lançado na vida!

Ainda hoje, voltando-me para esse passado, revejo com muito prazer esse olhar de espanto, de júbilo e de quase orgulho de minha querida mãe! Enche-me a alma de satisfação o ter-lhe proporcionado esse bom momento, pequena paga do muito que lhe devia!!!

O segundo caso envolve seu pai e a política, assunto no qual era ele bem traquejado:

Senão vejamos:

Em determinado pleito municipal, numa manobra hábil, ou um simples acontecimento acidental, leva o Distrito de São Caetano da Vargem Grande, a dominar a política do município de Itajubá, elegendo a maioria da Câmara e, para agente executivo (Prefeito) o Cel. Francisco Braz. A cidade, sede do Município, derrotada, não se conforma com a sujeição política ao Distrito. O comércio local recusa-se a pagar os impostos. O velho líder vê-se na contingência de compor. Aliás, ele era exímio nessa arte, nessa estrada desde os 16 anos. É mesmo uma constante do seu feitio a conciliação. Procura um a um, conversa, explica, coloca em foco o interesse público e etc... Os comerciantes, uns transigem, outros recalcitram. Aos últimos, faz maiores concessões. Aceitará qualquer coisa, pelo valor venal, quando se esquivem com a alegação sub-reptícia de que lhes faltam meios financeiros para o pagamento. Um certo contribuinte, com intenção que não se disfarça, manda dizer-lhe que, em pagamento da dívida, somente poderia dar-lhe "ferraduras" (era dono de uma loja de ferragens). "Volte lá depressa, antes que o homem se arrependa. Diga-lhe que eu aceito a proposta". E arremata o esperto agente executivo, "CADA QUAL DÁ O QUE TEM" – foi à resposta maliciosa que ouviu surpreso aquele emissário...!

São as “Memórias” bem guardadas daquele pescador solitário de Itajubá.

No ano de 1964, nas comemorações do cinquentenário de posse de Wenceslau Braz à Presidência da República, foi fundada a Academia Itajubense de Letras, tendo sido feita através de seus membros a escolha do nome de Wenceslau Braz para Presidente de Honra daquela Casa de Cultura.

Quando, na cidade de Brazópolis, foi fundada a Academia Brazopolense de Letras e História, em 2000, no quadro de Patronos passou a figurar o nome de Wenceslau Braz Pereira Gomes. Uma homenagem a mais que lhe prestava a sua cidade natal.

Belo Horizonte, 18 de novembro de 2013

REFERÊNCIAS

BUENO, Eduardo. Brasil: *Uma história – Cinco séculos de um país em construção*. São Paulo: editora Leya, 2010.

BESSONE, Darcy de Oliveira Andrade. Wenceslau – Um pescador na presidência. Sociedade de estudos históricos Pedro II, 1968.

DIAS, Lourdes Isabel Faria. Wenceslau Braz – Lembrança de Brazópolis, 2001.

DIAS, Lourdes Isabel Faria. Wenceslau Braz – Em Itajubá era assim..., 2004.

GUIMARÃES, Isa de Faria. Logradouro de Brazópolis – Histórico de suas denominações, 2008.

HISTÓRIA DA REPÚBLICA, v. II – 1904 a 1918. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1973.

ABLH, Academia Brazopolense de Letras e História. Cem anos de emancipação política, 2001.

BRAZÓPOLIS, Prefeitura Municipal. Cinquenta anos de emancipação política. *Revista Acaiaca*, Belo Horizonte, 1951.

Ariovaldo Alves de Figueiredo

No dia 14 de dezembro de 2013 foi instalada em Belo Horizonte a Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais (ALEMP/MG), cujos patronos são ilustres e renomados membros do Ministério Público de Minas Gerais, que enaltecem as letras e a cultura de nossa nobre instituição. Dentre os eminentes patronos que exornam a Academia de Letras, com muita honra destacamos doutor Ariovaldo Alves de Figueiredo, insigne ex-promotor de justiça em Uberaba, laureado com a cadeira nº 06 do nosso sodalício.

Doutor Ariovaldo Alves de Figueiredo nasceu na histórica e lendária Vila de Nossa Senhora do Desterro do Desemboque, município de Sacramento, Triângulo Mineiro, no dia 09 de janeiro de 1925, numa antiga casa que ainda resta naquele arraial, tombada como Patrimônio Histórico. Era filho de Moisés Alves de Figueiredo e Jonita Alves Trindade. A terra natal do nosso homenageado — deve ser registrado — foi um marco histórico do desbravamento do Sertão da Farinha Podre e da exploração das minas de ouro do Triângulo Mineiro no século XVII.

Doutor Ariovaldo Alves de Figueiredo casou-se com Maria Oscarina Spirandelli Figueiredo e tiveram seis filhos: Marco Aurélio de Figueiredo, Márcia Figueiredo Borges de Moraes; Marco Antonio de Figueiredo; Aloísio Figueiredo (*in memoriam*); José Guilherme de Figueiredo e Ariovaldo Alves de Figueiredo Junior.

Em virtude da morte prematura de sua genitora, doutor Ariovaldo mudou-se com seu genitor para a fazenda dos seus avós paternos, residentes no Arraial do Bananal, município de Sacramento, onde passou a sua infância e iniciou os estudos das primeiras letras na Escola Municipal daquela localidade rural, encerrando, posteriormente, o curso primário na escola particular

do professor Paulo. O curso secundário foi feito em Uberaba, primeiro no Ginásio Brasil que, encerrando as suas atividades, obrigou doutor Ariovaldo a transferir-se para o Colégio Diocesano dos Maristas, concluindo o secundário e o científico como um dos primeiros alunos da sua classe.

Prosseguindo os estudos, doutor Ariovaldo Alves de Figueiredo bacharelou-se em Belo Horizonte em ciências sociais e jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Quando estudante universitário na capital do Estado, trabalhou no jornal Folha de Minas como revisor. Quando cursava a 5ª série da faculdade de direito, doutor Ariovaldo retornou para Sacramento, exercendo a atividade forense como "solicitador", mas com restrições para exercer em toda plenitude as funções de advogado ou procurador da parte em Juízo, pois ainda não podia assinar uma petição inicial, apenas acompanhar o processo no Fórum, prestando assistência jurídica sob a cooperação de um advogado inscrito na ordem. Assim que colou grau na faculdade de direito, doutor Ariovaldo passou a advogar na sua terra natal, quando foi eleito vereador mais votado à Câmara Municipal de Sacramento. Depois esteve advogando por alguns meses em Ituiutaba, mas logo regressou ao seu rincão, retornando à banca de advocacia. Nesse período, o ilustre homenageado lecionava à noite na Escola Normal Maria Crema.

Em 1956, doutor Ariovaldo Alves de Figueiredo resolveu ingressar no Ministério Público de Minas Gerais, sendo aprovado com mérito no quarto concurso. Em seguida, foi nomeado para a comarca de Jacuí, no Sul de Minas, onde teve destacada atuação não apenas nas funções de promotor de justiça, mas também no campo social, pois criou na cidade a Fundação João XXIII, de assistência ao menor carente; organizou o Grupo de Escoteiros, criou a banda de música e o parque infantil. Alguns anos depois, doutor Ariovaldo foi removido para a comarca de Botelhos, também no Sul de Minas, onde voltou a lecionar no Ginásio São José e na Escola Normal, dando início ao pendor pelo magistério. Anos depois, doutor Ariovaldo foi promovido, por merecimento, para a comarca de Airuoca, onde exercia a sua atividade como

promotor de justiça a par com o magistério, lecionando nos colégios João XXIII e Irmãs de Caridade. Em 1965, doutor Ariovaldo foi promovido, também por merecimento, para a comarca de Caratinga, zona da mata mineira, onde continuou a lecionar no colégio C.N.G, destacando-se como mestre de literatura na Faculdade de Filosofia, além da promoção da campanha da fraternidade da igreja católica.

Em fins de 1969, doutor Ariovaldo Alves de Figueiredo foi removido para a comarca de Uberaba, onde a sua labuta foi muito intensa não apenas como promotor de justiça, mas também no campo do magistério, quando passou a lecionar Direito Penal na Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro (UNIUBE). No final de sua vitoriosa caminhada na senda do direito e da justiça, doutor Ariovaldo foi contemplado com a promoção para a comarca de Belo Horizonte. Entretanto, cansado de pugnar na seara da justiça e do saber, o jurista e educador resolveu descansar, aposentando-se com louvores merecidamente, e convicto do dever cumprido como representante do povo perante o Judiciário.

Como Promotor de Justiça, como professor emérito, como escritor, doutor Ariovaldo Alves de Figueiredo engrandecera a cultura e o nome do Ministério Público de Minas Gerais. No exercício de suas nobres funções como representante do povo e fiscal da lei na comarca de Uberaba, foi um diligente promotor de justiça que, através dos seus luminares pareceres cíveis e criminais, além de vibrante orador na tribuna do júri, deixou a marca indelével da dedicação e amor pela profissão que abraçara.

No setor jurídico, a par com a eficiente atividade funcional, doutor Ariovaldo Alves de Figueiredo destacou-se no campo do ensino universitário, ofertando um trabalho de fôlego aos seus discípulos, de valor intelectual inestimável. Quando ministrava a matéria Direito Penal, depois de reiteradas pesquisas e estudos percucientes dos princípios doutrinários dos mestres do direito penal nacionais e alienígenas, veio a lume a obra publicada pela Saraiva, em dois volumes. Primeiro tomo: Comentários ao Código Penal – Parte Geral; Segundo tomo: Comentários ao Código Penal, Parte Especial.

No setor literário, doutor Arioaldo Alves Figueiredo lançou a obra biográfica: “A vida de um menino da roça”, na qual retrata a sua longa e profícua caminhada pela vida como esposo dedicado a sua venerada esposa e pai carinhoso, além da frondosa árvore plantada com o húmus do saber quando no exercício da promotoria de justiça, a qual cresceu e produziu frutos imarcescíveis no meio jurídico e estudantil.

Sua grande virtude era a fé inabalável em Deus e na Virgem Santíssima que o conduziu à luta com destemor. Doutor Arioaldo sempre orava com fervor: “Acoberta-me Senhor (meu Deus) com a tua Graça, para que no decurso do viver eu tenha coragem de Te revelar a todos, todos os dias, e em todas as oportunidades como o Ideal Supremo”.

VII
Nossos Colaboradores

Antônio Francisco Patente é natural de Jequitinhonha (MG). Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Teófilo Otoni. Ingressando no Ministério Público foi Promotor de Justiça nas Comarcas de Medina, Araçuaí, Teófilo Otoni e Belo Horizonte, sendo promovido a Procurador de Justiça em 1998.

Seu livro “Estigma” é um dos mais belos e profundos da literatura brasileira de nossos dias.

Antônio Lopes Neto nasceu no Ceará, na cidade de Limoeiro do Norte. Formou-se em Direito na Faculdade de Direito do Sul de Minas, da cidade de Pouso Alegre. Promotor de Justiça das Comarcas de Medina, Poço Fundo, Almenara, Andrelândia, Uberaba e Belo Horizonte. Promovido a Procurador de Justiça, foi Chefe de Gabinete e Procurador-Geral de Justiça Adjunto (1989/1991) e integrou, por várias vezes, a Câmara de Procuradores e o Conselho Superior do Ministério Público. Dirigiu o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), foi examinador em vários Concursos de Ingresso à carreira, e um dos idealizadores da Academia de Letras do Ministério Público. Aposentado a pedido, por tempo de serviço, tem publicações jurídicas e literárias: “Defesa da Economia Popular”, “Teoria e Prática da Ação Civil Pública”, “Direito Público”, “Respingos” (3 volumes), “Memória, Muralhas da Memória”, “Hebreus de Danças”, “Autobiografia Lírica”, “A fé nos degraus da memóriaafiada”.

Danielle de Guimarães Germano Arlé é natural do Rio de Janeiro, formou-se em Direito na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Professora de inglês no CCAA do Rio de Janeiro, ingressou posteriormente no Ministério Público de Minas Gerais, tendo sido Promotora de Justiça nas Comarcas de Nanuque, Teófilo Otoni, Espera Feliz e Carangola. É Promotora de Justiça em Belo Horizonte, atuando como Assessora Especial do Procurador Geral de Justiça, no CEAF. Tem artigos preparados e aprovados para publicação na Revista do CNMP, Banco Mundial e na Revista do Ministério Público de Minas Gerais. Voltada aos estudos, faz no

momento Mestrado em Direito na Argentina, em Resolução de Conflitos. Ela mesma nos diz que "gostaria e sonha em contribuir para tornar o mundo mais solidário!". Seus escritos mostram-nos uma admirável filosofia de vida, uma profunda visão do mundo em que vive, vendo e tratando com emoção os pequenos detalhes da vida.

Bergson Cardoso Guimarães, natural de Juiz de Fora, ali se formou em Direito pelo Instituto Viana Júnior. Ingressando no Ministério Público de Minas Gerais, foi Promotor de Justiça nas Comarcas de Passa Tempo, Baependi, Aiuruoca e Caxambu, estando lotado em Lavras, como Coordenador Regional de Direitos Coletivos ambientais. Escreveu a obra literária "O Aprendiz" e a obra jurídica "Direitos Coletivos Ambientais". Tem publicado, regulamente artigos ligados à literatura e filosofia em jornais e revistas.

Élida de Freitas Rezende é natural da cidade mineira de Uberlândia. Ali fez seus estudos básicos na Escola Estadual Pedreiro, estabelecimento de ensino público que, segundo ela, preparava os alunos de uma forma como hoje já não se faz nas escolas públicas. Formou-se em Direito na Universidade Federal de Uberlândia e, posteriormente, ingressou no Ministério Público de Minas Gerais. Foi Promotora de Justiça em Santa Vitória, Abaeté e Ubá e, hoje, exerce a função de Secretária Geral da Procuradoria Geral de Justiça. Na Revista JUS-Literária, da AMMP, publicou poemas que já mostravam sua grande sensibilidade artística. Modesta, afirma que os destaques de sua vida, se os tem, foram diluídos ao longo de sua própria vida. Gentileza, simpatia e modéstia são marcas de sua personalidade, envoltas numa encantadora sensibilidade poética.

Francisco José Lins do Rego Santos nasceu no Rio de Janeiro em 1958. Passou a infância nas cidades de Guairá e Curitiba, no Paraná, retornando ao Rio após o falecimento do pai. Formado em Direito pela Universidade Cândido Mendes, ingressou no Ministério

Público de Minas Gerais em novembro de 1986, exercendo suas atividades nas Comarcas de Jaboticatubas, Santos Dumont, Contagem, Conselheiro Lafayete, Juiz de Fora e Belo Horizonte. Seu nome foi dado à sede da Associação Mineira do Ministério Público, como homenagem ao fato de, em Belo Horizonte, no cumprimento do dever, ter sido assassinado. Em 1999 publicou o livro de poemas *Inventário da Noite*.

Joaquim Cabral Netto é mineiro, formou-se em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora e em História pela Faculdade de Filosofia e Letras de Colatina (ES). Foi, por duas vezes, Corregedor-Geral do Ministério Público de Minas Gerais. Foi Presidente da AMMP e da CONAMP. É membro do Instituto Histórico e Geográfico e do Memorial do Ministério Público de Minas Gerais. Professor de Direito Penal na PUC/MG por mais de 25 anos, publicou obras históricas e jurídicas como: O Ministério Público na Europa Latina; Guia de Ingresso no Ministério Público; Instituições de Processo Penal; História do Ministério Público de Minas Gerais: vol. I, Uma Instituição Centenária, vol.II, a AMMP; vol.III, os Congressos Estaduais do MP; CONAMP - Uma História sem Fim. Esperantista, participou de Congressos Internacionais de Esperanto em Viena, Praga, Montpellier, Fortaleza, Florença, Gottenburgo, São Petersburgo e Buenos Aires.

José Antônio de Lemos Sobrinho é mineiro, nasceu na cidade de Piraúba. Foi Promotor de Justiça em Águas Formosas, Monte Belo, Campestre, Frutal, Rio Casca, Governador Valadares e Belo Horizonte. Premiado mais de uma vez nos Concursos de Melhor Arrazoado Forense, da AMMP, como Procurador de Justiça foi Assessor do Procurador Geral de Justiça Castelar Guimarães. Culto, poliglota e muito estudioso, tinha um estilo próprio e dificilmente imitável de escrever, burilando seus pensamentos e posições jurídicas com um fino linguajar erudito.

José Campomizzi Filho, mineiro do pequeno arraial de Santa Filomena, “viveu para as letras”. Poemas e peças teatrais, que se perderam no tempo, foram suas primeiras produções, ainda no colégio. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Niterói e em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora. Ingressou no Ministério Público de Minas em 1950, e foi Promotor de Justiça nas Comarcas de Tupaciguara, Senador Firmino, Itabira, Ubá, Belo Horizonte, e Procurador de Justiça. Escritor, professor de História, jurista, foi um homem admirável. Jornalista, colaborou em vários jornais e revistas de Minas Gerais. Homem dedicado ao Direito e à cultura, foi membro da Academia Ubaense de Letras; do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, e Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Educação. Seu livro póstumo “Escritos e Memórias” é a “compilação de alguns de seus trabalhos ao longo de quase 50 anos de carreira”.

José Luiz Monti é argentino, natural da cidade General San Martín, província de Buenos Aires. Foi, há anos, Secretário Letrado do Ministério Público Argentino e, após, por longos anos foi Juiz da “Cámara Nacional de Apelaciones en lo Comercial (Sala C)”.

Membro da Sociedade Argentina de Análises Filosóficas é um dos fundadores da “Asociación de Estudios Interdisciplinarios”. Doutor, na área de Filosofia do Direito pela Universidade de Buenos Aires, é “Professor Consulto Adjunto” de Direito Civil daquela Universidade. E suas atividades científicas tem inúmeros livros, ensaios e artigos publicados. Sócio Honorário da Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais. Poeta e literato, o Dr. José Luís Monti é um homem de cultura invejável e uma das mais admiráveis sensibilidades poéticas e literárias da atualidade de seu País.

Luiz Alberto de Almeida Magalhães é mineiro, natural de São João del Rei. No Ministério Público foi Promotor de Justiça nas Comarcas de Presidente Olegário, Araçuaí, Caratinga e Belo

Horizonte. Como Procurador de Justiça ocupou, por várias vezes, a Câmara de Procuradores e o Conselho Superior do Ministério Público.

Recebeu as mais ilustres Medalhas do Estado de Minas Gerais: da Inconfidência, Alferes Tiradentes (da Polícia Militar de Minas Gerais), do Mérito do Poder Legislativo, de Honra Presidente Juscelino Kubitschek, Santos Dumont, Comenda da Liberdade e Cidadania, sendo cidadão honorário da cidade de Araçuaí. Dono de uma sensibilidade admirável na literatura infantil, escreveu: "Bruxa quase Fada", "Anjo da Terra", "Bem feito, ou não, deu no que deu", "Vento da Pá-Virada".

Luiz Carlos Abritta é mineiro, de Cataguases. Formado pela UFMG, foi Promotor de Justiça nas Comarcas de Rio Piracicaba, Brumadinho, Itabira e Belo Horizonte. Foi Presidente da AMMP e, promovido a Procurador de Justiça, integrou por várias vezes a Câmara de Procuradores e o Conselho Superior do Ministério Público. Ex-Presidente da União Nacional de Trovadores; da Academia Municipal de Letras de Minas Gerais e do Tribunal de Ética da OAB/MG. Publicou as obras: "Pó...emas", "Nada Vale a Pena", "Discursos", "A história do Movimento Modernista em Cataguases", "Críticas Criticáveis", "Tatá, Tati e Tininha", "Sonho e Saudade", "Aurora Plena", "Um Homem Plural", "Maria, Mãe de Jesus, e Nossa "Mãe". Recebeu inúmeros prêmios em concursos de contos, trovas e poemas em vários Estados do Brasil. Destaque-se, dentre outros, o de Mérito Cultural da União Brasileira de Trovadores, do RJ, em 1997, pelo conjunto de sua obra poética. Tem poemas de sua autoria publicados na França (Paris – 2011 – *Ecrivains Contemporains du Minas Gerais*). Dentre outras, recebeu a Grande Medalha da Inconfidência.

Marcos Paulo de Souza Miranda, mineiro de Andrelândia, foi Promotor de Justiça nas Comarcas de S. João Evangelista, Piranga, João Monlevade, Ipatinga e Santa Luzia. Hoje é o Coordenador da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais. Dedicando-se à pesquisa

da História de Minas Gerais há mais de 20 anos, graças aos esforços da equipe por ele dirigida, um grande número de obras saqueadas de igrejas mineiras foram encontradas. Especialista em Direito Ambiental e Doutorando em Ciências Jurídicas e Sociais, é professor de Direito do Patrimônio Cultural. Membro da Academia Maçônica de Letras e do Colégio Brasileiro de Genealogia, publicou, individualmente: "Aleijadinho Revelado – Estudos históricos sobre Antonio Francisco Lisboa" e "Tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro".

Maria de Lourdes Nepomuceno Chaves, natural de Várzea da Palma, no início de sua carreira no Ministério Público como Promotora de Justiça Substituta exerceu suas atribuições em inúmeras cidades para, posteriormente, exercê-las como titular nas Comarcas de Mutum, Mesquita, Aiuruoca, Aimorés, Pium-hi, Conselheiro Lafaiete e Belo Horizonte.

Maurício Braga de Mendonça nasceu na cidade sul-mineira de Brazópolis, exercendo a Promotoria de Justiça nas Comarcas de Cristina, Barão de Cocais, Peçanha, Congonhas, Governador Valadares e Belo Horizonte. Membro da Academia Valadarense de Letras, da Academia Municipalista de Letras e da Academia Mineira do Leonismo. Escreveu "Ministério dos Causos Públicos" e publicou poemas na JUS-Literária e trabalhos em prosa em vários jornais, da capital e do interior.

Selma Maria Ribeiro Araújo, natural da cidade mineira de Itapecerica, foi Professora Primária em São Sebastião do Oeste, MG; no Ginásio Estadual de Itapecerica e, na PUC de Contagem, lecionou Direito Civil. A partir de 1978 integrou os quadros administrativos da Procuradoria Geral de Justiça, exercendo vários cargos, até ingressar no Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Foi Promotora de Justiça nas Comarcas de Conselheiro Lafayete (como substituta), Inhapim, Conselheiro Lafayete (como titular) e Belo Horizonte. Promovida a Procuradora de

Justiça, sempre atuou nos Processos de Competência Originária, por delegação de Procuradores Gerais de Justiça. Na Associação Mineira do Ministério Público exerceu os cargos de Diretora de Saúde, Diretora Administrativa, sendo atualmente Diretora Financeira da instituição. Casada com Hugo Melo Araujo, tem 3 filhos e 3 netos.

Sylvio Fausto de Oliveira nasceu em Pouso Alegre. Foi Promotor de Justiça nas Comarcas de Areado, Monte Sião, Frutal e Uberaba. Escreveu os livros "Frei Pio Zenildo de Malacacheta" e "Recordações de Barro Preto". Tem publicado regularmente artigos em jornais e revistas.

Walter Paulo Sabella – Paulista, natural de Adamantina, é Sócio Correspondente da Academia de Letras do MP/MG. Bacharel em Direito e também licenciado em Letras Neolatinas, ingressou no Ministério Público de São Paulo em 1979. Ex-Secretário Geral da CONAMP e ex-vice-Presidente da APMP é, atualmente Assessor do Procurador-Geral de Justiça de São Paulo. Em 1971 obteve o primeiro lugar em Festival de Poesia de âmbito nacional, com o poema "Bairro Velho". Em 1974, publicou "Os deuses do caminho", antologia de poemas escritos até o início dos anos 70. Seu "Rompendo a Barreira", antologia poética, foi o 1º lugar no Festival Nacional de Poesia do Instituto Nacional do Livro (1971). Tem poemas publicados em jornais, revistas nacionais e na Revista e Tribuna do Direito. É membro da Academia Brasileira de Direito Criminal, coautor e coordenador da obra "Ministério Público, vinte e cinco anos do novo perfil constitucional".

VIII

*Instalação da Academia de Letras do
Ministério Público do Estado de Minas
Gerais em 07 de maio de 2013*

Discurso Proferido pelo dr. Luiz Carlos Abrita por ocasião da Instalação da Academia de Letras do Ministério Público do Estado de Minas Gerais em 07 de Maio de 2013

Eu vinha para a vida esperançoso
de ser grande, ser rico, ser famoso,
mas, de manhã, vi pássaros em bando.

E parei para ouvi-los um segundo.
... E fiquei entre os pássaros cantando
e nunca mais eu me lembrei do mundo.

Penso que estes versos de Renê Guimarães refletem o nosso ambiente de poesia, confraternização e ternura. Mais do que uma Academia, temos aqui uma reunião de colegas e irmãos. Desde cedo, talvez por um atavismo paterno, a literatura passou a fazer parte de minha vida, pois meu pai, Juiz de Direito e poeta, pertenceu ao Movimento Modernista da Revista VERDE, de Cataguases, que ganhou projeção nacional e internacional. De Oswaldo Abritta quero citar, agora, apenas um pequeno poema, que considero muito significativo, intitulado "JARDIM":

Monotonia estranha dentro da tarde.
E o meu jardim?
O meu jardim deixou de ser jardim
para ser perfume.

Meu pai não é mais um servivo (é pó caído, como diria Vieira), mas a obra dele, ou seja, o “perfume” do poema, permanecerá sempiternamente.

Nós, da Academia, temos palavras de gratidão a um dos mais notáveis Procuradores Gerais de Justiça, Mauro da Silva Gouvêa. Naqueles tempos difíceis, quando o Ministério Público engatinhava e tartamudeava, Mauro Gouvêa soube torná-lo grande, enfrentando, com destemor, todos os obstáculos, partissem eles de onde partissem, com a nobreza do seu caráter e a ética plutarquiana de sua vida. Talvez por isso adotamos como dístico a frase “Ad augusta per angusta”, ou seja, através das dificuldades é que se chega aos grandes resultados. Temos, aqui, neste auditório, a presença de seu filho, Jaime do Prado Gouvêa, escritor de projeção nacional, que conquistou o Prêmio “Jabuti”, o maior prêmio literário do país. Atualmente, é Diretor do Suplemento Literário, agora vinculado à Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais.

Senhoras e senhores: Alzira Maria Ribeiro, irmã da nossa colega Selma, tem um poema do qual gosto de citar um verso, que considero excepcional: “Quando estou no tear, a vida me basta assim como é”. Repito: “Quando estou no tear, a vida me basta assim como é”. Eu também, quando estou com vocês, meus colegas, a vida me basta assim como é. Quando estou com os meus amigos, aqui presentes, a vida me basta assim como é. E os meus amigos são tão importantes que, para homenageá-los, não posso deixar de citar uma trova antológica de Izo Goldman, de São Paulo:

Para mantê-los me empenho,
porque penso sempre assim:
tendo os amigos que tenho,
eu nem preciso de mim.

Eu não preciso de mim porque tenho vocês, meus amigos,
que me consolam nas agruras, que sempre me estendem as mãos

e fazem do incerto o certo, da tristeza a alegria, do caos a ordem, do fracasso a vitória, da morte a vida. E, dentre esses amigos, quero destacar um, pelo apoio decisivo à Academia, desde o princípio: Nedens Ulisses Freire Vieira. Nedens, homem de pensamento e ação, inspirou-se, por certo, em sua mãe, Thereza Freire Vieira, grande escritora e médica residente em Taubaté, São Paulo. Além disso, a filha de Nedens, Tamara, também é escritora e, jovem ainda, já possui livro publicado.

Meus senhores, minhas senhoras. Estamos aqui para instalar oficialmente a Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais, talvez a primeira no gênero em nossa pátria. Fato interessante acontece quando se fala em Academias de Letras, pois muitos colocam a Academia Francesa como o marco inicial nesta área. Todavia, muito mais longe deveremos recuar. Ao invadirem a Ática, em busca da irmã, Castor e Pólux teriam contado com o auxílio do ateniense Academo. Os atenienses pouparam a terra que lhe pertencera, a noroeste de Atenas, que foi transformada em Jardim de Academo ou Academia. Este seria o local em que Platão, há mais de dois mil e trezentos anos, reunira a primeira escola grega formal, onde se discutia filosofia de modo peripatético, ou seja, andando.

Meu patrono nesta Academia é o Procurador de Justiça José Valeriano Rodrigues, intelectual de renome nacional, trovador, filiado à União Brasileira de Trovadores e à Academia Mineira de Trova, membro da Academia Municipalista de Letras, autor do Hino de Itaúna. Representantes de sua família estão aqui presentes. Para mostrar o brilho intenso do Dr. Valeriano, cito algumas trovas de sua autoria, de extrema beleza:

“Dentre as promessas que faço,
só uma vivo a quebrar:
juro esquecer-te e não passo
um dia sem te lembrar”.

“Planta uma árvore e repara
o exemplo que ela oferece:
Vai dar fruto à mão avara
e sombra a quem não merece”.

“Se a trova da paz pudesse
unir os povos em guerra,
seria a mais bela prece
dos quatro cantos da terra”.

E a trova que considero a mais bela de todas:

“A saudade fez um laço
entre nós dois, de tal jeito,
que pulsa, neste embaraço,
teu coração no meu peito”.

Agradeço à Dra. Valéria, filha de José Valeriano, pelas obras literárias que me encaminhou, guardadas cuidadosamente em uma pasta.

Em sessões que serão agendadas, cada Acadêmico fará o elogio do seu Patrono, comunicando-se o fato aos familiares do homenageado.

Senhores e senhoras. Hoje estamos viabilizando a brilhante ideia do Procurador de Justiça Antônio Lopes Neto, nosso Vice-Presidente, acatada por vários colegas, chamados de Membros Fundadores, cujos nomes pronuncio com orgulho, homenageando os patronos que escolheram e todos foram promotores de justiça em Minas Gerais. São estes os Membros Fundadores da Academia: Abelardo Teixeira Nunes, Antônio Francisco Patente, Antônio Lopes Neto, Antônio Aurélio Santos, Bergson Cardoso Guimarães, Bertoldo Mateus de Oliveira Filho, Gilberto Osório, Joaquim Cabral Netto, Luiz Alberto de Almeida Magalhães, Luiz

Carlos Abritta, Marcos Paulo de Souza Miranda, Maurício Braga de Mendonça, Octávio Augusto Martins Lopes, Sérgio Parreiras Abritta, Maria Odete Souto Pereira, Selma Maria Ribeiro Araújo e Sylvio Fausto de Oliveira. Posteriormente, outros Acadêmicos virão juntar-se a nós, até atingirmos o número de quarenta, previsto no Estatuto.

O Padre Antônio Vieira, em um dos seus sermões, recorre ao Velho Testamento e relata a luta de Davi contra Golias e assevera que, no caso, o mais importante não foi a pedra, não foi a funda, mas a mão que acionou a pedra. Do Velho, passa para o Novo Testamento, focalizando a parábola do semeador, demonstrando a importância das mãos, ou seja, do trabalho diuturno para plantar a boa semente. E as mãos que construíram e aperfeiçoaram o Ministério Público de Minas Gerais também levarão, tenho certeza, a Academia de Letras de nossa entidade aos mais altos patamares intelectuais. E, como acentua o Procurador Joaquim Cabral, não importa quem vai colher, o importante é plantar. É importante assinalar que o nome do pai de Cabral foi dado à sede da Academia. São três gerações de membros do Ministério Público da família Cabral que trouxeram cultura e dignidade à nossa Instituição. O Procurador de Justiça José Cupertino Gonçalves também será homenageado com a instituição de um prêmio que leva o seu nome.

E por falar em cultura, conhecemos o poder transformador da literatura, que nos retira do dia a dia do mundo cão em que estamos e nos transforma em outros, buscando os altiplanos do espírito para sonhar, porque só a vida não basta. A literatura nos liberta, nos transporta para os páramos do Absoluto. Lendo e escrevendo há em nós uma transmutação para melhor, porque, como acentua Pascal Mercier em "Trem Noturno para Lisboa", "Pensar é a segunda coisa mais bonita. A primeira é a poesia". E eu acrescento que belas são, também, a pintura, a escultura, a literatura em geral, todas as artes enfim. Dostoiévski já havia observado que só a beleza salvará o mundo.

E o então Cardeal Joseph Ratzinger, no livro "A caminho de Jesus Cristo", reuniu os ensinamentos de Platão e Santo Agostinho

e comparou o belo a uma flecha capaz de ferir o homem no seu íntimo, para, desse modo, "lhe conferir asas e o elevar às alturas".

Posteriormente, em sua "Carta aos Artistas", nos ensina que não deveremos procurar a pseudobeza, "que é superficial e sedutora até ao aturdimento, mas a autêntica Beza, que abre o coração humano à nostalgia, ao desejo profundo de conhecer, de amar, de ir para o Alto, para o Além de si".

Essa autêntica beza nós encontramos aqui, entre os nossos intelectuais, que são também colegas e irmãos, direcionados todos para as coisas mais elevadas do espírito.

De minha parte, ao lado dos cultos companheiros da nossa Academia, quero ser, como diria Guimarães Rosa, "um vagalume lanterneiro, que risca um psi de luz". Um simples vagalume, mas que mantenha, no altar-mor da vida, um fio da chama de esperança em dias melhores para a humanidade, para nossos filhos e nossos netos.

Muito obrigado a todos pela presença importante.

IX

Estatuto da Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais

ESTATUTO DA ACADEMIA DE LETRAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS

Capítulo I

DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE E FINALIDADE

Art. 1º - A Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais, fundada em 14 de dezembro de 2012 e instalada nesta data, situada na Rua Timbiras, 2928, nesta cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, onde tem foro, é uma Associação civil de caráter cultural, sem fins lucrativos, de duração ilimitada, regida por este Estatuto e pelas lei vigentes.

Art. 2º - A Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais, a partir de sua criação conhecida por ALEMP/MG, tem por finalidade a congregação dos membros do Ministério Público de Minas Gerais, a cultura da língua e da literatura nacional.

Art. 3º - São meios para cumprir a finalidade da ALEMP/MG as reuniões ordinárias e extraordinárias, a publicação periódica da Revista e do Boletim, a manutenção e expansão da Biblioteca, a permuta de suas publicações e obras de seus associados, com associações congêneres, nacionais e estrangeiras, o intercâmbio com associações assemelhadas, nacionais e estrangeiras, cursos, seminários, ciclos de estudos, comemorações cívicas e excursões culturais.

Capítulo II

DO CORPO SOCIAL

Seção I

DAS CATEGORIAS DE ASSOCIADOS

Art. 4º - Haverá as seguintes categorias de associados acadêmicos:

I - **Fundadores**, como tais são considerados: Abelardo Teixeira Nunes, Antônio Francisco Patente, Antônio Lopes Neto, Antônio Aurélio Santos, Bergson Cardoso Guimarães, Bertoldo Mateus de Oliveira Filho, Gilberto Osório, Joaquim Cabral Netto, Luíz Alberto de Almeida Magalhães, Luíz Carlos Abritta, Marcos Paulo de Souza Miranda, Maurício Braga de Mendonça, Octávio Augusto Martins Lopes, Sérgio Parreiras Abritta, Maria Odete Souto Pereira, Selma Maria Ribeiro Araújo, Sylvio Fausto de Oliveira, aos quais se aplicam as regras dos associados/acadêmicos efetivos.

II - **Efetivos**, em número de 40 (quarenta), residentes no Estado de Minas Gerais, por um período de 5 (cinco) anos, – dos quais dois terços residentes em Belo Horizonte, regulamente empossados, ocupando cadeiras com patronos definidos;

III - **Correspondentes**, em número ilimitado, devendo ser membros do Ministério Público do País ou do exterior, e sem condições de frequentar regularmente as atividades da ALEMP/MG.

IV - **Eméritos**, ex-efetivos aos quais, por reconhecidos méritos, concedem-se o título e o benefício da isenção da presença nas reuniões e nas obrigações financeiras para com a ALEMP/MG.

IV - **Honorários**, personalidades de reconhecida expressão moral e cultural, com ilibada conduta social e moral, dentre aqueles que se destacaram na defesa e na valorização do Ministério Público, a quem a ALEMP/MG houver por bem homenagear com a outorga do título.

V - **Beneméritos**, os que prestaram serviços ou benefícios relevantes à ALEMP/MG.

§ 1º - O acadêmico, qualquer que seja a sua categoria, não responde pelas obrigações da ALEMP/MG.

§ 2º - Os Efetivos, no gozo dos direitos estatutários, poderão propor a concessão dos títulos de Emérito, Honorário e Benemérito, a ser apreciada pela Diretoria e aprovada pelo Plenário social da ALEMP/MG

§ 3º - O acadêmico Correspondente, residente no interior de Minas Gerais, em manifestação pessoal e expressa, pode solicitar sua transferência para a categoria de Efetivo, desde que haja vaga no Quadro Social.

Art. 5º - A admissão ao corpo de Acadêmicos da ALEMP/MG, além dos que são previstos para cada categoria, exige a concorrência dos seguintes requisitos:

- capacidade civil;
- reputação ilibada;
- proposta feita, no mínimo, por três acadêmicos associados efetivos, no gozo de seus direitos estatutários, com a aprovação da Diretoria.

Votação favorável no Plenário.

Parágrafo único – Para a admissão não há distinção de sexo, nem discriminação de características raciais, crença religiosa, convicção filosófica ou política.

Capítulo II

Seção II

DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS ACADÊMICOS

Art. 6º - São direitos dos Acadêmicos de qualquer categoria:

I - usar o título de Associado da Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais;

II - frequentar a sede da ALEMP/MG, inclusive sua Biblioteca;

III - participar de suas reuniões e dos eventos por ela promovidos;

IV - ter trabalhos inseridos em publicações da ALEMP/MG;

V - apresentar trabalhos de sua autoria em reunião, obedecida a respectiva pauta;

VI - recorrer à Assembleia Geral em razão de penalidades eventualmente recebidas.

VII - participar de cursos, seminários, ciclos de estudos, exposições, comemorações cívicas e excursões culturais, promovidas pela ALEMP/MG.

Art. 7º - São direitos dos Acadêmicos efetivos:

I - participar das Assembleias Gerais,

II - votar e ser votado para os cargos efetivos,

III - ocupar cargos e funções nos órgãos de direção e nas comissões de trabalho.

Art. 8º - São deveres dos Acadêmicos de qualquer categoria:

I - cumprir as disposições estatutárias e regimentais e as resoluções dos órgãos de direção da ALEMP/MP;

II - desempenhar os cargos para os quais foram eleitos ou funções para as quais hajam sido designados e missões que lhes tenham sido atribuídas, dando ciência de seu cabal desempenho à Presidência;

III - cooperar, com dedicação, para o engrandecimento da ALEMP/MG, e zelar pelo seu patrimônio;

IV - preservar assuntos reservados debatidos em reuniões;

V - evitar, no recinto da ALEMP/MG, discussões polêmicas que possam melindrar terceiros.

VI - manter conduta não censurável socialmente.

Art. 9º - São deveres do Acadêmico Efetivo:

I - pagar, com regularidade as contribuições trimestrais e recolher a joia para as despesas de natureza administrativa relativas à Reunião Solene de Posse, estabelecidas anualmente pela Diretoria;

II - comparecer, com assiduidade, às reuniões do Plenário da ALEMP/MG;

III - comparecer, com assiduidade, às sessões dos órgãos a que pertencer, salvo por motivo de força maior comunicado à Presidência.

§ 1º - O Acadêmico Efetivo obriga-se a fazer o elogio de seu Patrono e do seu antecessor, na Reunião Solene de Posse.

§ 2º - Aos Acadêmicos Correspondentes, Eméritos, Honorários e Beneméritos não se estende o dever de pagar contribuições de qualquer natureza, salvo se o fizerem voluntariamente.

Capítulo II

Seção III

DA ADMISSÃO AO CORPO SOCIAL

Art. 10 - A admissão de novos Acadêmicos e Efetivos e Correspondentes será feita mediante:

I - apresentação por 3 (três) Acadêmicos Efetivos, com suas aprovações no Requerimento de Inscrição;

II - preenchimento, pelo candidato, do Requerimento de Inscrição e da Ficha de Qualificação;

III - juntada do "Curriculum Vitae" e exemplares de obras do candidato, em qualquer formatação, inclusive recortes de jornais e revistas, dentro das áreas do saber humano cobertas pela finalidade da ALEMP/MG.

IV - juntada de 2 (duas) fotos recentes do candidato, tamanho 3x4.

Art. 11 - Os proponentes deverão instruir o candidato a Efetivo ou a Correspondente e verificar se ele apresenta condições para o exercício dos direitos e cumprimento dos deveres.

Art. 12 - O processo, instruído nos termos do art. 10, será encaminhado pelo Secretário Geral à Comissão de Admissão de Acadêmicos que, no prazo de 30 (trinta) dias, procederá ao exame do mérito e emitirá parecer conclusivo.

Art. 13 - Se aprovado o processo pela Comissão de Admissão de Acadêmicos, será ele submetido, sucessivamente, à aprovação da Diretoria e da Plenária.

Art. 14 - Os Efetivos, após aprovação de suas admissões, deverão pagar a joia e as despesas da posse e escolher o Patrono.

Capítulo II

Seção IV

DA POSSE DO NOVO EFETIVO E DE OUTRAS CATEGORIAS DE ACADÊMICOS

Art. 15 - Será sempre solene a posse do Efetivo.

Art. 16 - Quando da posse, o Efetivo prestará, de viva voz, compromisso formal de suas obrigações para com a ALEMP/MG.

Art. 17 - Depois de proferido o juramento, o Secretário Geral fará a leitura do Termo de Posse, assinando-o juntamente com o Presidente e com o novo Acadêmico, que receberá o diploma, a Medalha da ALEMP/MG e a cópia do Estatuto.

Art. 18 - A cerimônia de posse se encerrará com os discursos de um dos proponentes, em nome da Academia, e do empossando, ambos com a duração máxima de 30 (trinta) minutos.

Art. 19 - O candidato que não tomar posse dentro de 180 (cento e oitenta) dias contados da aprovação de sua proposta, salvo por motivo de força maior comunicado à Presidência, será considerado renunciante e excluído.

Art. 20 - Embora dispensados da cerimônia de posse, os Acadêmicos Correspondentes, Eméritos, Honorários e Beneméritos poderão tomar posse em uma Reunião solene da Plenária, conforme determinação do Presidente.

Capítulo II

Seção V

DA VIOLAÇÃO DOS PRECEITOS QUE REGEM A ACADEMIA

Art. 21 - O Acadêmico será, automaticamente, excluído da ALEMP/MG por condenação judicial transitada em julgado, advinda de crime considerado infamante, praticado no Brasil ou no exterior.

Art. 22 - Constitui violação dos preceitos que regem a ALEMP/MG a infração de qualquer dos deveres enunciados nos artigos 8º e 9º deste Estatuto.

Art. 23 - A infração dos deveres estabelecidos para os Acadêmicos é sujeita às seguintes penalidades:

Advertência.

Suspensão dos direitos sociais por prazo de até 6 (seis) meses.

Exclusão do Corpo Social.

Art. 24 - A aplicação de penalidades não está sujeita à gradação estabelecida no artigo anterior, devendo se fazer de acordo com a gravidade da violação, sua repercussão

no meio social e desprestígio que possa trazer à Academia, sempre se levando em conta a vida particular e social do infrator.

Art. 25 - Havendo justa causa, o Acadêmico poderá ser excluído da Academia, por decisão da Diretoria, após o exercício do direito de defesa. Da decisão caberá recurso à Assembleia Geral, no prazo de 30 (trinta) dias, podendo o Acadêmico, durante a Sessão, apresentar defesa verbal.

§ 1º - Serão passíveis de exclusão da Academia os Efetivos:

I - por faltas não justificadas a 6 (seis) sessões consecutivas ou a 12 (doze) intercaladas, nos últimos 2 (dois) anos.

II - por falta de pagamento das obrigações financeiras devidas e vencidas há 12 (doze) meses ou mais.

III - por conduta socialmente censurável, em qualquer lugar, ocasião ou circunstância.

Capítulo III DOS ÓRGÃOS DIRETORES Seção I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26 - A Academia será administrada por seus Órgãos Diretores:

I - Assembleia Geral;

II - Plenário;

III - Diretoria;

IV - Comissão de Admissão de Acadêmicos;

V - Conselho Fiscal.

Art. 27 - Os Acadêmicos da Diretoria, do Conselho Fiscal e da Comissão de Admissão de Acadêmicos são eleitos pelo Plenário, para o mandato de dois anos e os seus cargos não são remunerados a qualquer título.

§ 1º - As eleições referidas no "caput" são realizadas em Reunião Especial do Plenário para as Eleições, com a presença somente de Acadêmicos Efetivos, que tem data a ser fixada no Regimento Interno, obedecido ao disposto no artigo 68 das Disposições Finais do presente Estatuto.

§ 2º - Considera-se quite o Acadêmico Efetivo que não estiver em débito com mais de uma contribuição trimestral à Academia.

§ 3º - É vedada a eleição por aclamação, ainda que haja apenas uma chapa registrada.

§ 4º - O Presidente eleito na forma do parágrafo primeiro tomará posse em Reunião Solene do Plenário, nos termos estabelecidos no Regimento Interno da ALEMP/MG.

§ 5º - Em caso de vacância da Presidência, ocorrida no primeiro ano de mandato da Diretoria, o 1º Vice Presidente assumirá o cargo e dentro do prazo de 30 (trinta) dias, convocará a eleição do substituto, que complementarará o mandato interrompido pela vacância.

§ 6º - Em caso de vacância da Presidência, depois do primeiro ano de mandato,

o Primeiro Vice-Presidente assumirá o cargo e completará o mandato interrompido pela vacância.

§ 7º - Ocorrendo a vacância dos demais cargos da Diretoria e nos cargos do Conselho Fiscal, inclusive do cargo de Vice-Presidente, decorrente da substituição do Presidente, a Diretoria elegerá, dentre os Acadêmicos Efetivos em gozo de seus direitos estatutários, o substituto para completar o mandato interrompido pela vacância.

§ 8º - As eleições referentes ao "caput" deste artigo e em seus parágrafos serão feitas por escrutínio secreto, com vedação ao voto por procuração ou por via postal, e serão disciplinadas em regulamento da Academia.

Art. 28 - É permitida uma recondução do Presidente.

Capítulo III

Seção II

DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 29 - A Assembleia Geral é o órgão soberano da Academia, composta pelos Acadêmicos Efetivos em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 30 - Compete à Assembleia Geral:

- I - destituir os administradores;
- II - apreciar recursos contra decisões da Diretoria;
- III - aprovar e reformar os estatutos;
- IV - decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- V - decidir sobre a extinção da Academia;
- VI - aprovar o Relatório Anual da Diretoria, o Programa Anual de Atividades e o Balanço Anual de Receitas e Despesas da Academia.

Art. 31 - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano para:

- I - Aprovar o Programa Anual de Atividades e o Relatório Anual de Atividades do Exercício anterior da Diretoria;
- II - Discutir e homologar as contas e o Balanço aprovados pelo Conselho Fiscal.

Art. 32 - A Assembleia Geral reunir-se-se-á, extraordinariamente, quando convocada:

- I - pela Diretoria;
- II - pelo Conselho Fiscal;
- III - por requerimento de 1/5 (um quinto) dos Acadêmicos Efetivos quites com as obrigações sociais.

Art. 33 - A Assembléia Geral será convocada com antecedência mínima de dez (10) dias, mediante edital afixado na sede da ALEMP/MG, com indicação da ordem do dia, local e hora de sua realização.

§ 1º - A Assembleia será presidida pelo Presidente da Diretoria, consoante a convocação.

§ 2º - Não será discutido ou decidido nenhum assunto não previsto na Ordem do Dia.

Art. 34 – A Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença da maioria dos Acadêmicos Efetivos, no pleno gozo dos direitos estatutários e, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com qualquer número.

§ 1º - Não serão admitidos votos por procuração de associados nas Assembleias Gerais.

§ 2º - Para as deliberações a que se referem os incisos I, III e V do art. 30 deste Estatuto, é exigido o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembleia Geral, especialmente convocada, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta (dois terços) dos associados ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

Capítulo III

SEÇÃO III

DO PLENÁRIO

Art. 35 - O Plenário é a reunião dos Acadêmicos, em sessão aberta ao público, com duração máxima de 2 (duas) horas, durante a qual os Acadêmicos farão preleções, palestras e comentarão trabalhos de natureza cultural ou administrativa, constantes da pauta estabelecida.

Art. 36 - Compete ao Plenário:

I - eleger a Diretoria, o Conselho Fiscal e a Comissão de Admissão de Acadêmicos, em Reunião Especial para as Eleições, conforme Artigo 27 e seus Parágrafos 1º a 8º.

II - aprovar candidatos a Acadêmicos Efetivos e Correspondentes, mediante proposta encaminhada pela Diretoria.

III - empossar Acadêmicos Efetivos e outras categorias de Acadêmicos.

IV - tomar conhecimento da exclusão de Acadêmicos Efetivos e Correspondentes.

V - referendar comissões propostas pela Diretoria.

VI - conceder o título de Acadêmicos Emérito, Honorário e Benemérito, por proposta da Diretoria.

Capítulo III

SEÇÃO IV

DA DIRETORIA

Art. 37 - A Diretoria será constituída de 1 (um) Presidente; 1 Vice-Presidente, 1 (um) Secretário V - 1 (um) Tesoureiro e 1 (um) Orador.

§ 1º - O Presidente que terminar o seu mandato receberá, a critério do plenário e em escrutínio secreto, o título de Presidente Emérito, com direito de assento especial à Mesa, em todas as sessões da Academia.

§ 2º - O Presidente da Associação Mineira do Ministério Público será considerado Presidente de honra, a partir da data em que, pessoalmente, comparecer à ALEMP/MG.

Art. 38 - A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo uma vez por mês, no mesmo dia da Reunião Ordinária do Plenário e, em outras vezes tantas quantas necessárias, para tratar de assuntos de interesse da ALEMP/MG.

Capítulo III
SEÇÃO V
DA COMPETÊNCIA DA DIRETORIA

Art. 39 - Compete à Diretoria:

I - cumprir e fazer cumprir o Estatuto e suas Resoluções, bem como as decisões tomadas pelo Plenário;

II - resolver as questões internas, previstas ou não no Estatuto, dando conhecimento das suas deliberações ao Plenário;

III - elaborar e apresentar à Assembleia Geral o Programa Anual de Atividades, para o novo ano administrativo e o Relatório Anual, do exercício anterior;

IV - executar o Programa Anual de Atividades aprovado;

V - estabelecer o valor, a forma e o prazo para o pagamento da trimestralidade dos Acadêmicos Efetivos, além de estabelecer valores de contribuições eventuais e dar ciência ao Plenário;

VI - entrosar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração, em atividades de interesse comum;

VII - admitir, suspender e demitir empregados, fixando-lhes a remuneração, bem como atribuições e deveres;

VIII - autorizar despesas em geral;

IX - designar associados para cargos extraordinários;

X - criar, compor, extinguir ou incorporar comissões, organizá-las e designar seus integrantes;

XI - convocar a Assembleia Geral;

XII - aplicar em primeira instância, penalidades aos associados;

XIII - nomear os Associados das Comissões Permanentes.

Art. 40 - Compete ao **Presidente**:

I - representar a ALEMP/MG ativa e passivamente, em Juízo e fora dele;

II - cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno, se houver;

III - convocar e presidir as Assembleias Gerais;

IV - convocar e presidir as reuniões da Diretoria e do Plenário;

V - organizar a Ordem do Dia para o trabalho de qualquer sessão ou reunião;

VI - assinar, com o Secretário, ou seu eventual substituto legal, a correspondência e demais documentos atinentes à Secretaria;

VII - assinar as atas conjuntamente com o Secretário;

VIII - compor Comissões Especiais, de duração limitada, para o desempenho de missões de interesse da ALEMP/MG;

IX - deliberar sobre assuntos de caráter urgente, "*ad referendum*" da Diretoria ou da Plenária;

X - assinar, com o Tesoureiro ou com seu substituto legal a documentação financeira da ALEMP/MG;

XI - abrir, rubricar e encerrar livros da Secretaria e da Tesouraria;

- XII - autorizar as despesas normais, necessárias ao bom andamento da ALEMP/MG;
- XIII - contratar serviços de terceiros;
- XIV - promover eventos culturais, distribuir prêmios aos vencedores e certificados aos participantes;
- XV - fiscalizar o trabalho de todos os setores da ALEMP/MG, tomando as providências cabíveis, cobrando-as do setor ou área responsável;
- XVI - assinar atos de indicação para cargos extraordinários;
- XVII - indicar representantes às solenidades promovidas por outras instituições;
- XVIII - manter órgãos informativos e de publicação de trabalhos dos Acadêmicos;
- XIX - dar posse aos demais Acadêmicos da Diretoria e das Comissões Permanentes;
- XX - designar a Comissão de Admissão dos Associados.

Art. 41 - Compete ao Vice-Presidente:

- I - auxiliar o Presidente na gestão da ALEMP/MG;
- II - substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- III - cooperar com a representação social e cultural da ALEMP/MG, seja por solicitação expressa do Presidente, seja espontaneamente, quando assim se tornar necessário;
- IV - Coordenar as Comissões Culturais, ativando-as e estimulando-as à execução de seus programas próprios, de tal modo que elas atuem, efetivamente, como centros principais das atividades culturais da ALEMP/MG, podendo convocar, ciente o Presidente, qualquer delas ou todas em conjunto visando atingir a maior eficiência possível do desempenho cultural da ALEMP/MG.
- V - zelar pela guarda e preservação dos bens móveis e imóveis da ALEMP/MG, com o registro, em livro próprio, de informações sobre suas origens, valores, destinação e uso.

Art. 42 – Compete ao Secretário:

- I - zelar pela organização, conservação e preservação dos Arquivos Administrativos da ALEMP/MG
- II - chefiar diretamente os Auxiliares de Serviços da Secretaria, distribuindo-lhes tarefas e serviços, supervisionando e avaliando os resultados de seus desempenhos e comportamentos funcionais;
- III - preparar todo o expediente de sua competência, com destaque para as convocações para as reuniões, pautas de reuniões, expedição de diplomas e carteiras sociais, circulares, resoluções, convites, comunicações, avisos gerais, notas para a imprensa e outros serviços similares;
- IV - proceder, nas reuniões do Plenário e nas Sessões Solenes, à leitura do expediente, dos pareceres e de outros papéis encaminhados à mesa;
- V - acolher a Proposta de Admissão do Candidato à Admissão, conferi-la, buscar sua complementação, se necessária, junto ao Associado Proponente, registrá-la e agilizar sua tramitação entre os associados da Comissão de Admissão e, após a elaboração do parecer da Comissão de Admissão, encaminhar o processo, agora denominado Processo Completo de Admissão e Anexos, à diretoria para apreciação e aprovação e, depois de juntar o Parecer da Plenária, arquivar o processo, em pasta individual do Arquivo de Associados ou de Candidatos Recusados;

VI - preparar o Diploma e Carteiras de Associados, assinando-os junto com o Presidente;

VII - quando autorizado, assinar correspondências, em nome do Presidente;

VIII - manter em ordem a Secretaria e zelar pela sua organização, conservação e operacionalização;

IX - supervisionar a limpeza, preservação e segurança da sede da ALEMP/MG.

X - cuidar da compra de material de expediente, a exemplo de informática, xerox, fotografia, correio, e de seus móveis e utensílios;

XI - auxiliar o Presidente nos trabalhos administrativos;

XII - secretariar as reuniões da Diretoria, do Plenário e da Assembleia Geral;

XIII - redigir, imprimir e distribuir o Boletim Mensal, órgão informativo e de divulgação da ALEMP/MP

Art. 43 - Compete ao Tesoureiro:

I - Arrecadar e contabilizar a receita da ALEMP/MG, assinando os recibos próprios e manter em dia a escrituração;

II - assinar recibos e documentos próprios da Tesouraria;

III - assinar, com o Presidente, os cheques em geral;

IV - efetuar os pagamentos autorizados pelo Presidente;

V - apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;

VI - supervisionar e organizar a Tesouraria;

VII - controlar os saldos bancários e efetuar as aplicações necessárias conjuntamente com o Presidente;

VIII - prestar contas, mensalmente, semestralmente e anualmente, por meio de balancetes a serem apresentados à Diretoria e expostos no Quadro de Avisos, após o recebimento dos respectivos comprovantes bancários, ou especialmente, quando solicitado pela Presidência ou pela Diretoria e pelo Conselho Fiscal;

IX - apresentar à Diretoria, na reunião administrativa de junho de cada ano, o Balanço Anual das Receitas e das Despesas do ano anterior, acompanhado dos respectivos documentos contábeis, que serão apreciados pela Diretoria e encaminhados ao Conselho Fiscal para exame e parecer, a fim de que, na reunião administrativa de julho, sejam o Balanço e o Parecer discutidos, votados e aprovados pela Diretoria, após o que serão apresentados à aprovação da Assembleia Geral, convocada para o mês de julho e, depois ficarão pelo prazo de 30 (trinta) dias, na Tesouraria, à disposição dos Acadêmicos que o desejarem examinar, após o que serão arquivados, definitivamente;

X - preparar o Orçamento Anual da ALEMP/MP, no período de julho a junho do ano seguinte, e apresentá-lo à discussão e aprovação da Diretoria, na reunião administrativa de junho, para que, em julho, seja apreciado e aprovado na Assembleia Geral. Durante a elaboração do orçamento, serão feitas reuniões de trabalho com o Presidente, Diretores e Comissões Especiais, para que nenhum item relevante do Orçamento Anual seja omitido;

XI - conservar sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à Tesouraria.

Capítulo III
SEÇÃO VI
DA COMPETÊNCIA DA COMISSÃO DE ADMISSÃO DE ACADÊMICOS

Art. 44 - A Comissão de Admissão de Acadêmicos, com função de analisar e aprovar os processos de admissão de Acadêmicos Efetivos e Acadêmicos Correspondentes, compõe-se de 3 (três) Acadêmicos, eleitos em reunião especial do Plenário, e com mandato de 3 (três) anos, coincidente com o da Diretoria.

Art. 45 - A Comissão de admissão de Acadêmicos reunir-se-á tantas vezes quantas necessárias, para tratar de assuntos referentes à admissão de novos Acadêmicos Efetivos e Acadêmicos Correspondentes.

Capítulo III
SEÇÃO VII
DO CONSELHO FISCAL

Art. 46 - O Conselho Fiscal será constituído de 3 (três) Acadêmicos como titulares e de 3 (três), e de 3 (três) Acadêmicos como suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Capítulo III
SEÇÃO VII
DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO FISCAL

Art. 47 - Compete ao Conselho Fiscal:

- I - examinar os livros de escrituração da ALEMP/MG.
- II - examinar o balanço anual apresentado pelo Tesoureiro e emitir parecer a respeito;
- III - requisitar, a qualquer momento, demonstrativos contábeis da Tesouraria, para exame e emissão de parecer fiscal;
- IV - opinar sobre a aquisição, preservação e alienação de bens.

Art. 48 - O Conselho Fiscal reunir-se-á anualmente, para apreciar e opinar sobre os assuntos de sua competência e tantas vezes quantas necessárias, no interesse da ALEMP/MG.

Capítulo IV
DAS REUNIÕES DA DIRETORIA E DO PLENÁRIO

Art. 49 - As reuniões da Diretoria são as Reuniões Administrativas, reservadas exclusivamente a assuntos atinentes à administração da ALEMP/MG, podendo ser Ordinárias e Extraordinárias.

§ 1º - Reunião Administrativa ordinária é a realizada mensalmente, no mesmo dia da Reunião Ordinária da Plenária, em cumprimento ao Calendário do Programa Anual de Trabalho de ALEMP/MG.

§ 2º - Reunião Administrativa Extraordinária é aquela convocada pelo Presidente, na falta de realização da Ordinária, ou quando houver matéria urgente a ser conhecida e que não comporta adiamento.

Art. 50 - As Reuniões do Plenário serão Ordinárias, Extraordinárias, Especiais e Solenes.

§ 1º - Reunião Ordinária do Plenário é a realizada mensalmente, no mesmo dia da Reunião Administrativa Ordinária, em cumprimento ao Calendário do Programa Anual de Trabalho da ALEMP/MG.

§ 2º - Reunião Extraordinária do Plenário é aquela convocada pelo Presidente, na falta de realização da Ordinária, ou quando houver matéria urgente a ser levada ao conhecimento do Plenário e que não comporta adiamento.

§ 3º - Reunião Especial do Plenário é a que se destina, exclusivamente, à apresentação de estudos e trabalhos de autoria de Acadêmicos ou de convidados, cuja extensão impeça que sejam lidos em Reunião Ordinária, sendo, também, Especiais as reuniões para acolher as Eleições e as Assembleias Gerais.

§ 4º - Reunião Solene do Plenário é a que se realiza para a posse de nova Diretoria e de novos Acadêmicos; para a celebração de datas cívicas; para cultuar a memória de Acadêmicos falecidos; ou por razões que a justifique de modo especial.

§ 5º - Será obrigatória a realização da Reunião Solene do Plenário: no dia 14 de dezembro de cada ano, para comemorar a data de fundação da ALEMP/MG; no dia da instalação da ALEMP até o mês de março de cada ano, para cultuar a memória dos Acadêmicos falecidos no ano anterior, com os panegíricos proferidos pelo Presidente da ALEMP ou por Acadêmico designado pela Diretoria.

Art. 51 - As Reuniões Administrativas e do Plenário, de qualquer natureza, são realizadas mediante convocações do Presidente, em datas e horários por ele designados, em cumprimento ao Programa Anual de Trabalho da ALEMP/MG.

Art. 52 - A Academia funciona com cinco membros e delibera com dez.

§ 1º - Para as Assembleias Gerais é exigido o quorum definido no art. 34 e seu Parágrafo Único.

§ 2º - Nas reuniões administrativas da Diretora, em que houver votação, o Presidente não votará, mas terá o voto de qualidade, quando ocorrer empate.

§ 3º - Não havendo *quórum* para deliberação, o Órgão de Direção pode funcionar para comunicações, leitura de trabalhos, apresentação de moções e quaisquer outras atividades sem tomada de deliberações.

Art. 53 - Quando, por qualquer motivo, o Presidente deixar de convocar, no devido tempo, as reuniões de que trata este Estatuto, é lícito a Acadêmicos Efetivos quites, em numero nunca inferior a 15 (quinze), requererem-lhe que o faça e, se o pedido não for atendido dentro de 5 (cinco) dias a convocação poderá ser efetuada por eles.

Art. 54 - O processo de admissão de Acadêmicos; as reuniões ordinárias e as extraordinárias, bem como as solenes, as administrativas e as especiais, terão regras estabelecidas em Regulamento próprio, editado pela Diretoria.

Parágrafo Único – As reuniões solenes e as reuniões especiais, salvo as destinadas às eleições, serão precedidas de expedição de convites nominais aos Acadêmicos de todas as categorias e às autoridades, e de divulgação pela imprensa, quando for possível.

Capítulo V DOS ÓRGÃOS AUXILIARES DE DIREÇÃO

Art. 55 - São Órgãos Auxiliares de Direção da ALEMP/MG as Comissões Especiais e a Secretaria.

Capítulo V Seção I DAS COMISSÕES PERMANENTES E ESPECIAIS

Art. 56 - As Comissões Permanentes de Objetivo Cultural são órgãos mantenedores de dinâmica cultural da ALEMP/MG, com desempenho que expressem o respeito às tradições culturais, filosóficas e doutrinárias da ALEMP/MG e a atualidade das conquistas do pensamento humano, particularmente nos campos do saber aludidos no artigo 2º deste Estatuto.

§ 1º - Além das Comissões Permanentes de objetivo Cultural, haverá aquelas com objetivos Administrativos, voltados para auxiliar a administração da ALEMP/MG.

§ 2º - A Diretoria poderá criar, por meio de Portaria, Comissões Especiais, não permanentes para o atendimento de tarefas bem definidas e com prazos de conclusão préestabelecidos, que poderão ser prorrogados, conforme a necessidade.

Art. 57 - As Comissões Permanentes são integradas por três Acadêmicos, no mínimo, e por cinco, no máximo, nomeados pelo Presidente, com mandato encerrado com o dele, e as Comissões Especiais são, igualmente, integradas por três Acadêmicos, no mínimo, e por cinco, no máximo, nomeados pelo Presidente, com mandato igual ao do prazo definido para a realização da tarefa a que se aplicam.

Parágrafo Único – Com exceção do Presidente da ALEMP/MG, os Acadêmicos da Diretoria podem integrar as Comissões, salvo a Comissão de Admissão de Acadêmicos.

Art. 58 - As Comissões Culturais estabelecerão Programas Específicos de Trabalho, logo no início do novo mandato da Diretoria, que os aprovará, e que serão realizados por meio de estudos, pesquisas, publicações, cursos, seminários, conferências, excursões culturais e outros meios semelhantes, programa esses que serão encerrados com Relatórios Finais, que retratem os resultados obtidos e que apresentem recomendações para melhorias de desempenho, em trabalhos futuros similares.

Art. 59 - Cada Comissão escolherá seu presidente e secretário, disto dando ciência à Diretoria.

Art. 60 - As reuniões das Comissões serão registradas em atas sucintas, em livro próprio de cada uma delas.

Capítulo V SEÇÃO II DA SECRETARIA GERAL

Art. 61 - A Secretaria é órgão auxiliar da Direção da Academia, e a ele cabe organizar e dirigir as atividades burocráticas necessárias à administração da Academia.

Parágrafo Único – Os serviços a cargo da Secretaria serão desempenhados por servidores contratados pela direção da ALEMP/MG, ou por aqueles colocados à sua disposição mediante convênio firmado com entidades de Direito Público ou de Direito Privado.

Art. 62 - A Secretaria será supervisionada pelo Secretário da ALEMP/MG, salvo as atividades de administração financeira, em que a supervisão é do Tesoureiro.

Capítulo VI DOS FUNDOS SOCIAIS

Art. 63 - Os Fundos Sociais são provenientes das joias de admissão e das trimestralidades de Acadêmicos Efetivos, de contribuições eventuais de Acadêmicos Correspondentes, Eméritos, Honorários e Beneméritos; de doações; de subvenções; de taxas de cursos, de rendimentos provenientes das publicações da ALEMP/MG e de outros rendimentos, inclusive aqueles oriundos de aplicações financeiras.

Art. 64 - Os Fundos Sociais são destinados à cobertura de despesas operacionais e de manutenção da ALEMP/MG e seus saldos, acrescidos de doações e subvenções específicas, constituirão o Fundo de Reserva, destinado, exclusivamente, aos investimentos no patrimônio da ALEMP/MG.

Parágrafo Único – Os depósitos bancários, aplicações financeiras e metodologia dos pagamentos serão disciplinados por regulamento editado pela Diretoria.

Art. 65 - Os demonstrativos de receitas e de despesas de operação e manutenção serão apresentados, mensalmente, quando serão aprovados pela Diretoria e, anualmente, quando serão aprovados pela Diretoria, Conselho Fiscal e Assembleia Geral, após o que deverão ser colocados em Quando de Avisos, para conhecimento de todos os Acadêmicos.

Art. 66 - O fundo de Reserva, que poderá ser aplicado em melhorias do Patrimônio, mediante aprovação da Diretoria e da Assembleia Geral, será objeto de Demonstrativos de receitas e despesas específicos.

Capítulo VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 67 - No dia da aprovação do presente Estatuto procedeu-se à eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal provisórios da ALEMP/MG, com mandato de 6 (seis) meses, a partir da data de seu registro, assim compostos:

Presidente: **Luiz Carlos A Britta**, CPF 009548966-53, Identidade OAB nº 5936, residente e domiciliado na Rua D. Cecília, 86, apto. 1600, Belo Horizonte, CEP 30320-070; *Vice-Presidente:* **Antônio Lopes Neto**, CPF 147.865.166-00, Identidade nº M 1.263.473, residente e domiciliado na Rua Martim de Carvalho, 281, apto. 501, Santo Agostinho, Belo Horizonte, CEP 30190-050; *Secretário-Geral:* **Joaquim Cabral Netto**, CPF 010.307.06-25, Identidade nº M. 477.893, residente e domiciliado na Rua Profa. Bartira Mourão, 546, apto. 801, Buritis, CEP 30492-925, Belo Horizonte; *Tesoureiro:* **Marcos Paulo de Souza Miranda**, CPF 783.166.266-339, Identidade nº MG-5559266, residente e domiciliado na Rua Alcântara, apto. 802, Nova Granada, CEP 30431-315, Belo Horizonte. *Conselho Fiscal:* **Bertoldo Mateus de Oliveira Filho**, CPF 464-302-886-68,

Identidade nº 857.863, residente e domiciliado na Av. Guaicui, 419, apto. 302, Bairro Coração de Jesus, Nova Granada, CEP 30380-380, Belo Horizonte; **Maurício Braga de Mendonça**, CPF 056.218.386-15, Identidade nº M 195.391, residente e domiciliado na Rua Angostura, 329, apto. 301, Bairro Serra, CEP 30229-290, Belo Horizonte; e, **Maria Odete Souto Pereira**, CPF 296.576.526-34, Identidade nº 14.851, residente e domiciliada na Rua Agena, apto. 205, Bairro Santa Lucia, CEP 30360-730, Belo Horizonte. *Suplentes*: **Abelardo Teixeira Nunes**, CPF 003.251.636-34, Identidade nº MG 10.102.018, residente e domiciliado na Rua Cônego Rocha Franco, 235, apto. 600, Bairro Gutierrez, CEP 30430-000, Belo Horizonte; **Antônio Aurélio Santos**, CPF 004.166.758-16, Identidade nº 6.690,149, residente e domiciliado na Rua Chanceler Oswaldo Aranha nº 29, apto. 908, Bairro Mateus Leme, CEP 36025-007, Juiz de Fora; **Luiz Alberto de Almeida Magalhães**, CPF 054.535.856-68, Identidade n. M 1.214,439, residente e domiciliado na Rua Prof. Estevão Pinto 555, apto. 1103, Bairro Serra, CEP 30230.080, Belo Horizonte.

Art. 68 - A Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais (ALEMP/MG) escolheu para seu Patrono **Mauro da Silva Gouvêa**, ex-procurador-geral de Justiça.

§ 1º - A sede da ALEMP/MG tem a denominação **Joaquim Cabral**, Promotor de Justiça, cujo nome encarna e representa três gerações da Instituição Ministerial. § 2º - O emblema e medalha da ALEMP/MG serão estabelecidos por Regulamento da entidade.

Art. 69 - Os nomes dos patronos das cadeiras dos acadêmicos correspondentes serão escolhidos pelos integrantes da ALEMP/MG, na reunião de sua instalação.

Parágrafo Único - Os nomes dos Patronos das Cadeiras deverão recair sobre personalidades que marcaram as letras e a cultura do Ministério Público de MG, antes da fundação da Academia.

Art. 70 - Fica instituído o PRÊMIO Procurador de Justiça **José Cupertino Gonçalves**, como recompensa à melhor monografia sobre assuntos de que se ocupa a ALEMP/MG.

Parágrafo Único - A Diretoria regulamentará a outorga do prêmio, estabelecendo normas para ele que será, sempre, acompanhado de medalha e diploma.

Art. 71 - É vedado à ALEMP/MG manter polêmica de qualquer natureza, pela imprensa ou por outros meios de divulgação, a respeito de questões pessoais, políticas religiosas ou raciais.

Art. 72 - No caso de extinção da Academia, liquidado o seu passivo, reverterá o saldo que houver, em favor da Associação Mineira do Ministério Público, se antes não se resolver seja transferido a algum estabelecimento público ou outra associação nacional que tenha fins idênticos ou análogos aos seus.

Parágrafo Único - Para a extinção da academia e aplicação do patrimônio acadêmico, no caso deste artigo, será preciso o voto expresso da maioria absoluta dos membros efetivos da Academia.

Art. 73 - A reforma deste Estatuto pode ser feita depois de dois anos de sua entrada em vigor, mediante iniciativa da Diretoria ou de proposta apresentada pelo mínimo de 10 (dez) Acadêmicos Efetivos, em gozo de seus direitos estatutários.

§ 1º - A proposta de reforma será acompanhada de projeto;

§ 2º - apresentado o projeto de reforma o Presidente lhe dará tramitação segundo as regras administrativas, previstas em regulamento da Diretoria.

Art. 74 - Os casos omissos serão resolvidos por analogia.

Belo Horizonte, 14 de dezembro de 2012.

Esta obra foi composta na fonte Corbel corpo 11,5 e títulos em Vivaldi corpo 21,
impressa em papel Polen bold 90g (miolo) e Supremo 250g (capa)
pela Gráfica e Editora O Lutador, em Belo Horizonte/MG.